

ADALTO VIEIRA FERREIRA JÚNIOR

**POLÍTICA INDIGENISTA E AGÊNCIA INDÍGENA NA
PROVÍNCIA DE MATO GROSSO – SÉCULO XIX**

DOURADOS – 2017

ADALTO VIEIRA FERREIRA JÚNIOR

**POLÍTICA INDIGENISTA E AGÊNCIA INDÍGENA NA
PROVÍNCIA DE MATO GROSSO – SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História indígena*

Orientador: Prof. Dr. **Protasio Paulo Langer**.

DOURADOS – 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F382p Ferreira Junior, Adalto Vieira

Política indigenista e agência indígena na província de Mato Grosso - século XIX / Adalto Vieira Ferreira Junior -- Dourados: UFGD, 2017.

117f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Protasio Paulo Langer

Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Política indigenista. 2. Mato Grosso. 3. Século XIX. 4. Agência indígena.
I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ADALTO VIEIRA FERREIRA JÚNIOR

**POLÍTICA INDIGENISTA E AGÊNCIA INDÍGENA NA PROVÍNCIA DE
MATO GROSSO – SÉCULO XIX**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Protasio Paulo Langer (Dr., Universidade Federal da Grande Dourados)

2º Examinador (Externo)

Alexandre Coello de la Rosa (Dr., Universitat Pompeu Fabra, Barcelona)

3ª Examinadora:

Nauk Maria de Jesus (Dra., Universidade Federal da Grande Dourados)

4ª Examinadora:

Cândida Graciela Chamorro Argüello (Dra., Universidade Federal da Grande Dourados)

Ao meu avô Pedro e minha vó Geni.

Aos povos indígenas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos que estiveram comigo ao longo da produção desta dissertação.

Agradeço inicialmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço aos amigos que o mestrado me oportunizou conhecer: Luiz Gabriel e Ana Castagnari, um casal generoso que me acolheu semanalmente com muito carinho. Sou muito grato por tê-los conhecido. Agradeço ao Ismael Guarani Kaiowá, um companheiro de estudos e a quem devo muito pela convivência. Ao Rogério Sávio Link pelas conversas formais e informais e pelo incentivo que sempre deu à pesquisa. Agradeço também à colega Ana Sousa, pelo companheirismo e pelos auxílios durante a escrita deste trabalho.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-graduação em História que tive a oportunidade de conhecer: Ao professor Thiago Leandro Vieira Cavalcante, quem me apoiou participar do processo seletivo e quem me deu sugestões valiosas para a pesquisa. Aos professores Paulo Roberto Cimó Queiroz, Nauk Maria de Jesus, Fernando Perli, João Carlos de Souza, Eudes Fernando Leite e Losandro . À professora Cândida Graciela Chamorro Arguello, pelo afeto, generosidade e pelos valiosos ensinamentos sobre os povos indígenas.

Agradeço ao Protasio Paulo Langer que, na condição de orientador, fez leituras sempre precisas do meu trabalho.

Agradeço ao Wallace de Lima, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, pelo bom humor e solicitude que sempre demonstrou.

Agradeço aos meus pais, Adalto Vieira Ferreira e Maria Delly de Carvalho Ferreira, que não pouparam esforços para que eu estudasse. Agradeço às minhas irmãs, Maria Catarina e Raíza de Carvalho que foram muito atenciosas com esta etapa de minha formação acadêmica.

Por fim, agradeço à Paula Faustino Sampaio, companheira com quem partilhei as alegrias e angústias da escrita desta dissertação.

RESUMO

A presente pesquisa se insere na linha de pesquisa “História Indígena”, do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados. O seu objetivo é compreender o que ficou conhecido como correrias indígenas, no Mato Grosso provincial. Investigamos as correrias em duas perspectivas: a da administração provincial, que fez uso de diversas estratégias ao longo do século XIX para pôr fim aos atos de hostilidades cometidos por algumas etnias indígenas, estratégias estas que caracterizaram uma política indigenista notadamente violenta e que coexistiu ao lado de uma política mais branda, como a que teve lugar nos aldeamentos ao sul da província; e na perspectiva dos próprios indígenas. Em relação a esta última, priorizamos a análise dos Coroados – conhecidos hoje como Bororo – etnia indígena que durante boa parte do século XIX hostilizou os moradores da província, tendo chegado em alguns períodos a atacarem moradores nas proximidades da capital Cuiabá.

Palavras-chave: Indígenas. Correrias. Oitocentos.

Resumen

Este trabajo se ubica en la línea de investigación "História Indígena", en el Programa de Postgrado en História, en la Universidade Federal da Grande Dourados. Su objetivo es comprender lo que se conoce como "correrías indígenas", en la provincia de Mato Grosso. Hemos investigado las correrías en dos perspectivas: en la de los propios indígenas y en la de la administración de la provincia, que ha hecho uso de varias estrategias a lo largo del siglo XIX, para poner fin a las prácticas hostiles de algunas etnias indígenas. Esas estrategias caracterizan la política indigenista violenta em Mato Grosso, que coexistió con una política más suave, como la llevada a cabo en los aldeamentos del sur de la provincia. En esta disertación, damos prioridad al análisis de los hechos protagonizados por los coroados - conocidos hoy como Bororo - pueblo indígena que durante buena parte del siglo XIX hostilizó los moradores de la provincia, llegando en algunos años a atacar a aquellos que vivían en las cercanías de la capital Cuiabá.

Palabras clave: Indígenas. Correrías. Años Milochocientos.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da província com as áreas habitadas pelos cabixis, coroados e cayapós	50
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mortes indígenas e não indígenas nos confrontos entre 1829 – 1888

.....

70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

CRL – *Center for Research Libraries*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SIG – Sistema de Informação Geográfica

UTM – Universal Transversa de Mercator

SUMÁRIO

Lista de mapas	4
Lista de abreviaturas e siglas	6
INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1	
A POLÍTICA INDIGENISTA NO SÉCULO XIX E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS FRONTEIRAS OESTE E SUL DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO	22
1.1. A política indigenista imperial enquanto projeto de integração dos índios.....	23
1.2. A Política indigenista na província de Mato Grosso.....	29
1.2.1. Os Bororo Ocidentais	29
1.2.2. Aldeamentos dos subgrupos Guaná	33
Capítulo 2	
ESTRATÉGIAS DE “PACIFICAÇÃO” DOS ÍNDIOS HOSTIS	42
2.1. Guerra aos indígenas hostis	43
2.2. Das bandeiras aos meios brandos	57
2.3. Ações preventivas e “pacificação” dos coroados	69
Capítulo 3	
MORTES, ROUBOS E INCÊNDIOS: A AGÊNCIA INDÍGENA NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO	78
3.1. O interesse pelo ferro e seu uso pelos coroados	79
3.2. O interesse pelo tecido dos civilizados	95
Conclusão	106
Referencial bibliográfico	109
Fontes	112
Anexos	117

INTRODUÇÃO

A partir de pesquisas realizadas no final da década de 1980 e no início da década seguinte o completo desinteresse da disciplina pela história dos povos nativos chegou ao fim. Desde o século XIX imperava, na disciplina, a noção de que os historiadores não possuíam ferramentas teóricas e metodológicas para investigar o passado de povos que – a não ser em raras exceções – não deixaram registros escritos. Ao lado desta noção, que remonta a uma concepção da disciplina que considerava os documentos escritos a matéria prima por excelência do historiador, existiu uma outra que sentenciava a extinção dos povos indígenas e que está sintetizada numa conhecida frase de Carl Friederich Philippe von Martius.: “não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno”.¹

Em relação à disciplina de Antropologia, o desinteresse pela história dos povos nativos fundamentava-se em uma tradição teórica que remonta ao funcionalismo e estruturalismo e que privilegiava a leitura sincrônica da sociedade estudada em detrimento da diacronia, esta última considerada pelos estruturalistas como dimensão refratária a sistemas. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha sintetizou os motivos que, para ela, explicam o desinteresse da disciplina pela história dos povos não ocidentais:

É verdade que Radcliffe-Brown, que nisso se assemelhava aos historiadores tradicionais, renunciava à pesquisa histórica em sociedades ágrafas não por ser irrelevante, mas por ser impossível de ser feita adequadamente. Quanto ao estruturalismo, embora preconizasse a história, não via nela um nível de organização e um poder explicativo comparável ao da sincronia. A história era sobretudo a ausência de sistema, o imponderável e, portanto, o ininteligível: acontecimentos que vinham se abater sobre o sistema que procurava resistir-lhes.²

Na contramão destas posturas teóricas, que negavam a história dos povos autóctones e sentenciavam o seu desaparecimento, os povos indígenas do Brasil apresentaram um crescimento demográfico, nos últimos quarenta anos³, acompanhado de uma significativa intervenção de grupos indígenas, organizações não-governamentais, entidades religiosas, membros da sociedade civil em geral, solidários às demandas indígenas, em espaços públicos e privados com o objetivo de garantir a efetivação de direitos adquiridos bem como para conquistar novos direitos.

¹ MARTIUS, K. F. v. *apud* MONTEIRO, J., *Tupi, Tapuias e historiadores*, p. 3.

² CARNEIRO DA CUNHA, M. Por uma história indígena e do indigenismo. In: *Cultura com aspas*, p. 126.

³ LEVY, M. S. F. Perspectivas do crescimento das populações indígenas e os direitos constitucionais, p. 392.

Diante de tal quadro, os pesquisadores superaram o prognóstico teórico pessimista e se deram conta de que os povos indígenas possuíam um futuro, e por isso mesmo seu passado adquiria relevância para as duas disciplinas.⁴ Conscientes da necessidade de compreender o passado indígena, historiadores e antropólogos, em esforço conjunto, passaram a produzir pesquisas que auxiliaram na compreensão desta história.

Especificamente em relação à disciplina de História, os historiadores passaram a atribuir o papel de protagonistas aos índios, não mais enxergando-os como meros colaboradores do projeto de colonização levado à cabo quando espanhóis e portugueses aportaram na América – como por muito tempo foram observados pela historiografia tradicional – mas agora como agentes históricos plenos, que souberam interpretar a realidade na qual estiveram inseridos e assim agiram a partir de seus próprios interesses, mesmo diante de situações que impuseram rigorosos obstáculos às suas ações.

A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, a quem a disciplina de História deve contribuição pela renovação na pesquisa sobre os povos indígenas, sintetiza bem o modo como estes eram descritos pela disciplina, que insistia em negar-lhes a capacidade de agência e atribuía-lhes o papel de coadjuvantes na história do Brasil:

Desde o século XIX, com raríssimas exceções, os índios têm tido participação inexpressiva em nossa história, na qual, em geral, aparecem como atores coadjuvantes, agindo sempre em função dos interesses alheios. Aliás, não agiam, apenas reagem a estímulos externos sempre colocados pelos europeus. Tem-se quase a impressão de que estavam no Brasil à disposição destes últimos, que deles se serviam à vontade, descartando-os quando não mais necessários: teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados ou inimigos.⁵

É importante destacar, na esteira de Manuela Carneiro da Cunha – antropóloga que contribuiu substancialmente para a construção de uma história indígena não determinista, no Brasil – que a noção de que os povos indígenas são atores de sua própria história é nova somente para os pesquisadores, pois os povos indígenas sempre se consideraram artífices de sua própria história, como mostram vários mitos que abordam a gênese do homem branco e a iniciativa do contato.⁶

⁴ “Os índios, no entanto, têm futuro: e, portanto, têm passado. Ou seja, o interesse pelo passado dos povos indígenas, hoje, não é dissociável da percepção de que eles serão parte do nosso futuro. A sua presença crescente na arena política nacional e internacional, sua também crescente utilização dos mecanismos jurídicos de defesa de seus direitos tornam a história indígena importante politicamente”. CARNEIRO DA CUNHA, M. Por uma história indígena e do indigenismo. In: *Cultura com aspás*, p. 126.

⁵ ALMEIDA, M. R. C. de. *Metamorfoses indígenas*, p. 25.

⁶ CARNEIRO DA CUNHA, M. Introdução a uma história indígena. In: *Índios no Brasil*, p. 25.

Esta pesquisa está situada, portanto, no campo da História Indígena. Seu objetivo é compreender as correrias indígenas na província de Mato Grosso, durante o século XIX. Correrias indígenas é como ficaram conhecidos os assaltos que algumas etnias cometiam aos moradores da província. Neste período a província era habitada por diversas etnias, que estabeleciam relações particulares de contato com os colonizadores. Estas relações variavam desde uma postura de aliança e troca de favores até uma postura de enfrentamento, caracterizada por guerras que eram ocasionadas tanto pelos indígenas quanto pelos moradores não indígenas. Havia também etnias que, apesar de serem conhecidas, buscaram o distanciamento dos núcleos de povoamento não indígena e etnias desconhecidas, que não estabeleceram nenhum tipo de relação com o mundo do colonizador.

Nesta pesquisa as correrias indígenas serão consideradas em duas perspectivas: 1) a dos agentes administrativos, que lançaram mão de diversas estratégias para pôr fim aos ataques cometidos pelos nativos; 2) e a dos povos indígenas, que praticavam os assaltos com interesses específicos. Em relação a esta segunda perspectiva, vale destacar que, durante o século XIX, foram sobretudo os coroados, os cayapós e os cabixis que praticaram os assaltos aos moradores. No entanto, por questões de método, priorizamos a análise dos assaltos cometidos pelos coroados. Estes assaltos estendiam-se numa região que ia da cidade de Cuiabá em direção às estradas que a ligavam com a província de Goiás e com província de São Paulo, nas proximidades do rio São Lourenço.

Assim, ao abordarmos as diversas estratégias do governo provincial para frear as hostilidades indígenas, no segundo capítulo, consideraremos etnias e uma espacialidade específica, mais ampla do que a etnia e a espacialidade analisada no terceiro capítulo. Conforme pudemos perceber mediante a análise das fontes, as correrias indígenas estendiam-se numa região que ia da comarca de Cuiabá até a de Mato Grosso, e concentravam-se nas estradas que ligavam tanto a capital Cuiabá à cidade de Mato Grosso, e nas estradas que ligavam Cuiabá às províncias de Goiás e São Paulo. Esta vasta região era atacada por índios de diversas etnias. Enquanto na região da cidade de Mato Grosso os indígenas que praticavam os assaltos eram identificados geralmente como cabixis, na região da cidade de Cuiabá os ataques foram praticados pelos índios coroados.

Em relação aos nomes atribuídos às etnias estudadas nesta dissertação, optamos por utilizar a definição dada pelas próprias fontes. No caso dos coroados, percebemos que a documentação utilizou esta designação para se referir a etnias diferentes e que habitavam regiões muito próximas. Daí a dificuldade em especificar, em alguns momentos, de qual etnia

era a responsabilidade por algum assalto. Quando os relatórios mencionavam os coroados, faziam referência tanto aos bororo coroados, que habitavam a região do rio São Lourenço, em direção ao Araguaia, quanto aos cayapós, que habitavam uma região mais ao sul, entre os rios Coxim e Sucuruí, nas proximidades de Santa Ana do Paranaíba. Quando mencionavam as correrias praticadas pelos cabixis, por sua vez, a documentação podia referir-se a grupos Nambiquaras, mas também aos subgrupos Parecis⁷, que também habitavam regiões próximas à Chapada do Parecis.

Em relação à designação cabixi, não há consenso entre os pesquisadores quanto ao grupo que recebeu tal designação. A historiadora Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa, em sua dissertação intitulada *Senhores da Memória*, reconheceu as dificuldades de se compreender a qual etnia o termo fazia referência, mas considerou que ao mencionarem os grupos Nambiquara, as fontes utilizavam, desde o século XVIII, alguma corruptela do termo cabixi. Foi Cândido Mariano da Silva Rondon, no século XX, que percebeu que cabixi era como os moradores de Vila Bela da Santíssima Trindade chamavam os Nambiquaras, e que este, por sua vez, já havia sido adotado pelos moradores de Diamantino e Cáceres.⁸

Maria de Fátima Roberto Machado argumentou, em artigo intitulado *Quilombos, cabixis e caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII*, que tanto o termo cabixis quanto o caburé são de origem banto, utilizados no contexto de relação interétnica entre portugueses, índios e negros. Cabixi era como os negros se referiam, pejorativamente, aos grupos nambiquaras e parecis, e em relação a este último, em particular o grupo cozárini:

Não é possível saber ao certo quais os grupos Nambiquaras recebiam no século XVIII a designação pejorativa 'cabixi', mas é possível afirmar sem vacilar que eles partilharam esse estigma com os Paresi do grupo Kozárini, que habitavam a região da fronteira de Vila Bela, com os quais trocavam mulheres e crianças, principalmente através de incursões guerreiras.⁹

Além disso, ao fazermos uso da designação que as próprias fontes atribuem aos povos indígenas evitamos estabelecer uma continuidade etnico-histórica entre os bororos, nambiquaras, parecis ou cayapós do século XIX com os atuais. Na esteira de Graciela Chamorro, consideramos que os nomes dados aos povos indígenas pelos colonizadores, bem

⁷ Parecis é como os sertanistas do período colonial passaram a chamar os índios de língua Aruak que habitavam o noroeste mato-grossense. Eles se autodenominam *Halati*, que significa algo como gênero humano em oposição aos animais, ou povo. O termo Pareci ou Paresi passou a ser utilizado no século XIX para designar diferentes grupos da mesma família linguística. MACHADO, M. de F. *apud* CANOVA, L. *Os doces bárbaros*, p. 18-19.

⁸ COSTA, A. M. R. F. M. da. *Senhores da Memória*, p. 64.

⁹ MACHADO, M. F. *Quilombos, cabixis e caburés*, p. 16.

como as próprias autodenominações com as quais os nativos se apresentaram podem não corresponder aos conceitos atuais de identidade ou etnônimo.¹⁰

Ao priorizar os coroados, no terceiro capítulo, não descartamos a possibilidade de que parte de nossas conclusões se estendam a outras etnias, o que, aliás, é possível inferir a partir da leitura de alguns indícios e de pesquisas sobre os povos indígenas de outras regiões do Brasil. Porém, as fontes levantadas permitem visualizar com mais clareza as motivações dos coroados do que para as demais etnias que também cometiam assaltos aos moradores. Portanto, para não correr o risco de generalizar para outros grupos o que podemos observar em apenas um deles, optamos por esta restrição.

A política indigenista será abordada aqui na sua interface com a política indígena, considerando que as ações do governo provincial em relação aos povos indígenas não estão dissociadas das elaborações indígenas. Como será visto, os assaltos praticados pelos indígenas eram motivados por interesses específicos, como a obtenção dos objetos de ferro e tecidos dos civilizados. Estes assaltos, que eram meticulosamente organizados pelos índios, prejudicavam o desenvolvimento econômico da província, pois muitos moradores vitimados abandonavam suas propriedades com medo de novos ataques. Para contê-los, o governo da província fez uso de diversas estratégias durante o século XIX, todas armadas, que variaram entre organização de bandeiras, rondas defensivas e expedições militares para contato. Foi a postura ofensiva dos indígenas, motivada pelos interesses que tinham pelos objetos dos não indígenas, que demandou ações do governo da província. Assim, novamente na esteira de Manuela Carneiro da Cunha, sugerimos que a política indigenista destinada aos índios considerados hostis se deu a partir de uma relação com a própria política indígena. É nesse sentido que a história do indigenismo é indissociável da história indígena. Esta, por sua vez, é uma elaboração ativa que permanentemente articula práticas sociais e cosmologias com situações específicas.¹¹

A política indigenista será abordada neste trabalho como o conjunto de ações adotadas pelo Estado, com vistas a inserção dos povos indígenas nas sociedades nacionais¹², tal como definiu o antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima, em seu livro intitulado *Um grande cerco de paz*. Enquanto o conceito de política indigenista restringe-se às ações do Estado que visam os povos indígenas, o conceito de política indígena diz respeito às ações dos próprios indígenas. Como apontou Manuela Carneiro da Cunha, estes conceitos são indissociáveis, mas não

¹⁰ CHAMORRO, G. *História Kaiowa*. p. 44.

¹¹ CARNEIRO DA CUNHA, M. Por uma história indígena e do indigenismo. In: *Cultura com aspas*, p. 130.

¹² LIMA, A. C. de S. *Um grande cerco de paz*.

podemos confundí-los. Desconsiderar que os povos indígenas desenvolviam políticas próprias é negar-lhes a condição de agentes históricos:

Quanto à história do indigenismo, foi por muito tempo confundida com a história indígena: ou seja, os índios aparecem frequentemente como vítimas de um processo no qual se supunha que não interviesses como atores. Por sua vez, o indigenismo foi muitas vezes reduzido à legislação que, embora importante e reveladora, não pode ser pensada como a realidade completa. A história do indigenismo não é, portanto, dissociável da história indígena, simplesmente engloba mais atores.¹³

Durante o século XIX, a política indigenista oficial do Estado Imperial oscilou entre as medidas que defendiam a inserção dos indígenas à sociedade nacional por meio da catequese e as medidas que pregavam o uso da violência como forma de submetê-los. Mostraremos neste trabalho que as duas políticas tiveram lugar em Mato Grosso, durante os oitocentos, no entanto o foco recairá exatamente nas ações do governo provincial que tiveram como objeto os povos indígenas considerados hostis.

A política indigenista em Mato Grosso, durante o século XIX, foi objeto de estudo de outras pesquisas. Nesta dissertação partimos das contribuições de pesquisadores que abordaram o referido tema na província. Destacamos a pesquisa do historiador Cláudio Alves de Vasconcelos que, em sua tese, intitulada *A questão indígena na província de Mato Grosso*, mostrou o desenvolvimento da política indigenista e sua pretensão civilizatória. Fundamental para a delimitação de nossa pesquisa, Cláudio Vasconcelos, ao promover uma análise panorâmica da política indigenista da província percebeu que no saldo geral da política indigenista provincial, a política de catequese e civilização dos índios foi insignificante se comparada à política de perseguição armada e repressão aos índios hostis.¹⁴

A política indigenista de aldeamentos, por sua vez, foi objeto de análise da tese de Marli Auxiliadora de Almeida, intitulada *“Índios fronteiriços”*. Defendida em 2013, a tese da historiadora analisou os aldeamentos dos Bororo Ocidentais, criados na fronteira oeste, na divisa com a Bolívia, e os aldeamentos dos subgrupos Guaná, na parte sul da província, na fronteira com o Paraguai. Para a autora, os aldeamentos ao oeste serviram à necessidade do Estado em guarnecer as fronteiras com os países vizinhos e, nesse sentido, os indígenas aldeados tornaram-se objeto do que a autora definiu como “política indigenista de fronteira”¹⁵. A leitura da tese de Marli Auxiliadora de Almeida permitiu perceber a importância da política indigenista de aldeamentos para a província e sua dimensão geopolítica. Assim, a

¹³ CARNEIRO DA CUNHA, M. Por uma história indígena e do indigenismo. In: *Cultura com aspas*, p. 130.

¹⁴ VASCONCELOS, C. A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso*, p. 101.

¹⁵ ALMEIDA, M. A. de. *“Índios fronteiriços”*.

insignificância da política de aldeamentos se comparada à política de perseguição armada, de que trata o historiador Cláudio Alves de Vasconcelos, pode ser relativizada com a leitura da pesquisa da Marli Auxiliador de Almeida.

Tomados em conjunto, os dois trabalhos ajudaram a compreender que na província de Mato Grosso não houve apenas uma política indigenista, mas pelo menos duas: uma política de aldeamentos com ênfase na catequese dos nativos, e outra de expedições armadas que se assemelhavam às bandeiras do período colonial. Daí surgiu a questão: por que o projeto de catequese e civilização dos nativos encontrou relativo sucesso nos aldeamentos dos subgrupos Guaná, na fronteira sul? Por que este projeto não vigorou entre outros grupos étnicos da província? Por que a política de perseguição armada foi tão recorrente em se tratando dos grupos coroados, cabixis e cayapós?

Nesta direção, outra pesquisa que merece destaque pela inspiração que proporcionou a esta dissertação é a do historiador Odemar Leotti, intitulada *Labirinto das Almas*. Defendida em 2001, o autor se deteve na análise dos documentos da Diretoria Geral dos Índios, bem como dos Relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso, e apontou a descontinuidade que caracterizou a política de aldeamentos, especificamente os aldeamentos dos grupos Guaná de Nossa Senhora do Bom Conselho e da Aldeia Normal de Miranda. Ao focalizar a política de aldeamentos, Odemar Leotti mostrou que a política indigenista encontrou resistência dos próprios indígenas e por isso sofreu inúmeras descontinuidades. Para o historiador, a descontinuidade observada nos aldeamentos ao sul da província é fruto da diferença entre os códigos culturais dos sujeitos envolvidos, diferença que o projeto de catequese e civilização dos índios não conseguia superar.¹⁶

Assim, a reflexão feita por Odemar Leotti, conjugada com as pesquisas que destacaram a ação indígena diante de uma política indigenista propiciaram alguns questionamentos: considerando os indígenas enquanto sujeitos históricos, quais as razões indígenas levaram ao fracasso a política de aldeamentos dos grupos hostis durante boa parte do século XIX? As incursões dos nativos, classificadas como correrias pelos não indígenas, podem ser pensadas como estratégia de resistência? O que levava os grupos considerados hostis a praticarem estas incursões? Estas questões serão desenvolvidas no terceiro capítulo.

Ao lado das pesquisas supramencionadas, outras foram utilizadas ao longo deste trabalho. Na impossibilidade de mencionar, nesta introdução, todas as pesquisas que

¹⁶ LEOTTI, O. *Labirinto das almas*, p. 183.

contribuíram para a realização desta dissertação, vale dizer que esta partiu de inúmeras contribuições de outros pesquisadores que se dedicaram a pesquisar a temática indígena.

* * *

Em relação ao procedimento metodológico adotado, fazemos uso do método etno-histórico, tal como definido pelo historiador Thiago Cavalcante em artigo elucidativo sobre as diversas acepções do conceito. A etno-história será tomada aqui como um método interdisciplinar, que conjuga dados e métodos das disciplinas de antropologia e história para compreender a história de povos não ocidentais.¹⁷

O diálogo com a antropologia foi fundamental para compreensão do objeto investigado nesta pesquisa. A nossa interpretação dos assaltos praticados pelos nativos aos moradores consiste em evidenciar a dimensão de complementaridade que é possível observar através das fontes analisadas. Não nos opomos às interpretações que sugerem que as correrias foram formas de resistência aos colonizadores, mas consideramos que talvez tenham sido um meio encontrado pelos indígenas para adquirirem objetos estranhos à cultura nativa, mas que se tornaram muito úteis e importantes para eles. Assim, ao invés de oposição ao outro, como sugere a noção de resistência, destacamos a conotação de complementaridade que este outro passou a representar para os coletivos indígenas que praticavam os assaltos.

Convém destacar que a noção de que os povos indígenas se oporiam obstinadamente ao contato com a cultura não indígena fundamenta-se em um conceito de cultura essencialista, que desconsidera a sua dinamicidade, que a enxerga como um bloco monolítico incapaz de se transformar sem perder uma suposta essência. Assim, o conceito de aculturação ajudaria a explicar as mudanças culturais decorridas de um contato permanente entre culturas distintas. Ainda que as contribuições de Nathan Wachtel tenham sido importantes para aprimorar o conceito, as críticas ao conceito de aculturação cresceram desde a década de 1970 e novas noções como a de apropriação e ressignificação adquiriram relevância para explicar o contato entre culturas distintas.¹⁸

Uma das críticas contra os conceitos aculturação e resistência foi formulada pelo historiador John Monteiro, que questionou estas noções que estão presente em diversas pesquisas sobre os povos indígenas. John Monteiro chamou estas noções de “imagens

¹⁷ CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena, p. 359.

¹⁸ ALMEIDA, M. R. C. de. Os índios na História, p. 25.

cristalizadas”, exatamente por serem recorrentes na explicação do passado indígena. Pare ele, tais imagens dificultam a compreensão efetiva dos indígenas como sujeitos históricos, pois idealizam um indígena recalitrante a qualquer mudança, sempre disposto a resistir para manter uma cultura supostamente tradicional. Nesse sentido, o autor propõe analisar o conceito de resistência através de outra perspectiva, que privilegie os espaços intermediários de negociação:

Para se repensar a resistência dos índios, faz-se necessária uma reinterpretação abrangente dos processos históricos que envolviam essas populações. Mais do que isso, é preciso também reavaliar como os diferentes atores nativos criaram e construíram um espaço político pautado na rearticulação de identidades, contemplando evidentemente não apenas as formas pré-coloniais de viver e proceder, como também e especialmente a sua inserção – ou não – nas estruturas envolventes que passaram a cercar cada vez mais as suas margens de manobra. Assim, tanto as sociedades que se mantinham avessas ao contato, por assim dizer, com as que foram mais intensamente envolvidas nos esquemas coloniais tiveram que adotar novas formas de resistência, muitas vezes, lançando mão de estratégias, retóricas e materiais buscados entre os europeus.¹⁹

Contribuição importante para esta pesquisa e que permite contornar as imagens cristalizadas acima mencionadas encontramos nos textos do antropólogo Marshall Sahlins. Seus escritos apontam, justamente, para a dinâmica cultural entre os povos não ocidentais. Para o antropólogo, a cultura é reproduzida na história, mas também é transformada pela história. Os sujeitos avaliam seus sistemas culturais na história e essa avaliação pode ocasionar alteração da ordem cultural, pois eles, “em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação”.²⁰ As culturas, portanto, nada tem de estáticas e é no tempo que elas se transformam a partir das avaliações que os sujeitos fazem dos eventos históricos. É nesse sentido que a cultura é submetida a riscos empíricos.

O contato dos coroados com o mundo não indígena, no Mato Grosso do século XIX, pode ser interpretado como o evento histórico que submeteu as categorias culturais ao risco de transformarem-se. O contato com o mundo não indígena possibilitou aos coroados acesso a objetos que potencializaram práticas culturais tradicionais, como a caça, coleta e pesca de alimentos, que passaram a ser feitas com facões, machados ou anzóis de ferro. Os objetos adquiridos foram ressignificados pela cultura nativa e adquiriram funções específicas para os indígenas.

¹⁹ MONTEIRO, J. M. Armas e armadilhas, p. 241-242.

²⁰ SAHLINS, M. *Ilhas de história*, p. 9.

A disciplina de história, por sua vez, contribuiu com a crítica das fontes utilizadas na pesquisa. O desafio do historiador ao trabalhar com as fontes históricas é lê-las para buscar exatamente aquilo que não querem dizer, tal como afirmou March Bloch em *Apologia da História*:

Do mesmo modo, até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo. [...] Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos portanto pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de seus vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer. É, pensando bem, uma grande revanche da inteligência sobre o dado.²¹

O desafio de buscar aquilo que as fontes não dizem é ainda maior para as pesquisas sobre os povos indígenas do Brasil, pois as fontes, em sua maioria, foram escritas pelos colonizadores, e por isso estão carregadas de preconceitos em relação aos nativos. John Monteiro chamou atenção para o fato de que as pesquisas sobre os povos indígenas da América portuguesa se deparam com uma escassez de fontes textuais e iconográficas que contrasta com as pesquisas sobre os povos indígenas da América espanhola.²² E mesmo quando se encontram fontes textuais escritas pelos indígenas o desafio de tradução tende a dificultar a sua utilização.

Assim, ao trabalhar com as fontes sobre os povos indígenas escritas por não indígenas é necessário adotar uma postura de constante dúvida em relação ao que está escrito e, sobretudo, interrogar os silêncios e as entrelinhas, tal como indicou Marc Bloch. Na esteira do historiador dos *Annales*, Francisco Cancela, em artigo que discute procedimentos metodológicos dos pesquisadores da história indígena, considerou as artimanhas que os pesquisadores da história indígena devem levar em consideração, pois “às vezes, uma fonte diz mais pelo que não está escrito, principalmente quando seu autor é uma figura central de um conflito colonial”.²³

Nesta pesquisa estas posturas possibilitaram conjecturar hipóteses sobre as motivações que levaram os indígenas a cometerem o que as fontes do período definiram como correrias. A partir da percepção de que o *topos* “mortes, roubos e incêndios” repetia-se na documentação que descrevia os ataques dos índios, indagamos se este podia representar algo além de um clichê repetido ao longo do século XIX para caracterizar os assaltos dos nativos. Considerado um

²¹ BLOCH, M. *Apologia da História*, p. 78.

²² MONTEIRO, J. *Tupi, tapuias e historiadores*, p. 2-3.

²³ CANCELA, F. “Você quer voltar à oca?”, p. 15-16.

indício, na acepção que o historiador Carlo Ginzburg dá ao conceito²⁴, perseguimos este *topos* através das fontes para compreender as ações indígenas durante os assaltos e suas motivações.

* * *

Em relação às fontes, no segundo capítulo utilizamos os Relatórios dos Presidentes de Província de Mato Grosso, entre os anos de 1837 a 1886. Os relatórios são um conjunto de fontes que apresentam ricas informações sobre diversos setores da administração pública de cada província, e por isso têm sido utilizados por pesquisadores de diversas disciplinas, dado a riqueza de informações que contêm.

Os relatórios são documentos oficiais da esfera do Poder Executivo, produzidos pelos presidentes ou vice-presidentes e encaminhados às sessões da Assembleia Legislativa na ocasião da passagem de um mandato ou na prestação anual de contas da administração. Até a Proclamação da República, em 1889, estes documentos eram chamados de relatórios, falas ou discursos. No período Republicano passaram a ser chamados de Mensagens dos Governadores de Estado.²⁵

Os Relatórios dos presidentes da Província de Mato Grosso foram microfilmados pela Biblioteca Nacional, em parceria com Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), através do Plano de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros.²⁶ Utilizamos nesta pesquisa os Relatórios que foram disponibilizados na rede mundial de computadores, por meio do site²⁷ do *Center for Research Libraries* (CRL).

Como dissemos acima, os relatórios estão divididos por setores da administração pública provincial. Ao lermos os documentos, constatamos menções aos indígenas em itens como “Estradas, pontes e navegação”, “Vias de comunicação”, “Índios”, “Agressões de índios”, “Índios Bravios”, “Tranquilidade pública e segurança individual”, “Correria dos índios” e “Força pública” e “Catequese”. Em um levantamento sumário que considera os itens nos quais os indígenas são mencionados, mais da metade das citações encontram-se em “Agressões de índios” e “Catequese”. Esta constatação não é sem relevância, pois representa

²⁴ Trata-se do método indiciário, considerado por Ginzburg como o paradigma da ciência histórica: “[...] Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia congnotiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural”. GINZBURG, C. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. GINZBURG, C. In. *Mitos, emblemas e sinais*. p. 156-157.

²⁵ Ao citar os documentos faremos a distinção entre relatórios, falas ou discursos.

²⁶ MORGADO, E. M. O.; MORAES, S. de. *Relatórios dos presidentes de província e governadores do estado de Mato Grosso (1835-1965)*.

²⁷ Conferir <http://www.crl.edu/> (Acessado em 14 de agosto de 2016)

as esferas na quais a “questão indígena” fora debatida durante o regime monárquico e que redundaram nas duas políticas indigenistas que abordaremos nesta pesquisa: a política de catequese e civilização dos índios e a política armada.²⁸

Utilizamos também periódicos que circularam durante o século XIX na província. Encontramos uma quantidade significativa de menções aos indígenas nos periódicos catalogados pela Biblioteca Nacional. O periódico *A província de Matto-Grosso*, criado em 1879, em Cuiabá, por iniciativa de João José Pedrosa, então presidente da província, reúne o maior número de informações sobre os povos indígenas. Assim, este foi o principal periódico utilizado nesta dissertação.

Por ter sido instrumento oficial do governo entre os anos de 1879 e 1883, o conteúdo se subdivide em duas partes: a parte oficial e a gazetilha. Na parte oficial são apresentadas os atos oficiais do governo, como a publicação de ofícios encaminhados pelos presidentes aos funcionários do governo, requerimentos encaminhados pelos funcionários da administração da província aos presidentes, promulgação de leis, atas das sessões da Assembleia Legislativa, as receitas e despesas anuais da administração da província, entre outros.

Na gazetilha são apresentadas notícias sobre o cotidiano da província, como chegada dos malotes de correio, crimes, partidas e chegadas dos vapores, falecimentos, poesias, cartas recebidas dos habitantes da província, entre tantos outros temas que faziam parte do dia a dia da província. Por fazer parte deste cotidiano, os indígenas são mencionados quase sempre para noticiar alguma correria praticada.

Além dos jornais, utilizamos os relatos dos viajantes Karl von den Steinen e Joaquim Ferreira Moutinho. Karl von den Steinen esteve entre os Bororo nos anos 1887 e 1888 e fornece uma etnografia valiosa sobre a cultura dos indígenas. Joaquim Ferreira Moutinho, por sua vez, em sua *Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida d’um roteiro de viagem da sua capital á São Paulo*, apresenta alguns dados importantes sobre os povos indígenas da província. Especialmente o seu roteiro de viagem da capital Cuiabá até São Paulo, que permite ao leitor acompanhar os prazeres e os desafios de uma viagem tão distante, em meados do século XIX.

²⁸ Manuela Carneiro da Cunha percebeu que durante o século XIX o debate sobre qual o melhor meio de lidar com a questão indígena girava em torno do binômio: catequese e civilização/guerra: “Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se deve exterminar os índios ‘bravos’, ‘desinfestando’ os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão de obra”. CARNEIRO DA CUNHA, M. Política indigenista no século XIX. In: *Índios no Brasil*, p. 57.

* * *

No primeiro capítulo, intitulado *A política indigenista no século XIX e seus desdobramentos nas fronteiras oeste e sul da província de Mato Grosso*, analisamos por meio de uma bibliografia especializada, o desenvolvimento de uma política de aldeamentos e catequese dos índios nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. Argumentamos que o desenvolvimento dos aldeamentos na fronteira pôs em prática o *Regulamento acerca das missões de catequese, e civilização dos índios*, promulgado em 1845. Além de ter tido como função civilizar os nativos aldeados para subtrair suas terras e transformá-los em trabalhadores livres e pobres, a criação dos aldeamentos atendeu também à política de defesa das fronteiras, garantindo a especificidade dos aldeamentos a oeste e sul da província.

Nesta perspectiva, os indígenas aldeados serviram de objeto à política indigenista de catequese e civilização, através de serviços prestados nas fazendas da região ou na venda de produtos por eles cultivados, garantindo a ocupação de uma região fronteira ainda não assegurada pela Coroa. No entanto, argumentamos que ao serem utilizados como objeto de uma política específica, os indígenas aldeados também a fizeram de objeto, utilizando os aldeamentos para pôr em prática seu modo de vida, como fizeram os subgrupos Guaná aldeados na fronteira sul, em Nossa Senhora do Bom Conselho e na Aldeia Normal de Miranda; ou utilizaram os aldeamentos como meio de sobreviver enquanto grupo, em um contexto desfavorável, como é possível perceber no aldeamento dos Bororo Ocidentais na fronteira oeste.

No segundo capítulo, *Estratégias de “pacificação” dos índios hostis*, mostramos o desenvolvimento de uma política indigenista notadamente violenta, que teve lugar na região próxima à capital Cuiabá e envolveu os índios coroados, bem como a região próxima à cidade de Mato Grosso e que envolveu os índios cabixis. Esta política tinha o objetivo de pacificar os indígenas que praticavam as “correrias”. Estas, por sua vez, causavam inúmeros prejuízos à Província e por isso receberam a atenção do governo.

A violência, motor da política indigenista nestas regiões, expressou-se de modo mais claro no envio de bandeiras punitivas, que marcharam contra os índios até a década 1850. Por pressão da Coroa, que neste período passou a solicitar às províncias outras estratégias para lidar com os índios hostis, o governo de Mato Grosso adotou novas estratégias, como as rondas volantes e as expedições armadas para capturar indígenas que seriam levados para Cuiabá com o fito de serem convencidos das supostas vantagens da vida civilizada. No entanto, apesar da pressão da Coroa, estas estratégias continuaram a utilizar as armas como principal ferramenta para contatar os nativos. Assim, a violência contra os povos hostis continuou sendo a política

indigenista oficial da província, apesar das tentativas de abrandamento sugeridas pelos sucessivos presidentes da província.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “*Mortes, roubos e incêndios: a agência indígena na província de Mato Grosso*”, as correrias indígenas são abordadas na perspectiva dos povos indígenas. Nosso objetivo neste capítulo foi responder, ao menos em parte, à pergunta: o que motivava os povos indígenas a cometerem os assaltos aos moradores? Como esclarecemos acima, a análise privilegiou a atuação dos coroados. Percebemos que um dos objetivos dos assaltos era adquirir objetos dos civilizados, sobretudo os de ferro e tecidos. Estes objetos adquiriam funções específicas para os índios, que potencializavam práticas culturais, como a pesca e coleta de alimentos.

Capítulo 1

A POLÍTICA INDIGENISTA NO SÉCULO XIX E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS FRONTEIRAS OESTE E SUL DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

O presente capítulo tem como primeiro objetivo apresentar, por meio de bibliografia que se dedicou ao tema, a construção da política indigenista imperial. Argumentamos que o debate sobre a questão indígena que teve lugar no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro durante os oitocentos, apesar de diversificado em relação às propostas indigenistas, possuía uma única direção, que era o desejo de integração dos nativos à sociedade nacional.

Nos primeiros anos de seu funcionamento, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro possuía um papel de relevo para a construção da principal lei indigenista do império, o *Regulamento acerca das missões de catequese, e civilização dos índios*, promulgado em 1845. Apesar de ter sido promulgado tardiamente, chamamos atenção para o fato de que a sua promulgação tardia não significou inexistência de um debate político sobre a necessidade de resolver a questão indígena. Desde o final do século XVIII, com a extinção do Diretório Pombalino, a questão indígena carecia de uma legislação abrangente.

A sucinta apresentação da construção da política indigenista imperial servirá ao nosso segundo objetivo, que é pensar a execução do *Regulamento* na província de Mato Grosso, em especial na fronteira oeste e sul. Argumentamos também, na esteira de uma bibliografia especializada, que os aldeamentos de subgrupos Bororo, na fronteira com a Bolívia, e de subgrupos Guaná, na fronteira com o Paraguai, possuíam uma função geopolítica. Isso significa afirmar que, além da função de aldear os nativos para civilizá-los por meio da catequese e do trabalho, transformando-os em trabalhadores livres e pobres, liberando suas terras para a exploração, nesta região os aldeamentos indígenas tiveram por função adicional guarnecer as fronteiras.

Objetos de uma política indigenista específica, os povos indígenas também a fizeram de objeto. Para os grupos Bororo Ocidentais, aldeados na região oeste, o aldeamento foi uma alternativa encontrada para sobreviverem enquanto grupo, após enfrentarem sucessivas bandeiras enviadas contra eles pelos colonizadores. Nesse sentido, os aldeamentos serviram tanto aos anseios das autoridades governamentais e dos moradores da região, como também aos dos grupos aldeados.

Semelhante aos Bororo Ocidentais, os subgrupos Guaná, aldeados na Aldeia Normal de Miranda e na Aldeia Nossa Senhora do Bom Conselho, apropriaram-se criativamente dos

aldeamentos. Considerados mais “dóceis” que os Bororo Ocidentais, os Guaná mantiveram um bom relacionamento com os grupos não indígenas. Prestaram diversos serviços aos moradores e o seu bom comportamento foi elogiado pelo governo da província. Este comportamento, mais do que uma submissão ao projeto de catequese e civilização, demonstra uma avaliação feita pelos Guaná do contexto em que viviam e da possibilidade de continuar suas práticas culturais dentro de uma conjuntura desfavorável.

É importante ressaltar que não se trata de desconsiderar a violência física e simbólica inerente ao processo de aldeamento: a sua exploração como mão de obra nas fazendas e outros serviços, a progressiva inviabilidade da manutenção de práticas culturais tradicionais, etc. Trata-se, antes, de interpretar os aldeamentos como alternativa ao extermínio, avaliada pelos próprios indígenas em contexto de desigual relação de forças entre a sociedade nacional e os povos autóctones.

1.1 – A política indigenista imperial enquanto projeto de integração dos índios

Durante o século XIX, a expansão dos colonizadores por territórios que antes eram habitados somente por povos indígenas colocou em contato agentes históricos que possuíam objetivos diversos e por vezes conflitantes. Se muitos nativos permaneciam avessos ao contato com os não indígenas, estes, por sua vez, possuíam interesses de ocupar e explorar um território secularmente habitado por povos nativos.

Em muitas regiões do império a questão indígena resumia-se, na perspectiva dos colonizadores, a um problema de terras. Explicitar esta característica é importante para demarcar uma fronteira entre a problemática indígena do período colonial – notadamente um problema de mão de obra – e a que teve lugar ao longo dos oitocentos. Esta ideia está sintetizada na frase, já bastante conhecida pelos pesquisadores da política indigenista do período, elaborada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, ao dizer que, no século XIX “a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”.²⁹

Assim, por ter sido a questão indígena, durante o século XIX, fundamentalmente uma questão de terras, debateu-se sobre qual o procedimento mais adequado para resolver o problema da relação entre sociedade nacional e os povos indígenas: se por meio de ações brandas e suasórias, como a civilização através da criação de aldeamentos e com o auxílio da

²⁹ CARNEIRO DA CUNHA, M. A política indigenista no século XIX, p. 56.

catequese; ou se por meios violentos, com a expedição de tropas armadas para afugentar os indígenas hostis para os sertões distantes dos núcleos de povoamento.³⁰

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), criado em 1838 com o objetivo de escrever a história da recente nação, e assim colaborar para a construção de uma identidade nacional, catalisou os debates acerca das políticas a serem construídas para os povos indígenas que habitavam o território brasileiro, de modo que parte significativa da produção do Instituto durante o século XIX foi dedicada à temática indígena.³¹

No entanto, a importância do IHGB para a formulação de uma política indigenista ampla não se deu só em termos quantitativos. Fernanda Sposito argumentou que o Instituto teve um importante papel para a definição da principal lei indigenista do Império, promulgada em 1845, sobre a qual falaremos mais adiante. Por ora, cabe destacar que no bojo de um projeto de construção de uma história nacional o IHGB influenciou a política indigenista do período, conforme escreveu Sposito:

Anteriormente, toda vez que se tentava aprovar uma lei geral para resolver os conflitos entre índios e os nacionais, alegava-se a falta de estudos e conhecimentos sobre o tema e as diferentes realidades do Império. O Instituto, desde seus passos iniciais, tomou a questão indígena como uma das bandeiras de sua prática intelectual. Aliando os conhecimentos sobre a história colonial com memórias e programas escritos no presente sobre os indígenas, chegou a formular esboços do que deveria ser um projeto de Estado.³²

Além de contribuir para a definição da principal lei indigenista do século XIX, o IHGB também norteou as posturas administrativas dos presidentes de província em relação aos povos indígenas. A contribuição do Instituto para a promulgação de uma lei indigenista de âmbito nacional, através da construção de uma proposta que foi recebida com relativo consenso pelo legislativo, não significa que posicionamentos divergentes à lei não tenham surgido durante o século XIX. As diferentes propostas para lidar com os nativos, defendidas pelos membros do Instituto, repercutiram nas ações das autoridades provinciais³³, mesmo porque parte dos seus integrantes eram membros da alta sociedade imperial e ocupavam cargos políticos importantes. Essa característica levou Lilia Moritz Schwarcz a afirmar que o IHGB se assemelhava mais a uma sociedade de cortes do que a um instituto científico.³⁴

³⁰ CARNEIRO DA CUNHA, M. A política indigenista no século XIX, p. 56, p. 57.

³¹ Lúcio Tadeu Mota observou que, entre 1839 e 1889, dos 1.406 artigos publicados na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB), 274 estavam relacionados com questões indígenas, tendo, portanto, ocupado quase 20% da pauta da Revista do Instituto. Cf. MOTA, L. T. A política indigenista imperial na província de Mato Grosso até o início da década de 1850.

³² SPOSITO, F. *Nem cidadãos, nem brasileiros*, p. 137.

³³ MOTA, L. T. A política indigenista imperial na província de Mato Grosso até o início da década de 1850. A mesma observação é feita por KODAMA, K. *Os índios no Império do Brasil*.

³⁴ SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*, p. 133-134.

Um levantamento feito por Lúcio Tadeu Mota, na Revista do IHGB, permitiu identificar as principais correntes que debatiam sobre a questão indígena entre a data de fundação do Instituto até o final do regime monárquico, ou seja, entre os anos de 1838 a 1889. As ideias defendidas pelos membros do IHGB estavam em sintonia com o projeto de construção dos Estados nacionais na América do Sul, que pretenderam integrar os povos indígenas. A integração dos indígenas significava a apropriação de suas terras pelo Estado. Além disso, ao mesmo tempo que o Estado Nacional definia sua fronteira política, definia também as fronteiras que os territórios indígenas não podiam ultrapassar.³⁵

Assim, no caso do Império brasileiro, apesar das divergências entre os membros do Instituto em relação ao meio mais eficaz para integrar os povos indígenas, foi o ideal assimilacionista que norteou as políticas indigenistas por eles defendidas. Nesse sentido, é possível identificar quatro macro-propostas de integração dos indígenas ao Estado nacional: a integração por meio da catequese, integração por meio da miscigenação, integração através da guerra e a integração através do trabalho.³⁶

Vale destacar aqui as principais propostas para a resolução da questão indígena, que tiveram lugar na Revista do Instituto, e que foram identificadas na pesquisa de Lúcio Tadeu Mota. A nosso ver, em maior ou menor grau, estas propostas podem ser identificadas nos projetos de integração dos povos indígenas na província de Mato Grosso.

A integração por meio da catequese foi defendida, sobretudo, pelos membros ligados à Igreja, como Januário de Cunha Barbosa (1840), Joaquim Caetano Fernandes (1856), Domingos José Gonçalves de Magalhães (1860) e Perdigão Malheiros (1867). Em síntese, estes intelectuais defenderam a catequese religiosa como melhor meio para integrar o indígena ao Estado nacional e essa defesa fundamentava-se nas experiências com as missões coloniais entre os povos indígenas, que estes intelectuais julgaram terem sido exitosas.³⁷

A defesa do aldeamento e da catequese indígena por alguns membros do IHGB ocorreu em contraposição aos que defendiam a integração através da guerra, como Francisco Adolfo de Varnhagen. Inspirado nas ideias de Buffon e De Pauw, Varnhagen acreditava na superioridade do homem branco em relação ao indígena e o direito de o primeiro utilizar a força caso precisasse para submeter o segundo. Uma viagem feita no ano de 1841 à província do Paraná e

³⁵ MOTA, L. T. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional, p. 151.

³⁶ *Ibidem*, p. 155-170.

³⁷ *Ibidem*, p. 155-159.

as histórias dos ataques indígenas que ouviu dos caboclos durante o caminho, influenciaram a crítica de Varnhagen ao projeto de Catequese e Civilização dos Índios.³⁸

Havia ainda os que defendiam a integração do indígena através da miscigenação, como Carl Friedrich Philipp von Martius (1843) e José Veríssimo (1880). Em 1843 von Martius escreveu a dissertação que foi premiada pelo IHGB em um concurso sobre como escrever a História do Brasil. Na dissertação, von Martius defendeu que o cruzamento entre as raças era a forma mais eficaz para construir uma nação organizada. A raça indígena, que se encontrava degenerada, pois no passado já havia sido uma grande nação, seria tragada pelo vigor da raça branca, que incorporaria também a raça negra. Na mesma direção que von Martius, José Veríssimo criticou, na década de 1880, a catequese indígena e defendeu a miscigenação. Para José Veríssimo, o cruzamento deveria ocorrer em larga escala, de modo que só assim seria possível salvar os povos indígenas do seu desaparecimento.³⁹

A integração pelo trabalho também foi proposta nas páginas da revista do IHGB. O general Couto de Magalhães (1873) defendeu que os indígenas deviam ser utilizados em áreas produtivas, através da educação das crianças em colégios específicos, onde se ensinariam profissões. Assim, Couto de Magalhães criticou tanto os que defendiam o aldeamento e a catequese indígena, que para ele degradava o indígena, quanto os que defendiam a guerra de extermínio, pois o general acreditava que os nativos poderiam substituir os estrangeiros na ocupação do território e no desenvolvimento da nação. Para ele, gradualmente e com a utilização de meios brandos, os indígenas se convenceriam das vantagens da vida civilizada.⁴⁰

As propostas de integração do indígena à nação que surgiam nos artigos publicados na Revista do IHGB serviram de fundamento aos administradores provinciais nas políticas adotadas para os povos indígenas, mesmo após a definição da legislação indigenista, em 1845, o que aponta para um descompasso entre a letra da lei e a sua obediência. Os relatórios dos presidentes de província de Mato Grosso, quando mencionam as políticas para os povos indígenas refletem também o debate que se travou no centro do Império acerca da melhor maneira de tratar a questão indígena, como mostraremos adiante.

Marco legislativo importante para o século XIX, o *Regulamento acerca das missões de catequese, e civilização dos índios*⁴¹ foi promulgado em 1845 e passou a definir as diretrizes básicas para o tratamento dos povos indígenas no Brasil. Esse regulamento foi inspirado nas

³⁸ MOTA, L. T. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional, p. 160-167.

³⁹ Ibidem, p. 159-160.

⁴⁰ Ibidem, p. 167-169.

⁴¹ DECRETO n° 426, de 24 de julho de 1845.

ideias de José Bonifácio, que havia escrito *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. Nesse texto no qual o autor expôs o modo como o Estado deveria proceder em relação aos povos nativos. No entanto, apesar de influenciado pelos *Apontamentos...*, não se pode subestimar a influência que o Diretório Pombalino teve na formulação da política indigenista imperial. Fernanda Sposito argumentou que o *Regulamento...* foi resultado tanto da experiência do Diretório Pombalino, sobretudo se considerar seu aspecto civilizador, quanto também resultado da conjuntura própria à formação da identidade nacional, que teve nos *Apontamentos...* de José Bonifácio a sua principal inspiração:

A receita criada por Bonifácio consistia em mesclar a tática dos jesuítas, que tiveram dedicação, zelo e brandura para com os indígenas, segundo sua visão, com a lógica do Diretório. A herança pombalina aparecia na forma do administrador dos aldeamentos (diretor), proposto por ele para engajar os índios como trabalhadores nacionais, cuidado de seus interesses.⁴²

Apesar do debate em relação aos povos indígenas ter sido expressivo e ter mobilizado posições divergentes entre os membros do Instituto sobre o melhor meio de solucionar a questão indígena, foi um ensaio de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva que mais influenciou a elaboração da legislação indigenista que passou a vigorar a partir de 1845. Os *Apontamentos...* foi apresentado na Constituinte de 1823 e, apesar de bem apreciado, não foi incorporado na Constituição de 1824, que não teve nenhum artigo direcionado aos povos indígenas. Apesar disso, as ideias contidas nos *Apontamentos...* se tornaram o discurso oficial sobre a política indigenista do período, a ponto de muitas das suas frases terem sido plagiadas.⁴³

Manuela Carneiro da Cunha afirmou que com a revogação do Diretório Pombalino, em 1798, passou a existir um vácuo legal em relação aos povos indígenas que só foi preenchido em 1845 com a promulgação do *Regulamento das Missões*.⁴⁴ Na esteira de Manuela Carneiro da Cunha, outras pesquisas têm enfatizado que o vácuo legal e a promulgação tardia não significaram a inexistência do debate público sobre a elaboração de uma política indigenista abrangente, apenas revelam o caráter secundário da questão indígena em relação a problemas considerados mais urgentes e que envolviam o complexo momento de construção do Estado e da nação brasileira, como percebeu Fernanda Sposito:

Assim, a ideia de ‘vazio legislativo’, assinalada por Manuela Carneiro da Cunha, é um tanto quanto limitada no que se refere à apreensão do processo de definição de uma política indigenista por parte do Estado brasileiro, que

⁴² SPOSITO, F. op. cit., p. 75.

⁴³ Ao analisar as respostas dadas pelas autoridades provinciais ao Imperador, em 1826, quando este solicitou recomendações às províncias para a organização de um Plano Geral de Civilização dos Índios, Manuela Carneiro da Cunha percebeu a importância das ideias de José Bonifácio, que estavam presentes em muitos dos relatórios provinciais enviados. CARNEIRO DA CUNHA, M. Pensar os índios, p. 158.

⁴⁴ Idem. A política indigenista..., p. 65-68.

não se deu de uma maneira imediata. A hipótese aqui apresentada é que justamente devido à complexidade, aos inúmeros conflitos e embates políticos próprios à construção do Estado e da nação brasileiras não teria sido possível uma resolução imediata do problema das populações indígenas. [...] Embora efetivamente a Constituição do Império não tenha constatado uma única linha que se referisse aos índios, projetos, ideias, intenções e estratégias com relações a eles faziam parte da realidade naquele território que se pleiteava agora como nacional.⁴⁵

Na mesma direção caminhou Patrícia Sampaio ao argumentar que a revogação do Diretório Pombalino, com a promulgação da Carta Régia de 12 de maio de 1798, restringiu-se, em sua aplicabilidade, ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Por isso, um decreto imperial mandou extinguir as Diretorias dos Índios, após reunião do imperador com seu Conselho de Procuradores, em 23 de setembro de 1822: “salvo melhor juízo, tal decisão pode significar que o Diretório dos índios só foi extinto no Brasil em 1822, após ter vigorado por mais de duas décadas, além do que se verificou no Grão-Pará”.⁴⁶

Além destas interpretações, é ainda possível mencionar duas leis que antecederam o Regimento das Missões de 1845 e que foram relevantes para a política indigenista imperial. A primeira foi a lei que revogou as Cartas Régias de 5 de novembro de 1808⁴⁷, que declarava guerra aos índios da província de São Paulo, e as Cartas Régias de 13 de maio⁴⁸, e 2 de dezembro de 1808⁴⁹, que autorizavam a guerra justa aos índios da capitania de Minas Gerais.

A revogação destas cartas ocorreu através da lei 27 de outubro de 1831. Além da revogação das Cartas Régias de 1808, a lei de 1831, em seu artigo terceiro, livrou da escravidão a que estavam sujeitos os indígenas capturados nas guerras justas; em seu quarto artigo estabeleceu o estatuto jurídico de órfãos aos indígenas, que passaram à responsabilidade dos Juizes de Órfãos; e em seu artigo sexto estabeleceu que os Juizes de Paz se tornavam responsáveis por garantir a liberdade dos índios.⁵⁰

A lei número 16, de 12 de agosto de 1834, também foi um importante marco legislativo para a política indigenista imperial. O artigo décimo primeiro, inciso 5, estabeleceu que as Assembleias Legislativas Provinciais, cumulativamente com o Governo Geral, cuidassem da catequese e civilização dos indígenas.⁵¹ Antes, a administração provincial, através dos Conselhos Gerais, propunha leis e decretos que eram sancionados pela Assembleia Geral

⁴⁵ SPOSITO, F. *op. cit.*, p. 71-72

⁴⁶ SAMPAIO, P. M. Política indigenista no Brasil Imperial, p. 183.

⁴⁷ CARTA RÉGIA de 5 de novembro de 1808.

⁴⁸ CARTA RÉGIA de 13 de maio de 1808.

⁴⁹ CARTA RÉGIA de 2 de dezembro de 1808.

⁵⁰ LEI de 27 de outubro de 1831.

⁵¹ LEI número 16, de 12 de agosto de 1834.

Legislativa e pelo imperador. Com a lei de 1834, as províncias adquiriram autonomia para legislar sobre a questão indígena. Como consequência, diversas províncias adotaram uma postura anti-indígena, extinguindo os antigos aldeamentos existentes e enviando expedições armadas contra os índios hostis.⁵²

Estes exemplos nos servem para relativizar e atribuir sentido ao “vazio legislativo”, do qual fala Manuela Carneiro da Cunha, até a promulgação do Regimento das Missões, em 1845. A falta de uma legislação mais abrangente não implicou nem a inexistência de um debate público sobre a questão indígena, nem a ausência de políticas indigenistas locais, levadas a cabo pelos governos provinciais. Apesar da ausência de uma legislação nacional, as autoridades administrativas no interior das províncias onde a questão indígena se colocava com um problema a ser resolvido desenvolviam políticas próprias para os indígenas, como veremos com a criação do aldeamento de um sub-grupo da etnia Bororo na província de Mato Grosso, três anos antes da promulgação do dito *Regulamento*.

1.2 – A política indigenista na província de Mato Grosso

1.2.1 – Os Bororo Ocidentais

A política de criação de aldeamentos para a catequese e civilização dos indígenas teve na província de Mato Grosso uma função geopolítica, como bem observou Marli Auxiliadora de Almeida.⁵³ O aldeamento de indígenas no Oeste da província, bem como os aldeamentos criados ao sul, na região do Médio Paraguai, tiveram por função, além de pacificar os indígenas e utilizá-los como mão de obra nas fazendas da região, garantir a ocupação do território ao oeste da província e proteger as fronteiras das invasões bolivianas e paraguaias. A proteção destas fronteiras seria feita pelos indígenas aldeados que, além de ocuparem o território poderiam auxiliar militarmente o exército em caso de guerra contra as nações vizinhas.

Foi também com esse intuito que foi criado, em 1842, um aldeamento de um sub-grupo da etnia Bororo, os Bororo Cabaçais, durante a administração do presidente da província José da Silva Guimarães e com o auxílio do padre José da Silva Fraga, que possuía uma fazenda na região, em 1842. Os Bororo Cabaçais, junto com os Bororo da Campanha, eram um sub-grupo

⁵² CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. A política indigenista..., p. 65.

⁵³ ALMEIDA, M. A. de. *op. cit.*

dos Bororo Ocidentais, que habitavam, respectivamente, as margens do Rio Cabaçal e do Rio Jauru.⁵⁴

Antes de falar sobre o aldeamento deste sub-grupo Bororo, cabe alguns esclarecimentos sobre o processo de dispersão dos Bororo para a região oeste de Mato Grosso. O povo Bororo, ou Boé⁵⁵, é uma etnia falante de língua Jê da região central do atual território brasileiro. De acordo com pesquisas arqueológicas dirigidas por Irmhild Wust ao longo do médio e alto curso do rio Vermelho, um afluente do rio São Lourenço, a ocupação humana nesta região recua entre 11.000 a 6.000 anos. As aldeias circulares, disposição tradicional do espaço Bororo, recua pelo menos até o século IX da nossa era. A partir da análise de diferentes tradições ceramistas encontradas no último nível estratigráfico de ocupação pré-colonial, Wust sugere, em consonância com outros arqueólogos e etnólogos, que “a formação da sociedade Bororo etnograficamente conhecida poderia ser resultado da compressão territorial provocada pelo avanço da própria sociedade nacional”.⁵⁶

Apesar da pressão sofrida pela sociedade nacional e da compressão sofrida, no século XIX o território Bororo ainda se estendia do Vale do Rio Juruena até o Rio São Lourenço, na direção norte-sul, e da Bolívia Oriental até o Araguaia, de oeste a leste. A área de perambulação dos Bororo abrangia aproximadamente 400.000 km². Considerando a atual configuração das unidades federativas do Brasil, o território Bororo incluía parte de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.⁵⁷

Renate Viertler, antropóloga que desenvolveu importantes pesquisas sobre os atuais Bororo, afirmou que os Bororo Ocidentais são originários da região do Rio São Lourenço, mas que tiveram que deixar a região devido aos conflitos com os sertanistas durante o século XVIII

⁵⁴ ALMEIDA, M. A. de. *op. cit.*, p. 118.

⁵⁵ Bororo é o etnônimo dado aos Boé – que é como se autodenominam – pelos não índios. Para os Bororo, Boé significa algo como “gente verdadeira” ou “homem verdadeiro”. Não há consenso sobre a origem da atribuição do termo Bororo aos Boé. Sobre a contenda, Leczy Figueiredo Rocha, que dedicou um tópico de sua pesquisa à origem do etnônimo, apresenta duas versões: a primeira é a de que a palavra Bororo seria uma corrupção do termo “wororo”, palavra usada pelos Boé para designar o pátio da aldeia. Na ocasião do contato entre os Boé e os sertanistas, durante o século XVIII, os Boé teriam repetido a palavra “wororo” com frequência aos sertanistas, provavelmente indicando que o pátio da aldeia era o local onde estes últimos devia se reunir. Contudo, ao ouvirem o termo, os sertanistas imaginaram que os indígenas estavam dizendo o seu nome, e por isso passaram a chamá-los de Bororo. Outra versão é de que os indígenas repetiam com frequência em seus cantos o termo “wororo”, mas que, forçado pelo ritmo da música, acabava-se pronunciando “bororo”. A primeira versão é dos padres César Albisetti e Angelo Venturelli; a segunda versão é do padre Mário Bordignon. ROCHA, L. F. *Guerreiros Cabaçais*, p. 22-23. É importante notar que a documentação do século XIX referente aos Bororo reconhece com o nome Bororo apenas os grupos localizados ao Oeste, a quem chamamos de Bororos Ocidentais. Em relação aos Bororo Orientais, que habitavam as margens do rio São Lourenço e região, a documentação se refere a eles como coroados.

⁵⁶ WUST, I. A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo, Mato Grosso, p. 30.

⁵⁷ As informações sobre a extensão do território Bororo no século XIX pode ser conferida nos trabalhos de VANGELISTA, C. Os Boé Bororo; ROCHA, L. F. *op. cit.*; VIERTLER, R. *A duras penas*.

e estabeleceram-se às margens dos rios Jauru e Cabaçal, por volta dos anos de 1750. Os que continuaram nas margens do São Lourenço foram denominados de Bororo Orientais, ou coroados; os que se estabeleceram ao oeste, como dissemos, foram denominados de Bororo Ocidentais.⁵⁸

Portanto, Bororo da Campanha e Bororo Cabaçal foi como ficaram conhecidos pelos moradores – inicialmente da capitania, depois da província de Mato Grosso – os grupos Bororo que se estabeleceram na região do vale do rio Paraguai, nos afluentes rio Jauru e rio Cabaçal. Assim, os que se instalaram nas margens do Jaurú foram chamados de Bororo da Campanha e os que permaneceram nas margens do rio Cabaçal foram chamados de Cabaçais.⁵⁹

A fuga e o distanciamento buscados pelos Bororo Ocidentais não duraram por muito tempo, e com o desenvolvimento das fazendas de gado na região do Rio Paraguai o contato e os conflitos com os não indígenas foram reiniciados. Para se apossar dos campos situados na margem esquerda do Paraguai, João Carlos Pereira Leite, comandante militar e membro de uma importante família da região de Vila Maria, empreendeu, por volta de 1825, uma guerra contra os Bororo da Campanha que durou aproximadamente cinco anos. Ao final, os Bororo Ocidentais foram vencidos, com uma baixa de cerca de quinhentos indígenas e de outros cem que foram capturados pelo vencedor.⁶⁰

Os indígenas capturados passaram a trabalhar na fazenda de Carlos Pereira Leite, exercendo a função de custeio de gado, conforme relatou Hercule Florence.⁶¹ É importante destacar que a guerra aos Bororo da Campanha foi autorizada por D. João VI e a utilização destes indígenas capturados como mão de obra provavelmente seguiu as determinações das Cartas Régias de 1808, que autorizaram guerra e escravidão aos indígenas da capitania de São Paulo e Minas Gerais, que, conforme mostramos, só foram revogadas em 1831.

Os Bororo Cabaçais, por sua vez, foram aldeados na fazenda do Padre José da Silva Fraga, que dirigiu o aldeamento a partir de 1842. O aldeamento foi criado na rota que ligava Cuiabá ao distrito de Mato Grosso, próximo à fronteira com a Bolívia. O argumento do referido padre para a construção de um aldeamento nesta região era a sua localização, que permitia vigiar a fronteira com a Bolívia ao mesmo tempo que garantia a navegação pelo Rio Paraguai até Assunção. Além destes argumentos explicitados pelo padre, Marli Auxiliadora de Almeida

⁵⁸ VIERTLER, R. B. *op. cit.*, p. 43-44.

⁵⁹ ROCHA, L. *op. cit.*, p. 24.

⁶⁰ VIERTLER, R. B. *op. cit.*, p. 47.

⁶¹ ALMEIDA, M. A. de. *op. cit.*, p. 94.

considera que os conflitos anteriores entre os não indígenas e os Bororo Cabaçais influenciaram a disposição para aldeá-los.⁶²

O aldeamento dos Bororo Cabaçais pelo padre José da Silva Fraga, em 1842, e a guerra movida contra os Bororo da Campanha pelo Capitão João Carlos Pereira Leite, em 1825, permitem mostrar que as autoridades provinciais colocaram em prática políticas para os povos indígenas antes da promulgação do *Regulamento...*, o que significa dizer que apesar de ter sido promulgada tardiamente, a inexistência de uma legislação indigenista de âmbito nacional não redundou na ausência de políticas específicas para os indígenas. Ademais, a autorização de guerra contra os Bororo da Campanha e o aldeamento dos Bororo Cabaçais na região oeste da província serviram aos interesses provinciais, na medida em que garantiam a ocupação da região que fazia fronteira com a Bolívia.

Na condição de *índios fronteiriços*, os Bororo Ocidentais atenderam a política de ocupação e expansão das fronteiras do Império em um contexto de conflito entre Brasil e Bolívia pela delimitação territorial, mas também se apropriaram dela e a utilizaram a partir de seus próprios interesses, ora auxiliando bolivianos, ora brasileiros na defesa das fronteiras, como indicam os documentos analisados por Marli Auxiliadora de Almeida.⁶³ Assim, os Bororo Cabaçais serviram ao ideal do padre do Padre Silva Fraga, a saber, de que os indígenas, quando aldeados, poderiam servir como vigias da fronteira.

As autoridades brasileiras não esperavam que os Bororo auxiliassem, também, aos bolivianos, na defesa das fronteiras, como de fato fizeram em alguns momentos. Marli Auxiliadora de Almeida argumenta, na esteira de Fredrik Barth, que apesar de parecer contraditória, a postura dos Bororo Ocidentais tinha por finalidade gerar interação social e adquirir vantagens a partir da própria categorização estabelecida pelos colonizadores. Considerados como aliados ou inimigos, os grupos indígenas podiam adquirir vantagens táticas, como ferramentas, armamentos e roupas, bem como proteção contra eventual hostilidade de alguma das partes envolvidas na contenda. Essa interação poderia trazer alguns benefícios aos indígenas, que na disputa pelo apoio das partes em conflito poderiam angariar recursos que julgavam úteis, como sugere o Comandante da estância Cambará ao solicitar ao presidente da província autorização para apadrinhar os indígenas e assim persuadí-los, através de brindes de ferramentas e roupas, a colaborarem com o governo imperial.⁶⁴

⁶² ALMEIDA, M. A. de. *op. cit.*, p. 114-118.

⁶³ A análise da participação dos indígenas Bororo na contenda territorial entre Bolívia e Brasil é feita pela autora no quarto capítulo, no item “De aldeados a defensores da fronteira”. Conferir: *Ibidem*, *op. cit.*, p. 130-137.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 138-136.

Aldeados nas sesmarias de João Pereira Leite, os Bororo Ocidentais serviram como mão de obra, trabalhando na criação de gados, na agricultura e também como trilhadores.⁶⁵ Com o falecimento de João Pereira Leite, em 1880, os Bororo se dispersaram em outras fazendas. De acordo com Renate Viertler, as últimas notícias sobre os Bororo da Campanha advêm de Petrullo, que visitou o local em 1931 e constatou alguns remanescentes que ocupavam a aldeia chamada Laguna e viviam em um estado de absoluta miséria, com poucas choupanas e apenas uma mulher ceramista, embora ainda praticassem a dança da onça e consumissem chicha na véspera deste ritual.⁶⁶

1.2.2 Aldeamentos dos subgrupos Guaná

No ano de 1847 chegaram na província de Mato Grosso os freis capuchinhos Antônio de Molineto e Mariano de Bagnaia. Os freis chegaram com a missão de colocar em prática a política de criação de aldeamentos para os povos indígenas, tal como definia o *Regulamento acerca das missões de catequese, e civilização dos índios*. Os missionários da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos começaram a desembarcar no Brasil em 1840, após uma solicitação encaminhada pelo Império ao Vaticano, e após dez anos da interrupção na relação entre a Santa Sé e o Império brasileiro.⁶⁷ Em 1843, após rápido debate no Senado sobre a utilização dos missionários capuchinhos nas missões indígenas, a lei foi aprovada e decretada pelo imperador em 24 de junho do respectivo ano.⁶⁸

A opção pelo retorno dos missionários às missões indígenas em 1843 ocorreu após os intelectuais do IHGB terem concluído, até aquele momento, que os missionários possuíam um histórico de mais brandura na relação com os índios do que outras soluções laicas, conforme notou Sposito:

Conforme dito, ao que tudo indica, a proeminência da solução missionária nesse período foi fortemente influenciada pelos estudos feitos pelos intelectuais, ao apontarem que os padres haviam sido menos violentos na conversão dos índios do que outros agentes coloniais, como os sertanistas, por exemplo. Isso demonstra a visão de que a solução da catequese era a retomada de um meio que tinha sido bastante eficiente durante o período colonial.⁶⁹

⁶⁵ ALMEIDA, M. A. de. *op. cit.*, p. 149,

⁶⁶ VIERTLER, R. B. *op. cit.*, p. 153.

⁶⁷ PALACIOS, G. *Política externa, tensões agrárias e práxis missionária*, p. 196-197.

⁶⁸ DECRETO n° 285, de 24 de junho de 1843.

⁶⁹ SPOSITO, F. *op. cit.*, p. 137.

Os referidos freis atuaram nos aldeamentos criados na região sul da província de Mato Grosso, na micro-região do Médio Paraguai⁷⁰. Em Albuquerque, no distrito de Mato Grande, foi criado, em 1847, o aldeamento chamado Nossa Senhora do Bom Conselho, onde foram aldeados os indígenas Exoaladi e Kinikinau. No distrito de Miranda foi criado o aldeamento chamado Aldeia Normal de Miranda, em 1857, onde foram aldeados os índios Terena e Laiana.⁷¹

De acordo com Odemar Leotti, o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho e a Aldeia Normal de Miranda foram os dois mais importantes da província, no sentido de terem concentrado o maior esforço dos administradores para o seu efetivo funcionamento e onde foi possível observar a sua mais efetiva aplicação, em que pese as dificuldades encontradas por tal política indigenista para se impor aos indígenas aldeados:

A região do Baixo Paraguai foi, sem dúvida, o lugar onde a política indigenista mais evidenciou seus esforços e mais depositou esperanças de sucesso. Portanto, propus-me que seria interessante concentrar a análise nos locais em que o projeto catequizador já mostrasse sinais de respostas aos anseios dos seus idealizadores e executores. O interesse em delimitar mais o trabalho, foi no sentido de poder dedicar mais espaço de tempo a algo que se desenhava com maior proximidade do que pudemos chamar de política de aldeamento. E pelo que nos mostrou os documentos, esta situação se configurou com melhor nuança na região do Baixo Paraguai. Isto se justifica por haver ali uma historicidade de cruzamento cultural muito forte.⁷²

Na esteira da observação de Leotti, Marli Auxiliadora de Almeida ajuda a compreender que os esforços empreendidos pelos administradores nos aldeamentos na região do Médio Paraguai foram movidos por interesses geo-políticos, pois assim como os aldeamentos dos Bororo Orientais ao norte, os aldeamentos criados na fronteira com o Paraguai tinham como objetivo promover a ocupação e a defesa da fronteira e contribuir para a inserção da região no território imperial, ao mesmo tempo que utilizar os indígenas aldeados como mão de obra nas fazendas de gado e outros serviços.⁷³

⁷⁰ Na documentação do século XIX, a região de Albuquerque, onde foi criado o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho, é citada como pertencente à região do Baixo Paraguai. Em sua tese, Iara Quelho de Castro também observou este fato: “Durante o século XIX, as atuais regiões de Miranda e Albuquerque, Corumbá e seu entorno foram referidas, nos documentos oficiais e nas narrativas dos viajantes, como sendo o Baixo Paraguai. Atualmente, essa área até o rio Apa é denominada de região da Bacia do Alto Paraguai”. Conferir CASTRO, I. Q. de. *De Chané-Guaná a Kinikinau*, p. 82, nota 62.

⁷¹ Roberto Cardoso de Oliveira explica que os Guaná são um grupo da família linguística Aruak que atravessaram, por volta do século XVIII, o Rio Paraguai em direção ao leste, estabelecendo-se na região que hoje corresponde à cidade de Miranda e imediações. Foram quatro os subgrupos Guaná que migraram para o leste do Paraguai: os Layana, Kinikinau, Terena e Exoaladi. Em relação a este último, a documentação do período geralmente o denomina Guaná. Para evitar confusões, substituiremos a denominação atribuída pelas fontes (Guaná) pelo etnônimo Exoaladi. OLIVEIRA, Cardoso de. *O processo de assimilação Terêna*, p. 19-28,

⁷² LEOTTI, O. *Labirinto das almas*, p. 166.

⁷³ ALMEIDA, M. A. de. *op. cit.*

O Aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho foi administrado pelo Frei Mariano de Bagnaia entre 1847 e 1857 e reuniu os indígenas Exoaladi e Kinikinau, que em 1819 haviam sido aldeados em Nossa Senhora da Misericórdia, no distrito de Albuquerque, pelo Frei capuchinho José Maria de Macerata.

A política de contato entre missionários e índios Guaná no aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho foi marcada pela persuasão, através do envio de brindes aos indígenas, sobretudo de ferramentas para que desenvolvessem o trabalho agrícola, considerado um meio para integrar os indígenas à civilização. Além do incentivo ao trabalho agrícola, a catequese deveria ser praticada através do ensino das primeiras letras às crianças indígenas.⁷⁴

A Aldeia Normal de Miranda foi criada entre 1855 e 1860, durante a administração de Augusto Leverger, que despendeu esforços para o aldeamento dos Laiana e Terena que viviam na região de Miranda. O Diretor do aldeamento foi, inicialmente, o frei Mariano de Bagnaia, que permaneceu no cargo por pouco tempo, pois em 1857 – quando os Laiana e Terena passaram a figurar na documentação como indígenas aldeados – o frei viajou para a província do Rio de Janeiro e só retornou em 1860, ao lado do frei Ângelo de Caramonico.⁷⁵

Na ausência de missionários para a direção do aldeamento, já que o frei Antonio de Molinete havia ficado responsável por tentar aldear os índios Guaicuru e Chamacoco e restabelecer o aldeamento Nossa Senhora da Misericórdia, nomeou-se, em 1857, o Comandante das Armas Caetano da Silva Albuquerque para a direção da Aldeia Normal de Miranda, que permaneceu no cargo até o regresso de Mariano de Bagnaia, em 1860.⁷⁶

Quando retornou a província de Mato Grosso, o frei Mariano de Bagnaia assumiu a administração da Aldeia Normal de Miranda, e o frei Angelo de Caramonico assumiu a Aldeia Nossa Senhora do Bom Conselho.

Em relação à Aldeia Normal de Miranda, foram frequentes as observações de que os indígenas Terena e Laiana eram hábeis agricultores. Adilso Campos Garcia destacou que desde o início do século XIX os viajantes que entraram em contato com os indígenas em Miranda, como Luís D'Alincourt, o engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, Francis Castelnau e Hercule Florence observaram a prática agrícola entre os Guaná.⁷⁷

Também no discurso oficial os Guaná são qualificados como indígenas pacíficos e trabalhadores. O discurso com que o presidente da província de Mato Grosso em 1837, João

⁷⁴ ALMEIDA, M. A. de. *op. cit.*, p. 49.

⁷⁵ *Ibidem.*, p. 166.

⁷⁶ *Ibidem.*

⁷⁷ GARCIA, A. C. *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*, p. 67-69.

Antônio Pimenta Bueno, abriu a sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, foi mencionada a utilização dos índios Guaná em serviços na região do Médio Paraguai: “Temos tirado não pequena vantagem para o serviço a defesa do Médio Paraguai dos Guatós, Laianas, Terenos, Quinquinaos e Guanás”.⁷⁸

Em relatório apresentado no ano de 1861, o Conselheiro Antônio Pedro de Alencastro informou que os índios Laiana e Terena que habitavam a Aldeia Normal de Miranda prestavam-se aos mesmos trabalhos que os da Aldeia Nossa Senhora do Bom Conselho, ou seja, trabalhavam como camaradas nas fazendas, como remadores nas canoas que navegavam entre o Médio Paraguai e Cuiabá e estavam aprendendo os ofícios de alfaiate, ferreiro e oleiro. Além disso, os indígenas da Aldeia de Miranda, esclareceu o presidente, “abastecem a Villa de gêneros alimentícios que cultivam”.⁷⁹

O presidente Herculano Ferreira Penna, em relatório apresentado em 1863, ao discorrer sobre a riqueza pública, a produção, consumo e comércio da província, também aludiu para o fato de que os Guaná de Albuquerque e Miranda “prestavam valiosos serviços” e que possivelmente as próximas gerações já estariam “fundidas na massa da população” e que o mesmo poderia ocorrer com os cayapós.⁸⁰

Trechos como estes, que enaltecem a disposição para o trabalho dos grupos Guaná, surgem com frequência nas fontes que os mencionam. É importante destacar que o fato de serem mencionados como indígenas dispostos ao trabalho não significa que outros grupos indígenas fossem avessos ao trabalho ou preguiçosos e que os Guaná seriam, assim, exímios trabalhadores. Uma interpretação como esta apenas reproduziria as interpretações estereotipadas presentes nas fontes que discorrem sobre a disposição (ou, o que é mais comum, a indisposição) dos indígenas para o trabalho. Na verdade, o que está em jogo são interpretações do que é e do que não é trabalho para os que se consideravam civilizados.

Algumas considerações sobre os trechos acima mencionados permitem elucidar o que os diferentes presidentes de província compreendiam como trabalho. Ao mencionar que os grupos Guaná praticavam ofícios de alfaiate, remeiros, ferreiro, oleiro e de camaradas nas fazendas, Antônio Pedro de Alencastro aludia a ofícios típicos do mundo ocidental – ainda que práticas semelhantes a estas fossem comum para diversos grupos indígenas – e, por isso, dignas de serem mencionadas com certa estima.

⁷⁸ BUENO, J. A. P. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1845, p. 18.

⁷⁹ ALENCASTRO, A. P. de. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1861, p. 114.

⁸⁰ PENNA, H. F. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1863, p. 15.

Além destas tarefas, os indígenas do aldeamento de Miranda comercializavam com as vilas das proximidades gêneros alimentícios que cultivavam. Cultivar para comercializar é o princípio da lógica produtiva moderna, o que significa o cultivo de gêneros alimentícios voltado para a produção de excedentes e não somente para o próprio consumo. Nesta ótica, práticas comuns a muitos povos indígenas, como a caça e a pesca, não eram consideradas como trabalho, pois além de primitiva, impedia o desenvolvimento do comércio de excedentes, já que o seu produto, não tão abundante quanto os da agricultura, restringia-se à satisfação do grupo. Nesse sentido, na lógica evolucionista e etnocêntrica que sustentava esta ideia, a agricultura situava-se em um estágio superior na escala do desenvolvimento social. Sua prática, bem como a acumulação e comercialização do excedente que desta advinha, era, assim, valorizada pelos administradores da província.

Os “valiosos serviços” prestados pelos grupos Guaná à província podem revelar outro aspecto muito caro ao projeto de catequese e civilização dos nativos, a saber, a tentativa de transformar os índios em trabalhadores para a província. Este é um desejo que se faz presente em diversos documentos oficiais do período: transformar o indígena em trabalhador para suprir a carência de mão de obra enfrentada na província para, assim, desenvolvê-la economicamente.

Vale ressaltar que os serviços prestados pelos Guaná e a relação amistosa com os não indígenas na fronteira sul da província de Mato Grosso constituiu-se a partir de uma disposição mútua: 1) a das instituições governamentais em aldearem os povos indígenas para assegurar a ocupação da fronteira do império, e ao mesmo tempo transformá-los, por meio da catequese, em trabalhadores livres e pobres; 2) a dos indígenas Guaná, que viam na relação de colaboração com o Estado um meio de continuarem uma prática cultural de constituição de laços recíprocos e de formação de alianças.

Iara Quelho de Castro mostrou que essa postura é bem visível entre os sub-grupos Guaná, aldeados em Nossa Senhora do Bom Conselho e também no Aldeamento Normal de Miranda.⁸¹ Antes de migrarem para o território luso, os Guaná estiveram, até o fim do século XVII, na região do Chaco, que pertencia à Coroa espanhola. Nesta região⁸², considerada pela Coroa uma região inóspita, habitavam diversos grupos indígenas que mantinham relações entre si por meio de alianças matrimoniais, intercâmbio de bens e também por intermédio de

⁸¹ CASTRO, I. Q. de. *De Chané-Guaná a Kinikinau* e CASTRO, I. Q. de. *Os Kinikinau*.

⁸² Chaco ou Gran Chaco é uma região geográfica da América do Sul, que abrange os territórios da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil.

incurções bélicas.⁸³ Até o século XVIII, o contato entre os colonizadores espanhóis e os povos indígenas do Chaco foram pontuais, pois a própria região foi, inicialmente, tomada como área de acesso aos Andes, onde os espanhóis buscavam os metais preciosos.⁸⁴

É importante destacar uma característica dos grupos Guaná observadas pelos colonizadores desde o primeiro século de exploração do Chaco. Ainda no século XVI, os espanhóis observaram uma disposição dos grupos Chané-Guaná em ajudá-los na exploração do território, integrando as expedições e sendo de muita utilidade para eles as extensas roças que os nativos cultivavam e que proveram os exploradores espanhóis com suprimentos necessários para as viagens até o Andes. Como ressaltou Iara Quelho de Castro, na perspectiva dos povos chaquenos a aproximação com os ocidentais também foi pautada por interesses, “como o de conquistar novos aliados contra seus inimigos e de escapar do poder das armas dos europeus”.⁸⁵

A receptividade com que os colonizadores foram recebidos pelos grupos Chané-Guaná pode ser pensada como uma “tendência dos povos Aruak que, historicamente, revelaram um irrefreável interesse pelos objetos e conhecimentos dos ocidentais...”.⁸⁶ Na verdade, a “abertura” ao outro, constatada entre os povos Chané-Guaná não se restringiu aos ocidentais. Iara Quelho de Castro apontou a longa relação de reciprocidade e dependência mútua que se estabeleceu entre os povos Guaná e os Mbayá-Guaicuru, no Chaco:

Se para os Guaná a aliança representava uma maior eficiência, extensão e proteção de suas roças, para atender sua população e para realizar trocas, para os Mbayá-Guaicuru a importância da aliança traduziu-se no fato de que, além de representar uma fonte segura de abastecimento, permitia a ostentação de um grande número de servos, o que concedia aos seus caciques maior prestígio e possibilitava o estabelecimento de uma extensa rede de parceria, ampliando a base do seu poder político, pelo menos até a época em que foram estabelecendo um modo de vida menos móvel, com a sua circunscrição em áreas precisas e reduzidas.⁸⁷

Ao final do século XVIII, os Mbayá-Guaicurú foram perdendo a hegemonia que possuíam na região devido ao avanço da colonização, tanto do lado paraguaio quanto do lado português. Com a crescente limitação territorial, os Mbayá-Guaicurú passaram a encontrar dificuldades em manter uma relação que se baseava na troca de serviços, bens e pessoas com os Guaná. Desta feita, os subgrupos Guaná que atravessaram o Rio Paraguai em direção a sua

⁸³ A guerra, a reciprocidade e o regime de produção e consumo alimentar dos povos chaquenos em contato com os não indígenas durante o século XVIII são analisadas na pesquisa de FELIPPE, G. G. *A cosmologia construída de fora*.

⁸⁴ CASTRO, I. Q. de. *De Chané-Guaná a Kinikinau*, p. 77.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 78.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 83.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 172.

margem direita, romperam as relações de reciprocidade que possuíam com seus antigos parceiros e passaram a buscar novas alianças com as autoridades lusas, que também estavam interessadas nos serviços que os indígenas podiam prestar como “muralhas dos sertões”, como bem definiu Nádia Farage.⁸⁸

A boa relação entre os grupos Guaná e os colonizadores explica-se, assim, pela disposição do império, no século XIX, em manter relações amistosas com os povos indígenas, conforme estipulava o *Regimento das Missões*, mas também pode ser entendida na perspectiva Guaná: como um meio de continuar a sua prática cultural, marcada por uma relação pacífica e de reciprocidade com o outro, como no passado ocorria entre eles e os Mbayá-Guaycuru:

No momento em que os Mbayá perdiam sua força e que os portugueses se definiam como os mais hábeis para se assenhorear daqueles territórios, os Guaná iniciaram um movimento de maior aproximação com as instâncias do poder luso e seus núcleos coloniais, buscando preservar suas atividades e ampliar suas possibilidades de realizar trocas, através de uma nova parceria, capaz de conter os seus antigos parceiros e de fornecer bens que passaram a ser considerados necessários.⁸⁹

Estas considerações sobre os Guaná servem para mostrar que a política indigenista que teve lugar nos aldeamentos ao sul da província, com os aldeamentos dos Kinikinau, Layana, Terena e Exoaladi atendeu aos anseios do Império em civilizar os indígenas e defender as fronteiras, mas também serviu aos grupos aldeados, que, conforme mostramos, possuía uma disposição para relacionar-se com outros grupos, desde que estes garantissem aos Guaná terras, proteção e ferramentas para as suas roças. Assim, mais do que simples objetos de uma política indigenista, os povos indígenas aldeados ao sul da província tornaram a própria política um objeto, garantindo, deste modo, a sobrevivência dos grupos em um contexto de expansão dos colonizadores sobre os seus territórios.

Também é importante destacar que a substituição da relação de reciprocidade com os Mbayá-Guacurú pelo império português e, posteriormente, pelo império brasileiro, no século XIX, não significou que os Guaná tivessem mantido, sem descontinuidades, suas práticas culturais. A partir do momento que escolheram se relacionarem com outros grupos que não fossem os nativos chaquenhos, novas demandas surgiram tanto por parte dos indígenas quanto por parte dos não indígenas. O interesse pelas ferramentas de ferro para usarem em suas plantações e a participação dos nativos na guerra contra o Paraguai são exemplos das exigências colocadas pelos dois grupos no contexto da nova relação.

⁸⁸ FARAJE, N. *As muralhas dos sertões*.

⁸⁹ CASTRO, I. Q. de. *De Chané-Guaná a Kinikinau*, p. 187.

A própria guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870) expressa de modo exemplar a descontinuidade deste processo na perspectiva dos grupos Guaná. Após a guerra, os aldeamentos indígenas ao sul da província entraram em uma fase de decadência, pois foram diretamente atingidos pela ocupação das tropas paraguaia na parte sul de Mato Grosso.⁹⁰ Na mesma direção, Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira afirmaram que é consenso entre historiadores e antropólogos de que a guerra entre Paraguai e a Tríplice Aliança foi um duro golpe aos povos Guaná, que passaram por um intenso processo de desterritorialização, perderam suas aldeias e “a partir daí passaram a viver como famílias agregadas de fazendas que se instalaram na região, na condição por eles denominada de “cativo” e regionalmente conhecida como ‘camaradagem’.”⁹¹

O presidente da província Francisco José Cardozo Júnior informou em seu relatório de 1872 que a população Kinikinau decresceu muito com a invasão paraguaia, e que se encontravam dispersos em Albuquerque e Miranda, sobrevivendo de suas roças, da caça, pesca e dos serviços prestados aos agricultores, criadores de gado e navegantes: “Foi uma das raças que mais sofreu com a invasão: a maior parte dos índios, como prisioneiros, seguiram para a Assunção, de onde bem poucos retornaram”.⁹²

* * *

Assim, os aldeamentos indígenas criados no oeste e no sul da província atenderam a política indigenista conforme estabelecia o *Regimentos das Missões*, ao mesmo tempo que garantiram a expansão do império sobre as fronteiras em litígio com a Bolívia e o Paraguai. O conceito de uma *política indigenista de fronteira* proposto Marli Auxiliadora de Almeida é apropriado para caracterizar as ações indigenistas oficiais na província de Mato Grosso, no século XIX.

Por outro lado, ao servirem aos intentos imperiais os indígenas aldeados desenvolveram uma política própria, de acordo com a sua própria cultura e a partir da situação histórica com a qual se deparavam. O Regimento das Missões, colocado em prática nos aldeamentos ao sul da província foi reapropriado pelas culturas indígenas, de modo a atender tanto aos interesses do Estado Imperial quanto dos próprios indígenas aldeados. É nesse sentido que podemos observar

⁹⁰ ALMEIDA, M. A. de. *op. cit.*, p. 193.

⁹¹ EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. “*Duas no pé e uma na bunda*”, p. 7.

⁹² CARDOSO JÚNIOR, F. J. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1872*, p. 136-137.

a imbricação entre as políticas indigenistas e a política indígena mencionada por Manuela Carneiro da Cunha.⁹³

⁹³ “Quanto à história do indigenismo, foi por muito tempo confundida com a história indígena: ou seja, os índios apareceram frequentemente como vítimas de um processo no qual se supunha que não intervissem como atores. Por sua vez, o indigenismo foi muitas vezes reduzido à legislação que, embora importante e reveladora, não pode ser pensada como a realidade completa. A história do indigenismo não é dissociável da história indígena”. CARNEIRO DA CUNHA, M. Por uma história indígena e do indigenismo, p. 130.

CAPÍTULO 2

A POLÍTICA INDIGENISTA NA PROVÍNCIA: ESTRATÉGIAS DE PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS

Na fronteira oeste e sul da província, como mostramos no capítulo anterior, os Bororo Ocidentais e os subgrupos Guaná foram aldeados para defender as fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. Argumentamos que apesar de terem sido objeto de uma política indigenista que os utilizou para atender aos interesses do Estado, os indígenas também observaram vantagens em se aldearem e, ao mesmo tempo que foram objetos de uma política indigenista, também a fizeram de objeto, posicionando-se, assim, como agentes históricos plenos.

Neste capítulo, temos como proposta apresentar o desenvolvimento de uma política indigenista na província de Mato Grosso que divergiu da política de aldeamentos dos índios Bororo Ocidentais e dos subgrupos Guanás na fronteira oeste e sul, respectivamente. Além de ser uma província de grande extensão territorial durante o século XIX, Mato Grosso abrigava uma variedade de povos indígenas, que possuíam línguas, culturas e histórias distintas.

Nos espaços onde os colonizadores escolheram explorar, os nativos que habitavam tais territórios desenvolveram formas específicas de contato com os estrangeiros. Na região próxima à capital Cuiabá, os coroados, a partir de 1838, iniciaram incursões guerreiras contra os moradores que habitavam a região próxima a estrada que seguia de Cuiabá para a província de Goiás. Na parte oeste da província, os cabixis também praticavam incursões guerreiras contra os moradores da cidade de Mato Grosso.

Para lidar com as incursões dos nativos, as autoridades provinciais lançaram mão de medidas como bandeiras, rondas volantes preventivas e o rapto de crianças e mulheres indígenas para mediar a tentativa de “pacificação”.⁹⁴ Estas medidas possuíam em comum o uso da violência contra os povos que se portavam hostilmente em relação à ocupação. De fato, apresentavam significativa diferença quando comparadas com a política de aldeamentos na fronteira oeste e sul da província. E tal diferença não se deu somente em termos qualitativos, mas também quantitativos, pois no quadro da política indigenista do século XIX na província,

⁹⁴ Acrescentamos aspas ao termo pacificação pelo fato de entendermos que este se refere a uma noção do colonizador. Para o não indígena, os documentos mostram que o índio só seria útil para a província se pacificado, aldeado, catequizado. Para o indígena, abrir mão de uma postura bélica frente ao colonizador não significava que estivessem pacificados, mas a deposição das armas significava uma escolha diante das possibilidades de futuro que vislumbravam. Recusar a possibilidade de avaliação e escolha de um futuro pelos povos indígenas é negar-lhes a posição de agentes de sua própria história.

a política de aldeamentos e catequese pareceu mesmo insignificante se comparada às medidas para lidar com os indígenas hostis.⁹⁵

2.1 - Guerra aos indígenas hostis

No século XIX, apesar do estabelecimento de relações pacíficas entre algumas etnias indígenas e o Estado – na fronteira da província de Mato Grosso (como os subgrupos Guaná ao sul, e os Bororo Orientais ao oeste) e também outras etnias que, apesar de não aldeadas não se comportavam de modo hostil – não foram todos os povos indígenas da província que se relacionaram amistosamente com os moradores que se estabeleciam nas fazendas.

Alguns grupos apresentaram resistência ao contato com os não indígenas. A sua postura aguerrida e o projeto de colonização pretendido pelo Estado exigiram dos administradores provinciais a execução de uma política indigenista específica, caracterizada, ao menos até a primeira administração do presidente Augusto Leverger (1851-1857), pelo envio de expedições punitivas contra os nativos considerados hostis.

Como já mencionamos no primeiro capítulo, para pacificar os índios Bororo Cabaçais, que passaram a atacar os moradores na região do Jaurú, em maio de 1837, roubando as plantações e as casas dos agricultores, cometendo assassinatos e forçando a retirada de muitos moradores para Vila Maria, o governo da província autorizou a expedição de uma bandeira sob a direção do delegado da referida vila, que “atendendo aos deveres de humanidade”⁹⁶ marchou com 110 pessoas ao aldeamento dos indígenas no lugar conhecido como Caramujo.

Apesar da resistência apresentada, os Bororo Cabaçais sucumbiram à bandeira que feriu e matou aproximadamente cinquenta índios e aprisionou outros vinte e oito. A bandeira, por sua vez, perdeu apenas um homem. Os indígenas aprisionados foram distribuídos entre “pessoas de probidade para criá-los e educá-los”.⁹⁷

No discurso proferido em 1º de março de 1838, o presidente José Antônio Pimenta Bueno ainda alertou para a iminência de um novo ataque dos Bororo Cabaçais na estação de seca que se avizinhava, já que os indígenas possuíam duzentos arcos à sua disposição e uma índole que o presidente julgava vingativa.

⁹⁵ “No entanto, contextualizando [a política de aldeamentos] no quadro geral da política indigenista adotada no século XIX, noto que ela foi extremamente insignificante. Como saldo geral, o que mais se constatou foi a perseguição armada e a repressão a todos os grupos indígenas que resistiram à ‘civilização’.” VASCONCELOS, C. A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso*, p. 101.

⁹⁶ BUENO, J. A. P. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, em 1838, p. 11-12.

⁹⁷ *Ibidem*.

Nos anos posteriores os Bororo Cabaçais continuaram as hostilidades aos moradores da região do Jaurú. O presidente da província em exercício, no ano de 1839, Estevão Ribeiro de Resende, lamentou não possuir recursos para organizar uma expedição contra os índios e por isso adotou medidas defensivas tais como a fortificação da Fazenda Nacional Caissara para evitar maiores prejuízos. O mesmo presidente lembrou ainda a necessidade de aldear estes índios e sugeriu aos administradores da fazenda que os brindassem com o fito de atraí-los pacificamente:

Na carestia de recursos provinciais de que pudesse lançar mão para mandar faxinar e expedir uma Bandeira sobre estes selvagens logo que tive certeza daquelas hostilidades mandei fortificar melhor a mencionada Fazenda, lembrei medidas de cautelas e de seguranças que se deviam tomar e ordenei que antes de qualquer expediente que o Governo tinha de resolver, se lembrasse a eles aldearem-se movendo-os por meio de brindes⁹⁸

Nos mesmos anos que os Bororo Cabaçais atacavam os moradores na região do Jaurú, os índios Pareci hostilizavam os agricultores na região de Lavrinhas. O presidente Antônio Pimenta Bueno informou que os Parecis haviam atacado os moradores em 1837, ocasião em que perpetraram roubos, mas não cometeram assassinatos. Contra eles, o presidente enviou uma bandeira sob a direção do Juiz de Direito da cidade Mato Grosso que conseguiu afugentá-los:

No mesmo tempo que os moradores do Jaurú sofriam as hostilidades dos Cabaças, os das Lavrinhas foram perseguidos pelos índios Parecis, que também perpetraram insultos e roubos, mas que ao menos não cometeram mortes. Mandei armar uma bandeira sob a direção do Juiz de Direito de Mato Grosso para bate-los, felizmente porem retiraram-se.⁹⁹

É importante destacar, antes de prosseguir, que as autoridades provinciais criaram distinções entre os índios da etnia parecis e cabixis e Nambiquaras. Em vários documentos, os índios hostis que habitavam a região da cidade de Mato Grosso são denominados de cabixis, e em alguns raros momentos são identificados como pareci e nambiquaras. Já que os documentos com os quais trabalhamos neste capítulo fazem referência a estas etnias, consideramos oportuno fazer alguns esclarecimentos sobre o quiproquó em relação à denominação que as autoridades provinciais deram a estes indígenas.

De acordo com Maria Fátima Roberto Machado, o termo cabixi é de origem banto, e passou a ser utilizado no contexto das relações étnicas entre negros, índios e portugueses na região oeste de Mato Grosso, atual município de Vila Bela da Santíssima Trindade, durante o século XVIII.¹⁰⁰ Seu significado é algo como “pequeno da terra” ou “pequeno nativo”, pois o

⁹⁸ RESENDE, E. R. de. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, em 1839, p. 64.

⁹⁹ BUENO, J. A. P. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, em 1838, p. 11-12.

¹⁰⁰ MACHADO, M. F. R., *Quilombos, Cabixis e Caburés*, p. 11-12.

prefixo *ca* (ou *ka*) indica, na língua quimbundo, o diminutivo do singular, enquanto o sufixo *ixi* indica naturalidade, da terra. O adjetivo “pequeno” pode estar relacionado à estatura tanto dos Nambiquara quanto dos Pareci que, de acordo com as observações de Claude Lévi-Strauss e Roquette-Pinto, possuíam em média não mais do que 1,60m de altura.¹⁰¹

O artigo de Maria Fátima Roberto Machado analisa estas denominações no contexto das relações entre negros, índios e portugueses durante o século XVIII. No século XIX, recorte de nossa pesquisa, não é possível afirmar com clareza a qual etnia este termo fazia referência. Ou seja, o termo cabixi podia tanto ser uma alusão a algum subgrupo pareci quanto nambiquara. O certo é que alguns documentos consultados reconhecem os três como grupos distintos: parecis, cabixis e nambiquaras. O relatório de 1872, do presidente Francisco José Cardozo Junior, lista trinta “famílias indígenas” conhecidas na província. Os três grupos acima mencionados são identificados separadamente, mas habitando regiões muito próximas, o que provavelmente dificultava ainda mais a distinção deles pelas autoridades administrativas da província:

17. Parecis: Esta nação, que outr’ora primou seu gênio guerreiro, está hoje reduzida a uns 200 selvagens, talvez. Habitão em grupos os altos terrenos denominados Serra e Campos dos Parecis. Percorrem desde o Diamantino até as arraiaes dos districto de Mato-Grosso. Chegão a alguns pontos da Provincia, onde prenumem-se de ferramentas de lavoura, fazendas e quinquilharias, que permutão com peneiras, fazendas e quinquilharias, pecarás, cordas para rede, penas, cuias e fumo que preparão e envolvem em urumbamba. Este fumo é procurado. Poucos entendem e fallão o idioma nacional. Não consta que tivessem abertamente hostilizado aos fazendeiros e viandantes, mas, diz-se, que ás vezes incorporão-se aos Cabixis afim de perpetrarem violencias.

[...]

19. Cabixis

A familia dos *Cabixis* é numerosa. Occupa vários alojamentos nos campos dos *Parecis* á nordeste do arraial de S. Vicente, em uma extensão de 15 a 20 leguas. Até hoje conserva-se indômita. Sempre manifestarão os *Cabixis* disposições hostis para com a sociedade da qual fogem. Os arraiaes e moradores do districto de Mato-Grosso soffrem constantemente os assaltos e correrias destes selvagens, que deixão, como vestígio de sua passagem, a destruição e o incendio, o assassinato e o roubo.

20. Nambiquaras

É uma horda de 600 selvagens que residem nas vizinhanças de confluencia do Rio Peixe com o Arinos. O peixe e a caça, além dos fructos da terra, que cultivão com instrumentos de pao e pedra, eis o sustento dos *Nambiquaras*. Vivem em guerra constante e habitual com Indios de outras tribus, principalmente com os *Apiacás*. Eximem-se da menor relação com os habitantes da Provincia. Atacão sempre de emboscada as canóas empregadas na navegação do Diamantino para o Pará.¹⁰²

¹⁰¹ MACHADO, M. F. R., *op. cit.*, p. 12.

¹⁰² CARDOSO JUNIOR, F. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1872, p. 145.

Nos relatórios presidenciais do século XIX há a referência de um ataque dos Nambiquara a uma monção na foz do Rio Tapanhumas, em 1848, como mostraremos mais adiante. Apesar dos Nambiquara serem considerados uma etnia avessa ao contato com a sociedade não indígena, o fato é que não encontramos outras referências a ataques cometidos por eles aos brancos, somente referência de hostilidades com outros grupos indígenas e ataques cometidos às canoas que navegavam o rio Diamantino.

No entanto, devemos considerar que o termo cabixi também pode ter sido utilizado para se fazer referência aos grupos nambiquaras. A historiadora Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa, em sua dissertação intitulada *Senhoras da Memória*, atentou para a obscuridade em relação ao termo cabixi. Através do relatório da Comissão Rondon, a autora destaca a fala de um guia Pareci, do grupo Cozárini, que afirmou que a seu povo era erradamente chamado de cabixi: “Afirmou-nos Tôlôiri que a sua gente é Cozárini, erradamente chamada Cabixi; que o nome cabixi era antigamente dado pela população de Vila-Bela aos índios que os Pareci denominam de Uáicoacôrê e que a gente de Diamantino e Cáceres chamam – Nambiquara...”¹⁰³

O termo cabixi possuía uma carga pejorativa, daí talvez a recusa do guia em ter sua identidade relacionada ao termo. Maria de Fátima Machado apontou para esse fato ao criticar a descontextualização feita por Anna Maria Ribeiro da Costa, que desconheceu a expressão cabixi como indicadora de uma identidade pejorativa, atribuída aos Nambiquaras e Parecis:

É fundamental a informação de que Daniel Matenho Cabixi é um índio Paresi do grupo Kozárini, que nasceu na região da Aldeia Queimada (*Koterekô*) e que foi adotado ainda criança por um Paresi do grupo Waimare, quando seus pais faleceram em decorrência de epidemias, em meados do século XX. Ao ser levado para um internato para crianças órfãs no Utiariti (que havia sido uma estação telegráfica), os missionários jesuítas, inadvertidamente, o batizaram e incorporaram em seu nome o estigma de ser um “cabixi”, assim denominado pelos Waimare e Caxíniti. Sendo uma identidade pejorativa atribuída, não se pode esperar que alguém se assumia de bom grado como sendo um “cabixi”. Sem que haja uma boa razão para isso, ninguém estaria disposto a se reconhecer orgulhoso como um portador de um estigma.¹⁰⁴

De todo modo optamos, neste trabalho, em utilizar a designação cabixi para referenciar o(s) grupo(s) indígenas da região do Vale do Guaporé que cometiam assaltos aos moradores da cidade de Mato Grosso e adjacências, quando não estivessem designados como Parecis ou Nambiquaras. Genericamente identificados como cabixis, estes ataques podem ter sido

¹⁰³ RONDON, M. da S. História Natural *apud* COSTA, A. M. R. F. M. da. *Senhoras da Memória*, p. 63.

¹⁰⁴ MACHADO, M. de F. *op. cit.*, p. 15.

praticados tanto pelos grupos Nambiquaras quanto pelos subgrupos Pareci. Maria de Fátima Machado não hesita ao apontar que a designação foi utilizada para as duas etnias, ou pelo menos, no caso dos Pareci, para o subgrupo Cozárini:

Parece ao menos plausível, diante das incertezas, levantar a hipótese de que as expressões “caburé” e “cabixi” pudessem ser de origem banto, usadas no contexto das relações étnicas, incorporadas pelos portugueses, designando identidades pejorativas, atribuídas pelos negros aos Nambiquara e Paresi (em particular do grupo Cozárini, habitantes das cabeceiras do Guaporé, Jauru e Cabaçal), que partilhavam limites de território e que faziam incursões guerreiras entre si, praticando eles mesmos o rapto de mulheres e crianças.¹⁰⁵

Os Parecis habitavam uma extensa região entre os tributários do Guaporé e do Juruena, na direção noroeste da capital Cuiabá, na Serra do Norte e na Chapada dos Parecis. Os ataques que perpetraram aos moradores da cidade de Mato Grosso e das margens do Galera foram frequentes ao longo do século XIX. O presidente Estevão Ribeiro de Resende informou, em 1839, que os parecis e cabixis hostilizavam os moradores do Arraial de São Vicente e Pilar desde 1819:

A tudo quanto estas duas bárbaras nações têm praticado ali, matando roubando, fazendo abandonar estabelecimentos, incendiando engenhos desde o ano de 1819, crescem novas incursões, novas hostilidades e parece que o seu fim é estragar tudo, afugentar os povos já tão desanimados, e acabar com aquelas povoações.¹⁰⁶

Em 1836 e 1837 atacaram a fábrica de Dom Antônio Tavares. Apesar de ter expedido “enérgicas ordens” para expulsar os índios, o presidente lamentou que elas não surtiram o efeito esperado, pois os moradores se comportam de maneira negligente na “ausência do mal”. O mal ao qual se refere o presidente são os indígenas hostis e sua lamentação é porque suas ordens para bater os índios não estavam sendo seguidas pelos povos atacados, que provavelmente contentavam-se em afugentar os índios, mas não prosseguiam ao seu encalço.

No ano de 1839, o presidente Estevão Ribeiro de Resende teve que lidar também com os ataques dos indígenas coroados, habitantes das margens do rio São Lourenço e adjacências. O presidente já havia mencionado que os índios hostilizaram, em 1838, a fazenda São João da Terra, localizada na estrada que seguia para Goiás, conhecida pelo nome de Pequiry. (Mapa 4) O presidente se mostrou surpreso com a hostilidade dos índios, pois eles, “habitando aqueles lugares há muitos anos nunca constou perigo, ou hostilidades”.¹⁰⁷

¹⁰⁵ MACHADO, M. F. R., *op. cit.*, p. 12.

¹⁰⁶ RESENDE, E. R. de. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, em 1839, p. 62-63.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 64-65.

Os coroados passaram a atacar, no mês de setembro de 1839, os moradores na região do Rio São Lourenço. Atacaram a fazenda do Capitão Victoriano José de Couto, assassinando duas pessoas e ferindo uma terceira, além de terem destruído plantação e matado um grande número de gados. Após este ataque, seguiram para a estrada e assassinaram cinco pessoas que estavam se estabelecendo na região (provavelmente uma família) furtaram alguns objetos e atearam fogo na casa.¹⁰⁸

Diante dos ataques, o presidente autorizou a expedição de uma bandeira, organizada com um total de cinquenta homens, entre eles soldados de linha, “todos bem municiados”¹⁰⁹ que saiu de Cuiabá ao encalço dos indígenas. Estes se distanciaram da bandeira, que não pôde alcançá-los, pois, além de serem os índios mais acostumados com as expedições na mata do que os homens que compunham a expedição, o início das chuvas e o adoecimento do trilhador inviabilizaram a empreitada:

Percorreu ela alguma parte do sertão, diligenciou é verdade encontrar os Índios, porem mal satisfez as minhas vistas; porque não chegou a batê-los em razão não só de se haverem já alongado, como também de moléstias que sobrevieram ao único Trilhador que levara, além do mau tempo.¹¹⁰

Após estes ataques os indígenas retomaram suas investidas contra os moradores da região do Rio São Lourenço. Diante da falta de recurso financeiro para expedir uma segunda bandeira e da necessidade de conter os ânimos dos lavradores que se viam ameaçados pelos indígenas, Estevão Ribeiro de Resende solicitou a criação de dois destacamentos militares, um na estrada para Goiás, no lugar conhecido como Sangrador Grande, e outro na estrada para São Paulo, na região do rio São Lourenço.¹¹¹

Estas duas estradas ligavam a província, via terra, às províncias de Goiás e São Paulo (Mapa 1). Em relação à estrada que ligava a província de Mato Grosso à Goiás, Domingos Sávio de Cunha Garcia esclarece que era o caminho mais antigo, datado do período colonial, mas que foi sendo progressivamente menos utilizado durante o século XIX. A estrada para São Paulo, por sua vez, era nova, e saía de Cuiabá rumo ao rio São Lourenço, passava sobre o Rio Piquiri, prosseguia até Sant’Anna do Paranahyba e adentrava a província de São Paulo.¹¹²

A criação de destacamentos militares próximo às regiões sujeita aos ataques dos indígenas foi a solução parcial encontrada pelos administradores para conter as suas investidas.

¹⁰⁸ RESENDE, E. R. de. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, em 1840, p. 15.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 15-16.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 16.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 16.

¹¹² GARCIA, D. S. da C., *Mato Grosso (1850-1889)*, p. 24.

Foram criados, assim, três destacamentos na estrada para Goiás que serviam para intimidar os indígenas e proporcionar um sentimento de segurança aos moradores, bem como funcionavam como pontos de uma rota percorrida continuamente pelos soldados dos destacamentos.

A organização de bandeiras foi um recurso muito utilizado pelos paulistas para capturar os indígenas do sertão durante século XVII. De acordo com John Manuel Monteiro, que produziu importante pesquisa sobre as bandeiras paulistas, a historiografia tradicional tendeu a valorizar os empreendimentos dos sertanistas, enfatizando a sua importância geopolítica para a expansão do império português. Desse modo, a historiografia paulista – por muito tempo *locus* de produção privilegiado do que se considerou ser a História do Brasil – elevou os sertanistas ao patamar de heróis e escolheu a grande expedição de Raposos Tavares como a expressão maior da epopeia sertanista, construindo, assim, o que John Monteiro chamou de “mito do bandeirante”.¹¹³

Antes de contribuir para o crescimento populacional através da expansão das fronteiras, John Monteiro afirmou, que as expedições de bandeiras, ao contrário do que alega a historiografia tradicional, foram “tragicamente despovoadora”¹¹⁴, pois o seu principal objetivo era capturar os índios para servirem como mão de obra nos empreendimentos agrícolas da capitania de São Vicente.

Apesar de utilizada pelos paulistas durante o século XVII, as bandeiras não eram autorizadas pela Coroa, salvo em casos específicos, quando os índios fossem considerados hostis ou quando impedissem a propagação do cristianismo. Ao analisar a legislação indigenista colonial, Beatriz Perrone-Moisés percebeu que a ambiguidade do indigenismo lusitano mencionada por alguns estudiosos é fruto de uma leitura equivocada que desconsiderou a existência de duas categorias de índios que balizava a legislação: os índios aliados e inimigos.¹¹⁵

Aos índios aliados foi garantida a liberdade ao longo de toda a colonização e a legislação determinou os bons tratos. Prática comum durante o período colonial, os descimentos foram autorizados desde que fossem acompanhados por um missionário, e a retirada dos índios de suas terras tradicionais deveria ocorrer por meio do convencimento. Enquanto aliados, os nativos eram convocados para lutar ao lado dos portugueses contra índios hostis e estrangeiros.¹¹⁶

Já aos índios considerados hostis pela Coroa, a legislação definiu um tratamento ríspido. Autoriza a escravidão dos índios capturados nas guerras justas quando estes impedissem a propagação do cristianismo, recusassem a conversão, tratassem com hostilidade os portugueses ou seus aliados ou quebrassem algum pacto celebrado. As guerras contra os índios hostis

¹¹³ MONTEIRO, J., *Negros da terra*, p. 7-10.

¹¹⁴ *Ibidem*, p.8.

¹¹⁵ PERRONE-MOISÉS, B., *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*, p. 115-132.

¹¹⁶ *Ibidem*, 117-123.

também possuíam uma função disciplinar e por vezes recomendava-se a destruição cruel e total dos inimigos.¹¹⁷

Como mencionamos no capítulo anterior, as cartas que autorizavam a guerra justa aos índios hostis foram revogadas em 1831, através da lei de 27 de outubro. Em 1834, a lei de 12 de agosto promoveu uma descentralização da política indigenista, permitindo que as Assembleias Legislativas Provinciais cuidassem, junto com o Governo Geral, da catequese e civilização dos índios. Na prática, a administração do Império autorizou, com a lei de 1834, o descumprimento da lei de 1831, já que, como vimos no caso da província de Mato Grosso, a expedição de bandeiras contra os indígenas hostis continuou sendo o recurso utilizado pelos presidentes da província para “desinfestar” as regiões habitadas pelos índios.

Certamente as bandeiras enviadas contra os indígenas hostis da província não possuíam a mesma função que as bandeiras do período colonial, ou seja, não tinham como objetivo o aprisionamento de cativos para sua utilização como mão de obra nos trabalhos rurais. O seu objetivo maior era expulsar os indígenas dos seus territórios, exotando-os para regiões mais distantes dos núcleos de povoamento. No entanto, não se pode descartar a hipótese de que parte dos indígenas aprisionados nestas bandeiras tenham servido como mão de obra aos moradores da província, tal como rezava as cartas régias expedidas por D. João em 1808.

A bandeira enviada contra os Bororo Cabaçais em 1837, por exemplo, além de ter causado a morte de cerca de cinquenta indígenas, conseguiu aprisionar vinte e oito índios. Dos aprisionados, quatro eram adultos e vinte e quatro eram crianças. O relatório ainda indica que os indígenas aprisionados “foram divididos e entregues nesta cidade a pessoas de probidade para criá-los e educá-los”.¹¹⁸

A promulgação do *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios*, através do Decreto número 426 de 24 de julho de 1845, regulamentou a criação de aldeamentos indígenas e institucionalizou deveres dos funcionários do Estado responsáveis pela tarefa de civilizar os nativos. Em linhas gerais, em seus onze artigos, o Regulamento criou cargos e atribuiu tarefas aos Diretores Gerais de Índios, Diretores dos Índios, Tesoureiros, Almoxarifes, Cirurgião, Missionários, Pedestres e Oficiais.

Com a intenção de integrar os índios à sociedade nacional, o regulamento determinou a criação de aldeamentos indígenas que servissem para civilizar o indígena através de meios considerados brandos, como a prática de ofícios e agricultura, ensinamentos dos princípios

¹¹⁷ PERRONE-MOISÉS, B. *op. cit.*, 123-128.

¹¹⁸ BUENO, A. P. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, em 1838, p. 11.

religião católica, ensino das letras e da música, instigação ao comércio, promoção do casamento inter-étnico, entre outros meios “lícitos, brandos e suaves”.¹¹⁹

Dissemos, no primeiro capítulo, que foram dois os aldeamentos que mais receberam atenção do governo provincial: o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho, em Albuquerque e o aldeamento de Miranda, no município de Miranda. No entanto, outros aldeamentos com outras etnias também foram criados na província. Uma tabela de 1880, organizada pela Diretoria Geral dos Índios, identificou oito aldeias na província, com exclusão de Nossa Senhora do Bom Conselho, que havia sido destruída durante a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Com exceção do aldeamento dos cayapós, em Sant’Anna do Paranaíba, todos os aldeamentos estavam sob a administração de civis ou militares. (Tabela 1)

Apesar da criação e administração de alguns aldeamentos, em outras regiões da província algumas etnias de índios não aldeados continuaram a atacar os moradores das fazendas. No discurso do vice-presidente Manoel Alves Ribeiro, no ano de 1848, é mencionado que o Governo Imperial colocou à disposição da província os missionários italianos Antônio de Molineto e Mariano de Bagnaia. Eles receberiam, de acordo com o aviso do Ministério do Império de 12 de maio de 1847, um valor mensal de 500 réis até que aprendessem a língua portuguesa. Este valor não deixou de ser criticado por Manoel Alves Ribeiro, que julgou não ser suficiente para arcar com os custos dos gêneros de primeira necessidade, mais caro na província de Mato Grosso do que em outras regiões do império.

Em relação aos índios hostis, o presidente informou os ataques dos índios cabixis ao engenho de Cubatão, na estrada para o Forte do Príncipe, e nos arraiais de São Vicente e Pilar, assassinando um homem e uma mulher em Pilar, conforme relatou o Delegado de Polícia da cidade de Mato Grosso em ofício encaminhado ao presidente no dia 22 de dezembro de 1847. Além deste ataque, o presidente participou a agressão dos índios Nambiquaras às monções dos negociantes José Alves Ribeiro e Gabriel José das Neves, quando navegavam pelo rio Tapanhumas. O presidente informou que neste ataque alguns índios foram mortos e um camarada da monção foi gravemente ferido.¹²⁰

Novamente mais uma bandeira foi organizada para marchar contra os índios cabixis, habitantes da margem do Rio Galera. Desta vez, em relatório apresentado no ano de 1848, o

¹¹⁹ Não é nosso objetivo fazer uma análise do conteúdo do Regulamento. Interessa, antes, ressaltar que dentro da nova política indigenista o Regulamento representou uma tentativa do Estado Imperial de integrar o indígena à sociedade nacional através de meios considerados brandos e suaves. Uma exposição sobre a estrutura administrativa e atribuições dos cargos da Diretoria dos Índios é feita por Patrícia Melo Sampaio. Conferir SAMPAIO, P. M. Política indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. *O Brasil Imperial*. Volume 1: 1808-1831. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Sobre tudo as páginas 184-197.

¹²⁰ RIBEIRO, M. A. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, em 1848, p. 8-9.

presidente Joaquim José de Oliveira informou que mandou marchar de Cuiabá para a cidade de Mato Grosso um contingente de sessenta praças de primeira linha, bem como outros guardas com o objetivo de elevar o número de praças à duzentos e quarenta. Não foi possível verificar o resultado da diligência, pois não constam informações sobre ela nos relatórios subsequentes.¹²¹

Mais do que atentar para a continuidade de expedições punitivas contra os índios hostis, os relatórios dos presidentes de província do ano de 1848 expressam as duas posturas administrativas em relação aos nativos que vão coexistir ao longo do século XIX, na província de Mato Grosso. A criação de aldeamentos para a catequese dos indígenas, tal como determinava o Regulamento 426, foi posta em prática com a vinda dos missionários italianos acima mencionados e resultaram na administração dos aldeamentos dos quais tratamos no capítulo anterior. No entanto, a existência de grupos hostis em algumas regiões da província exigia dos administradores atitudes enérgicas para conter os assaltos cometidos pelos indígenas, medidas estas que iam de encontro ao tratamento brando indicado pela principal legislação indigenista do Império.

Esta ambiguidade é explicitada pelo presidente Joaquim José de Oliveira em relatório apresentado no ano de 1849. No referido relatório o presidente informou os ataques que os índios da etnia Kaiowa cometeram contra moradores do Distrito de Miranda, no lugar chamado de Vaccaria, ocasião na qual assassinaram três pessoas que voltavam da Comarca de Curitiba após uma expedição para o reconhecimento dos afluentes do rio Ivinhema.

Após receber a notícia, Joaquim José de Oliveira autorizou uma Bandeira para sair de Miranda e encontrar os autores do ataque, caso não se conseguisse contato com o cacique chamado Libâneo, que mantinha relações amigáveis com as autoridades provinciais. Ao mencionar a autorização da bandeira, o presidente assim se expressou:

Conheço que a atribuição, que pela legislação portuguesa tinham os capitães-generais, e que depois tem sido exercida pelos presidentes, de fazerem sair expedições contra os índios malfeitores, não se acha expressa na nossa legislação moderna. Mas também, não tendo sido a antiga legislação substituída nesta parte, nenhum outro meio se oferece para garantir a segurança individual e a propriedade dos habitantes da província.¹²²

Apesar do episódio ao qual o trecho faz referência não compreender a região norte da província, região contemplada pelo presente estudo (especialmente as imediações da capital

¹²¹ OLIVEIRA, J. J. de. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1848, p. 4-5.

¹²² *Ibidem*, p. 5.

Cuiabá e da cidade de Mato Grosso), a menção ao ocorrido na região de Miranda¹²³ envolvendo índios da etnia Kaiowa foi feita com o objetivo de destacar a compreensão que o presidente Joaquim José de Oliveira possuía acerca da expedição de bandeiras enquanto recurso contra os indígenas que, mesmo sendo considerados pacíficos, como era o caso dos Kaiowa, apresentassem um comportamento hostil.

Provavelmente, ao mencionar que em 1848 já não vigorava a lei que autorizava a expedição de bandeiras, o presidente Joaquim José de Oliveira fazia referência à atribuição de enviar bandeiras punitivas contra os indígenas hostis, atribuição esta dada aos capitães-gerais, durante o período colonial, e aos presidentes de província durante o regime monárquico, pelo menos até 1831. Como dissemos no capítulo anterior, trata-se das cartas régias que autorizavam guerra aos índios das capitanias de São Paulo e Minas Gerais e que foram revogadas em 1831, através da Lei de 27 de outubro do referido ano. No entanto, é interessante notar que a lei de 1831 não fez menção a outras regiões, justamente pelo fato do decreto que revogava restringir-se às capitanias de Minas Gerais e São Paulo.

Ao mencionar a revogação desta lei e sugerir que ela não foi substituída em Mato Grosso, nos parece que o presidente utilizou a retórica para legitimar uma prática que continuava em exercício na província e que não fora revogada legalmente porque as cartas de 1808 sequer faziam menção a outras capitanias que não as de São Paulo e Minas Gerais. Além disso, essa observação, apesar de não fazer sentido do ponto de vista legal, é representativa de uma postura que continuará sendo adotada pelos presidentes da província para conter as incursões bélicas dos indígenas hostis.

Retornando à região que interessa ao presente estudo, o presidente Joaquim José de Oliveira informou, em relatório, as ameaças de ataque dos índios coroados a um morador que habitava próximo ao destacamento de Estiva, no lugar denominado Roncador. Os índios mataram algumas criações do referido morador que, com receio, deslocou-se para um engenho vizinho. Joaquim José de Oliveira informou que não enviou uma Bandeira por não haver necessidade e também porque não se sabia a qual etnia pertenciam os índios que cometeram o ataque, “por dizerem uns ser a dos coroados e outros dos cayapós”.¹²⁴

A dúvida sobre a correta etnia dos índios coroados, se eram cayapós ou coroados, também consta em outros relatórios. Nos parece plausível afirmar, a partir da documentação

¹²³ O relatório de 1851, do presidente Augusto Leverger, esclareceu que o cacique Kaiowa “puniu exemplarmente” um dos três indígenas que cometeu o ataque à expedição de reconhecimento. Dos outros dois indígenas só consta a informação de que foram entregues para uma escolta. LEVERGER, A. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1852, p. 46.

¹²⁴ OLIVEIRA, J. J. de. *op. cit.*, p. 6.

consultada, que os ataques cometidos pelos índios na região da estrada para Goiás, próximo aos destacamentos que foram ali postados, como os de Estiva, Sangrador e Rio Grande, foram cometidos pelos índios coroados.

Como já mencionamos, os ataques dos coroados tornaram-se sistemáticos a partir do ano de 1838, na ocasião da construção da estrada para São Paulo, feita sobre o território antes habitado por eles. Esta constatação é feita pelo próprio presidente da província em 1840, Estevão Ribeiro de Rezende, ao mencionar os ataques dos índios à fazenda do Capitão Victoriano José de Couto, que afirmou que os coroados

descontentes com a passagem desta última estrada por um dos sítios em que tinham alojamento, parece que assentarão tentar a desafronta pelas armas, ou ao menos alterar quanto possível, no intuito de evitar a frequência de viandantes que ela começa a ter, e de conseguir ainda o exclusivo de antigas possessões.¹²⁵

Os ataques dos coroados continuaram nos meses finais do ano de 1849 e novas vítimas foram feitas. Entre as vítimas estava o 1º Tenente ajudante de ordens do comando das Armas, Antonio Correa da Costa Pimentel. Consta também que atacaram o destacamento de Estiva, que ficava distante 30 léguas (144 quilômetros, aproximadamente) de Cuiabá.¹²⁶

Novamente o recurso utilizado pelo presidente da província foi a expedição de bandeiras, em número de três, mas que pouco puderam fazer. O Presidente João José da Costa Pimentel atribuiu o fracasso das expedições à estação chuvosa, e também cogitou o malogro ser de responsabilidade dos comandantes, pois enquanto a bandeira estava no sertão, os índios “batiam os moradores da estrada de Goyaz, incendiando-lhes casas e roças, e fazendo-lhes todo o gênero de hostilidades”.¹²⁷

A expedição de bandeiras, enviadas contra os indígenas hostis neste período, parece ter sido o primeiro recurso ao qual recorreram os presidentes de província. As bandeiras foram enviadas, principalmente, contra os índios cabixis, que ameaçavam a segurança dos moradores da cidade de Mato Grosso, e contra os índios coroados, que atacavam os moradores que habitavam próximo à estrada para Goiás. Quando Augusto Leverger assumiu a presidência da província, em 1851, é possível perceber uma descontinuidade no envio das expedições punitivas. Porém, os presidentes que o antecederam fizeram amplo uso de tais expedições contra os indígenas e o fizeram por algumas razões. Primeiro, as expedições de bandeiras foi um recurso lícito durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX. A recomendação

¹²⁵ RESENDE, E. R. de. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, em 1840, p. 15.

¹²⁶ PIMENTEL, J. J. da C. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, em 1850, p. 4-5.

¹²⁷ *Ibidem*.

de brandura no tratamento dos indígenas passou a ser indicada principalmente após a promulgação do *Regulamento das Missões*, em 1845. Segundo, os missionários designados para aldear os indígenas da província chegaram somente em 1848, o que impedia aos presidentes concentrarem esforços no sentido de promover a catequese dos indígenas.¹²⁸ Por fim, o clamor da população ameaçada pelas incursões bélicas dos nativos pressionava os administradores a expedir as bandeiras. Ainda que o clamor da população por mais segurança contra as incursões indígenas perdure ao longo do século XIX, na ausência de missionários para darem início a uma política mais branda e por terem sido as bandeiras um recurso amplamente utilizado em anos anteriores, as expedições punitivas se tornaram o primeiro recurso dos presidentes da província para conter as incursões bélicas dos nativos.

A postura da administração da província em relação aos meios para conter os ataques dos indígenas parece ter mudado significativamente após a posse do presidente Augusto Leverger, no ano de 1851. A análise da documentação permite inferir que o presidente percebeu a pouca eficiência do envio de bandeiras para afugentar os índios, que mais os incitavam a cometer novos ataques do que a minorá-los. Augusto Leverger parece ter percebido o que seu antecessor já havia notado: a expedição de bandeiras necessitava de altos investimentos para pouca ou nenhuma certeza de seu sucesso, além de contrariar uma das vertentes que afirmava a catequese como meio mais eficaz para pacificar os indígenas.

2.2 - Das bandeiras aos meios brandos

Em 1850, João José da Costa Pimentel comentou que boa parte da verba de 3:000\$000 (três mil réis) destinada pelo Ministério do Império para a Catequese e Civilização dos Índios havia sido utilizada com o envio de expedições contra os índios hostis. Desse modo, o próprio projeto de catequese dos índios via-se ameaçado, pois a província não teria verba para satisfazer as necessidades dos capuchinhos, que, como vimos, eram maiores do que outras províncias do Império.¹²⁹

¹²⁸ Sobre o atraso dos missionários capuchinhos, o presidente João Crispiniano Soares mostrou-se, em 1847, descontente com a demorada viagem dos capuchinhos à província: “Acha-se nomeado pelo governo imperial o cidadão Joaquim Alves Ferreira, diretor geral dos índios d’esta província, e há por isso as mais solidas e bem fundadas esperanças, que em breve os aldeamentos dos índios; abandonados como sempre estiveram aos seus próprios recursos, sem inspeção, e nem direção, que dessem aos seus melhoramentos o desejado e vital impulso, sairão de um tal estado; pois que conto com os serviços do referido cidadão, que sempre tem-se mostrado zeloso no cumprimento de deveres que lhe são impostos. Me é um extremo sensível que até hoje não chegassem os missionários capuchinhos, que tem de ser empregados na catequese, os quais estão em viagem para esta capital a quase dois anos”. SOARES, J. C. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, em 1847, p. 21-22.

¹²⁹ PIMENTEL, J. J. da C. *op. cit.*, p. 11-12.

O presidente Augusto Leverger, por sua vez, após mencionar, em 1851, os insucessos das bandeiras enviadas pelo seu antecessor, escreveu em seu relatório que tais expedições, organizadas para vingar os ataques dos índios e prevenir que se renovem “além de repugnar aos princípios de humanidade e as repetidas recomendações do Governo Imperial, não produz, senão em raras e excepcionais ocasiões, o efeito que se espera, como muitas vezes tem provado a experiência”.¹³⁰

Uma das raras exceções a que provavelmente se referiu Augusto Leverger foi a “pacificação” dos índios Bororo Cabaças, em 1843. Desde então, as bandeiras enviadas contra os índios cabixis e coroados pouco ou nada fizeram em prol da paz na província, antes serviram para incitar novos ataques. Além disso, as recomendações do Governo Imperial para acabar com a organização de expedições punitivas contra os índios pressionavam os presidentes das províncias para que cessassem a organização de tais expedições.

Diante da situação de ter que garantir a segurança dos moradores e atender as solicitações do governo imperial de bons tratos aos índios, e tendo que lidar com o parco recurso financeiro para manter uma força policial que rondasse os lugares suscetíveis aos ataques dos nativos, Leverger recomendou aos moradores que permanecessem prevenidos. A recomendação do presidente foi acompanhada de outra aos moradores da província. Nelas continham ordens para evitar que atacassem os indígenas sem que estes apresentassem hostilidades:

não vejo outro recurso se não o de estarem precatados por si mesmos os ditos moradores, para repelir os índios e escarmentá-los quando se apresentam hostilmente, porem nunca para matá-los, sem provocação, facto que mais de uma vez tem-se reproduzido e que dá lugar a uma interminável serie de represálias.¹³¹

Esta orientação do presidente sugere que a relação entre os indígenas hostis e os moradores das áreas rurais da província eram marcadas por uma guerra que partia de ambos os lados. Apesar das fontes mostrarem, em sua maioria, somente a selvageria e brutalidade dos povos indígenas da província “pela maior parte bárbaras e antropófagas”¹³², parece plausível considerar, a partir da orientação do presidente, que o medo vivenciado pelos residentes das áreas rurais ameaçadas pelos indígenas ocasionasse, ao menor sinal de aproximação destes, ações de violência dos moradores, que não demoravam a repelir aos tiros os nativos que intentassem se aproximar.

¹³⁰ LEVERGER, A. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1851, p. 6.

¹³¹ *Ibidem*, p. 7.

¹³² *Ibidem*, p. 28.

Ainda, a orientação aos moradores para que evitassem atacar os indígenas e também se mantivessem vigilantes pode ter sido uma recomendação do Governo Imperial que foi reproduzida por Augusto Leverger, tendo em vista os poucos recursos de que dispunha a província para despender com a vigilância dos diversos lugares atacados pelos índios hostis.¹³³

Em uma fazenda na estrada para Goiás, durante o ano de 1854, os coroados perpetraram ataques aos moradores de uma fazenda chamada Agoassú. Durante a primeira investida assassinaram um menino. Tempo depois retornaram ao lugar e flecharam três adultos, ocasionando a morte de dois deles. Em um terceiro ataque os índios fizeram mais uma vítima e incendiaram a casa. Ao relatar este episódio, Augusto Leverger atribuiu a fatalidade do acontecimento aos próprios moradores, que, de acordo com o presidente, não tiveram o cuidado devido, mesmo sabendo da iminência de ataques dos índios. O presidente também cogitou que, se as causas fossem investigadas, “talvez aparecessem imprudentes provocações da parte da nossa gente”.¹³⁴

Em 1851 Augusto Leverger enviou um comunicado ao Governo Imperial informando as ações que pretendia colocar em prática para conter os ataques dos indígenas hostis. Informou que pretendia, caso fosse absolutamente necessário, enviar bandeiras contra os índios, mas com a orientação de capturar os adultos e oferecer recompensas aos captores. Os indígenas aprisionados, após serem convencidos das supostas vantagens da civilização, poderiam retornar aos seus e convencê-los a deporem as armas: “esses prisioneiros, passando algum tempo entre nós, aprendendo a nossa língua, e certificando se das nossas pacíficas intenções, poderão, voltando entre os seus, servir-nos de interpretes e uteis medianeiros”.¹³⁵

Estas posturas representam uma mudança significativa na política indigenista praticada até esse momento – ainda que as ações para conseguir aprisionar os índios não fosse de modo algum pacífico –, já que encarregava as bandeiras de aprisionar indígenas vivos para que fossem utilizados estrategicamente no futuro, diferente das bandeiras enviadas anteriormente, que tinham o objetivo de pacificar os indígenas hostis tão somente pelo uso da força. De acordo com Augusto Leverger, o Governo Imperial aprovou as medidas propostas pelo presidente e autorizou despender uma quantia total de dois contos de réis com as premiações aos captores de índios.¹³⁶

¹³³ No ano de 1863, o relatório do presidente Herculano Pereira Penna citou um aviso do Ministério da Agricultura, que citaremos mais a frente, onde consta a mesma recomendação aos habitantes dos lugares ameaçados pelos índios.

¹³⁴ LEVERGER, A. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1854, p. 7.

¹³⁵ Idem. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1852, p. 8.

¹³⁶ Ibidem.

A prática de capturar indígenas nas expedições para que fossem educados de acordo com valores ocidentais tornou-se frequente nos discursos dos presidentes da província. O objetivo era educar os índios para que depois retornassem ao grupo de origem e persuadissem os demais das vantagens da vida civilizada. Nas expedições de captura dos índios, priorizavam-se as mulheres e crianças, provavelmente por serem eles os que ofereciam a menor resistência e também pelo fato das autoridades províncias acreditarem ser mais eficiente o convencimento de crianças.¹³⁷

A prática de adoção de crianças por particulares para lhes dar educação pode ter sido inspirada na experiência jesuítica do período colonial de priorizar a ação catequética em crianças depois de se ter percebido que o comportamento inconstante dos índios em relação aos ensinamentos cristãos estava de algum modo associado aos seus “maus costumes”, já muito arraigados nos índios adultos. Antes de converter, os jesuítas perceberam que era necessário civilizar. As crianças, devidamente educadas, serviriam de mediadoras para a conversão dos adultos.¹³⁸

No século XIX, esta prática estava associada à crença de superioridade da raça caucasiana sobre a indígena e foi influenciada sobretudo pelo evolucionismo social. Ainda que a intelectualidade brasileira não tivesse consenso em relação ao futuro dos índios e que as propostas de sua integração à nação fossem variadas, como mostramos no primeiro capítulo, a adoção de crianças indígenas para a sua educação dialogava com as propostas integracionistas defendidas por intelectuais como Januário Cunha Barbosa, Joaquim Caetano Fernandes, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Perdígão Malheiros e eram uma alternativa à guerra de extermínio, defendida por Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo.

No entanto, expedir bandeiras para capturar indígenas adultos não era uma tarefa fácil de ser executada. Acostumados com as empreitadas guerreiras nas florestas, os indígenas

¹³⁷ Capturar o indígena para entregar aos cuidados de famílias que se responsabilizavam por educá-los foi uma prática comum também em outras províncias, e depois estados, após a Proclamação da República. Um caso já muito conhecido ocorreu no início do século XX em Santa Catarina com uma indígena da etnia Xokleng, de nome Korikrã, adotada em um orfanato pelo médico alemão Hugo Gensch quando tinha aproximadamente 13 anos de idade. Uma análise da educação dada à Korikrã pelos seus pais adotivos e o modo como a indígena a recebeu foi feita por WITTMANN, L. T., *O vapor e o botoque*, p. 93-153.

¹³⁸ Ao comentar os entraves enumerados pelo padre José de Anchieta para a conversão dos Tupinambá, Eduardo Viveiros de Castro escreveu: “É bem conhecida a estratégias catequética que tal imagem motivou: para converter, primeiro civilizar; mais proveitosa que a precária conversão dos adultos, a educação das crianças longe do ambiente nativo; antes que o simples pregar da boa-nova, a política incessante da conduta civil dos índios. Reunião, fixação, sujeição, educação. Para inculcar a fé, era precisa primeiro dar ao gentio lei e rei. A conversão dependia de uma antropologia capaz de identificar os *humana impedimenta* dos índios, os quais eram de um tipo que hoje chamaríamos de ‘sociocultural’.” Conferir VIVEIROS DE CASTRO, E. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In. VIVEIROS DE CASTRO, E. *A Inconstância da Alma Selvagem*, p. 189-190. (Destaque do autor)

geralmente se saíam melhor e conseguiam fugir das expedições organizadas contra eles, sobretudo nos períodos de chuvas, que na província de Mato Grosso se concentravam entre os meses de novembro e março, período geralmente reservado pelos indígenas para iniciar suas expedições guerreiras contra os brancos.

Em setembro de 1853, por exemplo, atendendo as solicitações dos últimos três anos dos moradores do distrito de Mato Grosso, Augusto Leverger autorizou uma bandeira para marchar contra os cabixis. A bandeira seguiu com as instruções de evitar o morticínio “o quanto fosse possível” e com a promessa de premiação aos captores de índios adultos. Ao final, “depois de ter essa bandeira, durante muitos dias, perseguido os selvagens cujo número, dizem, passava de mil, o que me parece exagerado, recolheu-se sem os ter podido alcançar”.¹³⁹

Proporcionar segurança aos moradores ameaçados pelos índios e atender aos pedidos do Governo Imperial de não expedir bandeiras contra eles exigia uma grande mobilização de guardas para rondar os lugares suscetíveis às agressões dos índios. Os municípios de Cuiabá e Mato Grosso eram os que mais sofriam com os ataques dos coroados e cabixis, respectivamente. Por isso, em 1851, Augusto Leverger mandou reforçar os destacamentos militares do município de Mato Grosso e enviou para lá quarenta guardas. Os destacamentos de Rio-Grande, Sangrador e Estiva também foram reforçados. Cuiabá contou com um reforço de quinze guardas, mas que ainda não eram suficientes, de acordo com o presidente, já que muitos dos soldados haviam sido deslocados para os destacamentos de Estiva.¹⁴⁰

Em 1864 a província contava com os destacamentos militares de Estiva, Sangrador, Rio Grande e Sant’Anna, na estrada para Goiás; os destacamentos das vilas do Diamantino, Poconé e Freguesia do Livramento; e os destacamentos de São Vicente, Pillar e Santa Ignez, no distrito de Mato Grosso. Leverger afirmou que estes destacamentos contavam apenas com o número de soldados estritamente necessários, e que, devido à falta de pessoas e recursos, não poderia criar outros destacamentos para proteger os moradores dos sertões.¹⁴¹

Com o baixo número de guardas nos destacamentos militares para intimidar os indígenas, os ataques continuaram bem como as queixas dos moradores que solicitavam ações para sua proteção. Desde 1854, os coroados atacavam constantemente os estabelecimentos rurais situados nas cabeceiras do Rio São Lourenço e Rio Aricá, “quase às barbas da Cidade [Cuiabá]”.¹⁴² Os moradores destas regiões reclamavam ao presidente expedições de bandeiras,

¹³⁹ LEVERGER, A. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1854, p. 7-8.

¹⁴⁰ Idem. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1852, p. 11.

¹⁴¹ Idem. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1854, p. 16.

¹⁴² OSÓRIO, A. de S. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1857, p. 4-5.

já que pagavam pesados impostos e, mesmo assim, viam suas vidas e seu trabalho ameaçados pelos ataques dos índios.

Em 1856, após novas incursões guerreiras dos índios, o presidente Augusto Leverger autorizou a expedição de duas bandeiras, apesar de reiterar que acreditava que este não era melhor meio de pacificar os índios:

Apesar da minha repugnância pela expedição de Bandeiras, urgido pelo clamor público e à vista das participações do Chefe de Polícia, ordenei que, na última estação seca, se fizesse uma dessas expedições e aprovei a deliberação que tomem o mesmo Chefe de Polícia de mandar sair outra em direção diversa da primeira, com a qual devia reunir-se em tempo e lugar designados.¹⁴³

Mesmo tendo enviado, desta vez, as bandeiras no período da estiagem, que na região de Cuiabá estão situadas entre os meses de maio a setembro, nenhum proveito delas foi tirado. Novamente o presidente enfatizou a necessidade dos moradores se manterem precavidos, de modo a apresentar alguma resistência aos indígenas.¹⁴⁴

Após o fracasso desta bandeira, os ataques dos índios continuaram na região da estrada para a província de Goiás e na estrada para a província de São Paulo. A impossibilidade da província em garantir a segurança dos moradores destas regiões ocasionou um pedido de autorização dos próprios para custear uma bandeira contra os índios coroados, o que demonstra, mais uma vez, a pressão enfrentada pelo presidente para abrir mão das solicitações de brandura do governo imperial e utilizar a força contra os indígenas.

A bandeira partiu em julho e foi composta por quarenta praças de linha e vinte índios Guaná. Após quatro meses regressou com trinte e dois índios prisioneiros, entre mulheres e crianças, e foram repartidos entre pessoas que poderiam lhes educar de acordo com os valores ocidentais. A expedição custou 1:288\$400 réis aos cofres públicos, utilizando para isso a verba destinada à polícia e segurança, do ministério da justiça.¹⁴⁵

A aparência de sucesso da expedição logo se desfez no ano seguinte. Além de muitos dos índios entregues aos moradores terem fugido, em março de 1858 recomeçaram as incursões guerreiras dos nativos. Para contê-las, o presidente autorizou o envio de vinte praças para serem divididos em quatro pequenos destacamentos para que pudessem auxiliar-se mutuamente. Essa medida foi tomada com o objetivo de garantir a segurança dos moradores e para evitar que abandonassem seus estabelecimentos, como muitos já haviam feito.¹⁴⁶

¹⁴³ LEVERGER, A. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1856, p. 5-7.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ OSÓRIO, A. de S. *Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso*, em 1857, p. 3.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

Em um trecho do relatório de 1857, o vice-presidente Albano de Souza Osório atentou para o fato de que as terras ao sudeste da capital Cuiabá, ocupadas pelos índios coroados, eram de altíssima fertilidade e, apesar disso, não podiam ser aproveitadas devido à hostilidade dos índios que habitavam aquela região: “não têm podido ser cultivadas e aproveitadas por causa desses bárbaros que nos hostilizam há mais de cem anos”.¹⁴⁷

O presidente Antonio Pedro de Alencastro também ressaltou a fertilidade das terras ocupadas pelos índios coroados. Em relatório apresentado em 1860, após mencionar a criação de mais um destacamento militar nas margens do rio São Lourenço, afirmou que, se o destacamento conseguisse pacificar os indígenas que ali habitavam, “muito ganhará a província, por serem essas terras salubres, fertilíssimas e com boa navegação”.¹⁴⁸

O destacamento foi criado por Joaquim Raymundo Lamare, após os índios coroados atacarem a fazenda de Silverio Fernandes Lima. Por julgar impróprio a expedição de uma bandeira para marchar contra os nativos, o presidente solicitou a criação de um destacamento militar na parte superior do Rio São Lourenço, nas proximidades de um afluente que supunha ser um rio denominado Água-branca.

O Major Comandante do Distrito instou-me então pela expedição de uma bandeira contra estes índios, porém a repugnância que experimento em autorizar tais meios de repressão, e a convicção que nutro da improficuidade deles, inclinam-me a preferir expediente mais humano, e que melhor possa prestar-se à catequese e civilização desses filhos primitivos da natureza.¹⁴⁹

A existência de índios hostis na região do Rio São Lourenço inviabilizava a sua ocupação por moradores não indígenas e, adicionalmente, dificultava o desenvolvimento econômico da província ao mesmo tempo que exigia a mobilização de recursos financeiros para a segurança tanto dos moradores que ainda permaneciam na região, quanto dos produtos que trafegavam pela estrada que seguia para Goiás. Ainda, a Lei de Terras em 1850 pode ter chamado a atenção dos administradores da província, que passaram a ver os indígenas hostis como um grande empecilho para o projeto de colonização que se vislumbrava com a promulgação da lei e, portanto, um entrave ao desenvolvimento econômico da província.

O historiador José de Mesquita atribuiu o declínio da economia da região conhecida no período como Serra-Acima, atual Chapada dos Guimarães, à presença de indígenas hostis nesta região. Considerada com ufania pelo historiador como “o grande empório da Capital”, a região de Serra-Acima abastecia a cidade de Cuiabá com gêneros de primeira necessidade. O período

¹⁴⁷ OSÓRIO, A. de S. *Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso*, em 1857, p. 5.

¹⁴⁸ ALENCASTRO, A. P. de. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1860, p. 14.

¹⁴⁹ LAMARE, J. R. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1859, p. 5-6.

de maior desenvolvimento desta região esteve situado entre os anos de 1850-1865, de acordo com pesquisa feita por José de Mesquita, quando foi possível observar um aumento no número de batismos, no número de óbitos, votantes e um relativo aumento de casamentos.¹⁵⁰

Ao informar a situação da estrada que ligava Cuiabá à província de Goiás, o presidente Herculano Ferreira Penna também informou que a referida estrada se encontrava praticamente despovoada, e atribuiu o seu despovoamento aos ataques dos índios coroados aos moradores. O despovoamento da estrada prejudicava os viajantes que trafegavam por ela, pois os moradores, apesar de pobres, proviam os viajantes e seus animais com os mantimentos necessários para prosseguir a viagem até Cuiabá.

Ainda não há muitos anos encontravam-se dispersos ao longo da estrada sítios de moradores, pobres na verdade, mas que, todavia, supriam os viajantes com alguns viveres, e muito principalmente com o milho preciso para o sustento das tropas de animais. Existiam tais sítios, desde o último Engenho do Distrito desta Cidade até o Rio-grande, no Alecrim, nas Lavrinhas, nas Vertentes, na Agoa-branca, nos Sangradouros, no Cabeça de boi, no Jatubá, nas Antinhas, nos Barreiros, no Passa-vinte, no Tacoaral, na Insua e ainda em outros lugares, desertos hoje todos, com exceção apenas dos dois pequenos Destacamentos militares da Estiva e do Sangradouro Grande, e de uns moradores no lugar dos Macacos...¹⁵¹

Com a intenção de melhorar o trânsito dos viajantes, Herculano Ferreira Penna solicitou aumentar para trinta o número de praças dos destacamentos de Estiva, Sangrador Grande e Rio-grande, e criar um destacamento entre a região de Jatubá e Passa-vinte. A criação e o fortalecimento dos destacamentos tinham o propósito de manter a vigilância da estrada através de patrulhas que, caminhando de um a outro destacamento, poderiam intimidar os coroados.¹⁵²

A organização de tais rondas parece ter esbarrado nas dificuldades em manter uma força policial suficiente. O problema da insuficiência de linhas, constantemente mencionada nos relatórios, somou-se à habilidade dos ataques dos indígenas, que se moviam com rapidez e os executavam com uma velocidade consideravelmente superior à capacidade que possuíam as praças para perseguir os nativos.

Esta questão pode ser visualizada no relatório do vice-presidente da província em 1863, Herculano Ferreira Penna. Após mencionar que o meio mais eficaz de conter os ataques dos índios era a criação de patrulhas para rondarem incessantemente os lugares frequentados pelos indígenas, medida adotada pelo presidente no dia 31 de maio para conter os ânimos dos

¹⁵⁰ MESQUITA, J. de., Grandeza e decadência da Serra-acima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato*, p. 15-16.

¹⁵¹ PENNA, H. F. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, em 1862, p. 108.

¹⁵² *Ibidem*, p. 109.

moradores na região da Freguesia da Chapada, Herculano Ferreira Penna relatou o seguinte fato:

A dita ronda conseguiu sossegar o ânimo dos moradores, que deixaram de ser ameaçados pelos índios. Estes, porém, apareceram ainda em outra paragem onde foi ao encalço deles uma força de 9 praças que o Exm^o. Conselheiro Presidente pusera à disposição do Subdelegado de Polícia da Freguesia da Chapada, que ultimamente a mobilizou e reforçou com alguns paisanos.¹⁵³

No mesmo relatório, Herculano Ferreira Penna argumentou que enviar bandeiras contra os índios tem se mostrado uma medida improficua, pois “apenas se recolhem, recomeçam as correrias dos selvagens”.¹⁵⁴ Certamente, os longos anos de experiência indígena em expedições guerreiras, tanto contra os colonizadores não indígenas quanto contra outros nativos, deram aos coroados uma habilidade de guerra nas matas que os colocavam em vantagem em relação às expedições que contra eles marchavam.

Além do baixo número de praças disponíveis, o envio de expedições para marchar contra os índios quase sempre retornava sem conseguir encontrá-los. Herculano Ferreira Penna, por exemplo, informou em relatório que, em janeiro de 1862, o subdelegado da província enviou uma escolta ao encalço dos coroados que atacaram a fazenda de um morador de Ponte Alta, mas que não pôde alcançá-los.¹⁵⁵

No dia 28 do mesmo mês, no município de Mato Grosso, os índios cabixis atacaram mortalmente um Guarda Nacional na região do Rio Guaporé. O Comandante Militar do município enviou uma escolta de seis praças “a fim de explorar os campos e matas das vizinhanças, e expelir os selvagens”.¹⁵⁶ Ao regressar às oito horas da noite, a escolta informou que não pôde encontrar os índios, mas que foi possível localizar seus rastros na região próxima de onde havia sido encontrado o cadáver do Guarda Nacional.

Ao receber esta informação, o Comandante das Armas fez seguir, no dia 20 de fevereiro, a mesma escolta para o Campo do Xavier, com o intuito de reforçar as praças ali estacionadas e buscar pelos índios: “recolheram-se depois todas à Cidade, o que se concluiu no dia 30, sem que encontrassem os índios, continuando porem a ver novas batidas”.¹⁵⁷

No mesmo tempo que partiu a escolta para Campo Xavier, outra foi enviada pelo Delegado de Polícia, esta última composta por quarenta praças da Guarda Nacional e tendo a sua frente um Tenente e um Alferes. Apesar de ter esta força contado com um corpo de soldados

¹⁵³ PENNA, H. F. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, em 1863, p. 7.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ HERCULANO, F. P. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1863, p. 62-63.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 63-64.

mais qualificado do que as outras expedições enviadas no mesmo ano contra os cabixis e os coroados, não foi possível encontrar os primeiros: “essa força recolheu-se no fim de dois dias, sem conseguir resultado algum, porque os índios haviam se embrenhado, e faltava um trilhador que dirigisse a expedição”.¹⁵⁸

É seguro afirmar, a partir das fontes até aqui analisadas, que as dificuldades encontradas pelos presidentes para conter os ataques dos índios eram de duas ordens: da própria estrutura policial da província, que contava com um parco número de praças para rondar os lugares geralmente atacados pelos indígenas, além de não possuírem o conhecimento do sertanista, que certamente facilitaria a busca dos nativos e a prevenção de seus ataques, e da própria dinâmica de expedições guerreiras dos nativos, qualitativamente superior à capacidade que a província possuía para combatê-los.

Além das dificuldades encontradas pelos administradores da província para manter um número mínimo de praças armados rondando os lugares atacados pelos indígenas, as recomendações do Governo Imperial eram para que não se fizesse uso das armas contra os índios, salvo em situações de defesa, e que alertasse aos moradores ameaçados pelos ataques para que se mantivessem vigilantes.

O Governo tem por vezes manifestado sua desaprovação ao emprego de força como meio de reduzir os indígenas, e assim dele não deve V. Exc.^a socorrer-se no caso de que trata em seu ofício de 13 de Novembro do ano próximo findo, se não como recurso de natural defesa quando haja agressão: em quanto pois não for possível por meios brandos e persuasivos conseguir arrumar o espirito hostil das tribos, que acoroçadas com a míngua da população e abandono das propriedades, se apresentam mais agressivas nas vizinhanças dessa Capital, deve V. Ex.^a recomendar aos habitantes do Distrito ameaçado que estejam vigilantes, e auxiliando-os V. Ex.^a com os meios de defesa de que essa Presidência possa dispor.¹⁵⁹

Este aviso, encaminhado pelo Ministério da Agricultura, foi citado por Herculano Ferreira Penna em seu relatório. Conforme já mostramos acima, Augusto Leverger foi um dos presidentes que mais enfatizou a necessidade de seguir as recomendações do Império. Herculano Ferreira Penna também concordou que o melhor meio para pôr em prática as recomendações do Governo Imperial era manter destacamentos militares “assaz numerosos” para patrulhar os sertões frequentados pelos indígenas hostis.

Cláudio Alves de Vasconcelos destaca que desde 1850 as recomendações do Governo Imperial eram para que se empregasse outros meios que não os violentos para lidar com os indígenas hostis. Nesse sentido, o Ministério do Império encaminhou, em 1850, um Aviso ao

¹⁵⁸ HERCULANO, F. P. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1863, p. 63-64.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 66.

presidente da província em exercício, João da Costa Pimentel, demonstrando reprovar o uso das bandeiras contra os nativos:

Sua Majestade o Imperador, [...] Manda declarar que não pode ser aumentada a verba destinada para a catequese, e civilização dos Índios dessa Província para o fim indicado por V. Ex. visto que não podem os meios nela consignados ser distraídos do seu primitivo destino, para outro tão diverso qual o de hostilizar os mesmos Índios, o que longe de concorrer para os civilizar, e catequizar, tende mais a afugentá-los da sociedade, e a extingui-los, o que muito contraria as filantropias, e paternais intenções do Mesmo Augusto Senhor, que há por muito recomendado a V. Ex. a abstenção da violência até aqui empregada por eles cometidos contra as povoações, e viandantes, e jamais para os ir procurar às matas, e exterminá-los.¹⁶⁰

É possível perceber que a data de envio deste aviso coincide com o período delimitado neste tópico, que marca o início de uma postura mais branda em relação aos indígenas hostis da província. É importante ressaltar também que, apesar de uma postura mais branda a partir de 1850, os meios utilizados para substituir as bandeiras não foram de todo pacíficos. Os próprios aldeamentos, que podem ser considerados como as medidas mais brandas para lidar com os indígenas neste período, também lançavam mão da violência para disciplinar os nativos, e na província de Mato Grosso, os abusos cometidos pelo frei Ângelo de Caramonico contra os indígenas no aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho são um bom exemplo de como o discurso de bons tratamentos aos índios possuía seus limites práticos.

As fontes mostram as violências físicas sofridas pelos indígenas no aldeamento administrado pelo Frei Ângelo de Caramonico. Destacar a violência física presente nos aldeamentos permite relativizar a noção de que os aldeamentos eram uma alternativa pacífica às bandeiras. Uma das fontes consultadas, a edição número 92 do jornal *A Imprensa de Cuyabá*, indicam os abusos cometidos pelo referido frei aos indígenas Kinikinaos. O episódio narrado no jornal relata o caso de um índio que agrediu um mestre de olaria e foi punido, junto com outros índios, tanto pelo referido Frei quanto pelo chefe de polícia, que os obrigou a prestar serviços aos particulares:

No dia 10 de Novembro do corrente anno, tendo o mestre d'uma olaria existente n'aquela aldêa, maltratado a um indio, a ponto de o lançar por terra sem sentidos, deo esta scena lugar que os indios alvorotassem e dirigissem-se em massa ao Director afim de pedir-lhe providencias sobre o assassino do seu companheiro. Sendo recolhido o aggresso n'uma casa adrede construida para supplicio dos indios, eis que chega a aldêa o cidadão Joaquim José Gomes da Silva, que na occasião do incidente fôra chamado pelo supra dito Director Frei Angelo de Caramonico para prestar seos bons officios a respeito, este immediatamente mandou pôr em liberdade o seo protegido oleiro, e o conduzio com o Rvdº ao seo sitio denominado Piraputangas. Os indios assim abandonados, a 14 do mesmo conduzirão o offendido a esta Freguezia, mas

¹⁶⁰ AVISO NÚMERO 40, *apud* VASCONCELOS, C. *op. cit.*, p. 107.

infelizmente não encontrarão autoridade alguma que se animasse a fazer ao menos o respectivo corpo de delicto, talvez temendo desagradar a certo infatuado legista.¹⁶¹

A dificuldade em manter os destacamentos com um número razoável de guardas impedia a execução das recomendações dadas pelo Ministério da Agricultura. Destarte, manter os destacamentos militares com um baixo número de guardas poderia colocar em risco a vida dos próprios guardas, conforme o presidente reconheceu:

O meio de cumprir estas recomendações consiste em colocar Destacamentos, assaz numerosos, em certos lugares donde possam patrulhar os Sertões, fazer conhecer os selvagens a nossa vigilância, impedir-lhes o passo quando pretendam aproximar-se aos Sítios dos lavradores, e finalmente rebatê-los á viva força quando levem o efeito a agressão.

Isto já se tem por mais de uma vez procurado conseguir, mas a falta de Tropa de linha não permitiu que tais postos militares fossem mantidos no pé conveniente, dando-se pelo contrário o perigo de ficarem expostas aos ataques dos selvagens as poucas Praças aqui restantes, como aconteceu com o que se achava estabelecido na parte superior do rio S. Lourenço, como acontece ainda hoje com os da estrada de Goyaz, cujos Comandantes não cessam de pedir auxílio, que infelizmente não se lhes tem podido enviar.¹⁶²

Durante a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai a defesa dos moradores contra os ataques dos índios parece ter ficado ainda mais comprometida. Devido à necessidade de mobilizar um exército para combater os paraguaios, os moradores das regiões atacados pelas etnias hostis ficaram ainda mais vulneráveis, conforme é possível perceber com a leitura do relatório apresentado pelo vice-presidente Augusto Leverger, em 1866.

Após mencionar o assassinato do estafeta dos correios cometido pelos coroados e de um ataque cometido no sítio de Joaquim José de Sampaio, o presidente considerou que os melhores meios para prevenir tais ataques era expedir patrulhas volantes para rondar incessantemente os estabelecimentos rurais, bem como aumentar o número de forças policiais nos destacamentos e nas estradas da província sujeitas ao ataque dos índios. Diante da necessidade de enviar soldados para serem empregados na guerra contra o Paraguai, o presidente relatou que “as exigências de defesa das fronteiras não permitem e o Governo não consente que se empreguem praças de linha em semelhantes serviços, senão acidentalmente e em pequena escala; e Província não tem meios de manter suficiente força policial”.¹⁶³

¹⁶¹ CARTA enviada da Freguezia de Albuquerque. In: A imprensa de Cuyabá, p. 2-3. Outros documentos mencionam os abusos cometidos no aldeamento administrado pelo Frei Ângelo de Caramonico: NOTICIÁRIO. In: A imprensa de Cuyabá: periódico político, mercantil e literário, p. 1.; A PEDIDO. In: A imprensa de Cuyabá: periódico político, mercantil e literário, p. 3-4; BARBOSA, P. A. A violência como prática civilizatória.

¹⁶² PENNA, H. F. P. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1863, p. 66.

¹⁶³ LEVERGER, A. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1866, p. 7-8.

Com o fim da Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, a política indigenista sofreu nova descontinuidade. As medidas preventivas, como a criação de destacamentos e as bandeiras, cederam lugar a uma política de caráter mais estratégico, marcada pela criação de rondas volantes e pelo envio de expedições armadas que tinham o objetivo de capturar indígenas para serem posteriormente empregados como mediadores na “pacificação” dos grupos.

2.3 – Ações preventivas à “pacificação” dos coroados

A partir de 1875, os relatórios provinciais passaram a registrar com mais detalhes os ataques que os indígenas cometiam aos moradores da região próxima à capital Cuiabá. É possível perceber que as incursões bélicas dos indígenas aumentaram em sua intensidade e frequência, especialmente dos índios coroados. Chiara Vangelista já havia observado que o período situado entre os anos de 1875 e 1883 foi quando os coroados colocaram em prática uma verdadeira estratégia de ataque contra os invasores não indígenas.¹⁶⁴

De fato, a partir de um levantamento do número de mortes ocasionadas pelo confronto entre indígenas e não indígenas, no período que vai de 1830 a 1888, notamos que os assassinatos de não indígenas foi muito maior no período entre 1873 e 1888. Esse fato corrobora a observação acima mencionada feita por Chiara Vangelista. Além disso, é possível observar que a partir de 1862 o governo da província abandonou as bandeiras como estratégia para “pacificar” os indígenas. O número de mortos indígenas, por sua vez, é significativamente inferior ao de não indígenas. Certamente, a documentação omitiu inúmeros assassinatos de indígenas que provavelmente ocorreram nos sertões distantes do controle da província. Os ataques aos indígenas também foram praticados por particulares e é razoável supor que muitos indígenas foram assassinados nestes confrontos.¹⁶⁵

¹⁶⁴ VANGELISTA, C. *op. cit.*, p. 173.

¹⁶⁵ Não por acaso os presidentes da província vão municiar os moradores para que se defendam dos indígenas ao mesmo tempo que solicitam que só utilizem o armamento em “legítima defesa”.

Tabela 1 - Mortes indígenas e não indígenas nos confrontos entre 1829-1888

Anos	Não indígenas assassinados	Bandeiras	Indígenas assassinados
1829-1838	7	4	40~50
1840-1850	13	5	0
1854-1861	9	2	0
1862-1869	8	0	0
1873-1880	206	0	0
1881-1888	64	0	1

Fonte: Resultados compilados a partir dos relatórios dos presidentes e dos jornais da província. Organizado pelo autor.

Neste período, as medidas adotadas pelos presidentes da província variaram entre as antigas expedições armadas contra os índios para tranquilizar os moradores e intimidar os nativos e as infrutíferas rondas volantes para rondar as estradas sujeitas aos ataques dos indígenas. Somadas a estas, o envio de expedições guiadas por trilhadores experientes, algumas vezes os próprios indígenas, e o aprisionamento de mulheres e crianças foram utilizadas e parece mesmo que de modo mais constante a partir de 1876.

É possível conjecturar que a adoção de tais medidas, antes poucas vezes utilizadas pelas autoridades provinciais, resultou das recomendações do governo imperial para evitar medidas violentas contra os indígenas hostis. Assim, o emprego de trilhadores experientes, e às vezes indígenas, poderia aumentar a eficácia das expedições, possibilitando a apreensão de crianças de ambos os sexos e mulheres adultas para serem educadas e intermediarem a tão buscada “pacificação” dos indígenas hostis.

Para sublinhar o caráter estratégico das expedições enviadas contra os indígenas, os presidentes da província passaram a recomendar de modo mais enfático a utilização de meios pacíficos para contatar os nativos, ainda que as expedições fossem compostas por homens armados. É nesse sentido que Hermes Ernesto da Fonseca recomendou à força da Guarda Nacional uma aproximação pacífica, composta por vinte e três homens, que marcharam contra os coroados que atacaram o sítio de Victoriano Gomes e assassinaram um sexagenário no lugar denominado Água-fria, na região da Chapada. A ênfase dada pelo presidente na necessidade de proceder de modo pacífico pode ser percebida, por exemplo, neste trecho, especialmente no uso do aposto com o objetivo de destacar a recomendação dada: “Esta força tinha recomendação de não hostilizar os índios, portanto não os podia atacar, e somente em caso de defesa lhe era permitido o uso das armas”.¹⁶⁶

¹⁶⁶ FONSECA, H. E. da. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1876, p. 20.

Para proteger os moradores desta região dos ataques dos coroados que se sucederam a partir de agosto de 1875, o presidente solicitou o envio de sucessivas forças policiais nos meses de agosto e setembro de 1875 e janeiro de 1876, todas com as mesmas recomendações de não atacar os indígenas, como o próprio presidente esclareceu no ofício encaminhado ao Chefe de Polícia e anexado ao relatório:

as diversas forças militares que desta Capital têm saído em diligência para a Freguesia da Chapada, em consequência das excursões e depredações dos índios selvagens, se tem recomendado sempre toda a prudência e que se evite fazer quaisquer danos aos mesmos índios.¹⁶⁷

No ano seguinte, após um ataque dos coroados aos estabelecimentos rurais na região da Freguesia de Santa Anna da Chapada, o presidente solicitou o envio de duas expedições para marchar contra os indígenas, composta por quarenta homens cada: uma para tranquilizar os moradores das regiões atacadas e outra para seguir ao encalço dos índios até suas aldeias. Novamente as diligências partiram com instruções de não os atacar, mas expulsá-los de suas terras para lugares mais distantes, com o fito de prevenir novos ataques aos moradores:

Com efeito, além do destacamento de 40 praças, sob o comando de um Capitão, e mais oficiais que V. Ex.^a fez anteriormente expedir a Freguesia de Santa Anna da Chapada para defender e proteger a criação e lavoura de seus habitantes por eles agredidas, marchou para o sertão no dia 17 do mês passado o Capitão do Corpo Policial Sabino Fernandes de Souza com mais 40 praças, encarregado de tomar trilhadores, e seguir ao encalço dos índios até os aldeamentos, com instrução de não os atacar, mas sim de afugentá-los para lugares remotos, usando das armas unicamente no caso de legítima defesa, e apreendendo as crianças de ambos os sexos, para serem convenientemente educadas, e preparadas á viverem em comunhão social, por não ser conforme ás ideias do século, nem conveniente ao Império a diminuição de sua população, mediante o rigor com essa parte da raça humana que, sem noções de civilização, vivem errantes e ignorantes.¹⁶⁸

O presidente também destacou a inutilidade das bandeiras enviadas contra os indígenas pelos seus antecessores, que proporcionavam poucos resultados, além de tais medidas irem de encontro aos anseios de catequese e civilização dos indígenas defendida pelo governo imperial:

A expedição que se costuma fazer de bandeiras, para vingar semelhantes ataques e prevenir que se renovem, além de repugnar aos princípios de humanidade e ás repetidas recomendações do Governo Imperial, não produz, senão em raras excepcionais ocasiões, efeito que se espera, como muitas vezes o tem provado a experiência; e ainda há poucos meses vimos assim acontecer com uma força que desta Capital fiz seguir à Chapada, urgido pelos clamores dos lavradores e mais habitantes: ainda se não havia ela recolhido quando esses índios atacavam sítios de lavoura não distantes dos lugares que tinha percorrido aquela expedição.¹⁶⁹

¹⁶⁷ FONSECA, H. E. da. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1876, p. 21.

¹⁶⁸ Idem. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, em 1877, p. 4-5.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 8.

As recomendações do governo imperial eram para que se evitasse o uso da violência contra os indígenas hostis, como mencionamos acima. O uso das armas contra os índios deveria ocorrer apenas como último recurso de defesa. Os ofícios encaminhados pelo governo imperial ao presidente de província indicam a posição do governo imperial sobre esta questão. Em 1881, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas enviou um ofício ao presidente da província pedindo para se evitar o uso da força para pacificar os índios. O ofício foi uma resposta ao presidente da província, que havia informado sobre os ataques dos índios coroados aos habitantes da margem esquerda do Rio Cuiabá:

Inteirado por comunicação feita pelo Ministério da Justiça, do que lhe participou V. Ex.^a em ofício de 1 de novembro do ano próximo findo relativamente as correrias, agressões e violências cometidas pelos selvagens contra habitantes da margem esquerda do rio Cuiabá, recomendo a V. Ex. empregue todos os meios ao seu alcance para pacificar esses índios, evitando quanto for possível, as medidas extremas de força para contê-los.¹⁷⁰

Para desespero do presidente da província Gustavo Galvão, esta recomendação veio acompanhada de outras duas respostas nada alentadoras para a resolução da questão indígena na província. O Ministério dos Negócios da Justiça informou que não possuía os missionários franciscanos solicitados pelo presidente para se empregar na catequese dos indígenas e também negou o aumento de verba às praças usadas nas diligências contra os índios hostis:

Illm. e Exm. Snr. Transmitindo cópia do Aviso em que o Ministério d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas informa que, por não haver no Império número suficiente de religiosos, afim de se empregarem na catequese e dos selvagens, deixam de ser enviados seis missionários Franciscanos para essa Província conforme V. Ex. solicitou em ofício do 1º de Outubro último, declaro que não se pôde elevar a 100:000\$ o auxílio de reis 40.000\$000 à força policial, atenta a insuficiência da verba para isso consignada na lei do orçamento. Espera, entretanto, o Governo Imperial que V. Ex.^a continuará a empregar todos os meios ao seu alcance no intuito de conter os mesmos selvagens a evitar suas correrias e invasões.¹⁷¹

A situação era completamente desfavorável para os presidentes que administraram a província neste período, pois além da recomendação de bons tratos aos indígenas hostis, os presidentes deveriam lidar com a escassez de praças para proteger os moradores e com a falta de missionários para a catequese dos nativos. Este período ainda foi o que concentrou as maiores incursões bélicas dos coroados contra os moradores, o que tornava a conjuntura ainda mais sensível para os administradores da província.

¹⁷⁰ OFÍCIO do Ministério dos Negócios da Justiça de 10 de janeiro de 1881. In: *Jornal a Província de Mato Grosso*, p. 2.

¹⁷¹ *Ibidem*.

Diante destes entraves, o envio de expedições armadas contra os índios parece ter sido o recurso mais acessível aos presidentes da província do período para conter os ânimos dos moradores ameaçados pelos nativos, que constantemente solicitavam ações do governo provincial no sentido de protegê-los das incursões indígenas. A esta altura já se questionava a real utilidade dos meios brandos até então empregados pela administração para pacificar os indígenas, como mostraremos mais adiante através do relatório de 1884, do presidente Barão de Botovy.

Em mais uma tentativa de promover a “pacificação” dos coroados, o presidente Hermes Ernesto da Fonseca contratou, em 1877, um índio Terena de nome Alexandre Bueno, que comandou uma expedição de setenta homens para marchar contra os índios coroados. Tal expedição foi reprovada pelo presidente João José Pedrosa, que julgou que “longe de refrear as incursões devastadoras dos coroados, ao contrário, contribuiu para recrudescê-las, exasperando-os de modo a virem eles ao seu encalço até as proximidades desta capital”.¹⁷²

O resultado da expedição, além de recrudescer o ânimo dos coroados, aprisionou duas indígenas e seus dois filhos, que foram entregues ao Juiz de Direito da Capital – certamente mais um motivo para o grupo de coroados atacado ter investido contra os moradores. Em 1878, o presidente Hermes Ernesto da Fonseca suspendeu os serviços do índio Terena alegando que a expedição comandada por ele se assemelhava às bandeiras, já reprovadas pelo governo imperial.¹⁷³

Entre os meses finais de 1879 e o primeiro semestre de 1880 novos ataques foram cometidos pelos cabixis e coroados, que ao todo assassinaram trinta e três pessoas. A medida adotada pelo presidente Gustavo Galvão foi enviar quatro expedições para marchar contra os índios em seus aldeamentos, no intuito de tentar pacificá-los e usar da força somente se recusarem à paz, afastando-os dos moradores da região.¹⁷⁴

Uma das expedições, comandada pelo alferes Antônio José Duarte, marchou contra um aldeamento de índios coroados que habitavam a margem direita do Rio São Lourenço. Seguindo as ordens para evitar a agressão aos índios, Antônio José Duarte encarregou dois bororo que acompanhavam a expedição para tentar convencer os demais das vantagens da civilização. No entanto, os bororo foram recebidos com flechadas ao se aproximarem. A tropa logo iniciou o disparo das armas para que os indígenas fugissem amedrontados.

¹⁷² PEDROSA, J. J. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1878, p. 8.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 35.

¹⁷⁴ GALVÃO, G. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1881, p. 4-11.

Os coroados, recusavam-se, mais uma vez, a dialogar com os colonizadores e restou ao Comandante Antônio José Duarte retornar à Capital com dezessete indígenas que foram aprisionados na expedição. Apesar da tentativa de diálogo ter fracassado, Gustavo Galvão comemorou a expedição e julgou que o regresso dos indígenas a suas aldeias seria benéfico para a construção de uma relação pacífica com os nativos.

Diante das poucas alternativas para conter os ataques dos indígenas, a expedição do alferes Antônio José Duarte foi considerada como uma alternativa branda pelo presidente da província. Ainda que o ofício encaminhado pelo alferes não reproduza os detalhes da diligência (se houveram feridos, mortos, etc.), é possível supor que o aprisionamento dos indígenas não se deu de modo pacífico, tal como o presidente faz crer em seu relatório:

Alguns entendem que se deve desesperar dos meios brandos, postos aqui em pratica, por mim, pela primeira vez; eu porém, não encontro justificativa para semelhante opinião e pretendo continuar a emprega-los á par de medidas enérgicas, certo de que se conseguirá o desejado fim.¹⁷⁵

O próprio alferes mencionou uma “pequena resistência” dos índios, que depois fugiram. Certamente não eram só os moradores rurais que viviam receosos e rapidamente lançavam mão das armas quando se deparavam com os indígenas em suas propriedades. Os nativos também possuíam o mesmo receio e também lançavam mão de suas armas para se defenderem. Ambas as posturas – a dos moradores e dos indígenas – eram de resistência ao outro, apesar das autoridades provinciais definirem como resistência somente o comportamento dos indígenas.

Nessas condições, o aprisionamento dos indígenas não devia ocorrer brandamente, como mencionou o presidente. A resistência apresentada deve ter sido vencida através da violência física. Além da violência deliberada na ocasião da captura, os indígenas aprisionados sofriam as consequências do contato com patógenos para os quais não possuíam anticorpos assim que entravam em contato com os membros da expedição. No relatório encaminhado ao presidente Gustavo Galvão, o alferes Antônio José Duarte comunicou que ao regressar com os dezessete indígenas a suas aldeias, para que convencessem os seus das vantagens da vida civilizada, teve que estacionar por quase um mês na Fazenda Boa-Vista, pois as índias, além de cansadas, haviam desenvolvido a Caxumba.¹⁷⁶

O ofício encaminhado pelo alferes Antônio José Duarte ao presidente Gustavo Galvão indica que a tentativa de “pacificação” dos coroados por intermédio dos indígenas aprisionados ocorreria pelo convencimento das vantagens técnicas que a “pacificação” proporcionaria aos

¹⁷⁵ GALVÃO, G. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1881, p. 7.

¹⁷⁶ Ofício encaminhado pelo Alferes Antônio José Duarte ao presidente da província Gustavo Galvão. In. *Ibidem*, p. 25-27.

indígenas. O alferes mencionou que, durante o regresso, uma indígena, mulher de um cacique dos coroados, voltava satisfeita com um salvo-conduto escrito em uma folha de flandres e com um fardamento que levava ao cacique: “Estou crente do próximo regresso dessas índias, não só porque vão muito satisfeitas como pela demonstração que deram-me de voltarem muito breve, pedindo que guardasse-lhes muita roupa e ferramenta”.¹⁷⁷

Ainda que os presidentes posteriores julgassem esta tentativa um fracasso, o fato foi que no ano posterior, em 1882, os ataques dos índios diminuíram significativamente, constando no relatório de José Maria de Alencastro apenas dois ataques, sendo um dos índios cabixis que atacaram os estafetas da linha dos Correios na estrada de São Luiz de Cáceres à cidade de Mato Grosso, e outro na divisa da província de Mato Grosso com Goiás, provavelmente cometido pelos coroados.

Ocorreram apenas dois factos, o ano passado, de ataques deles, sendo em novembro, na estrada de S. Luiz de Cáceres a Matto-Grosso, onde assaltaram os estafetas da linha de correio, mas sem consequência alguma funesta; e o outro em dezembro, próximo a povoação do Rio-Grande, limite desta província com a de Goyaz, onde acometeram e queimaram umas casas, mataram as criações e roubaram tudo quanto podiam levar, escapando os moradores das mesmas por estarem fora.¹⁷⁸

As incursões bélicas dos coroados foram retomadas em meados de 1883. Se estenderam do final de julho de 1882 a abril de 1883, cometendo vários assassinatos, furtos e depredações nas proximidades de Cuiabá, ocasionando a fuga de algumas famílias para a fábrica de pólvora do Coxipó. A falta de verba para investir em expedições militares contra os nativos hostis, e certamente seguindo a orientação do governo imperial encaminhada para o seu antecessor “para evitar, o mais possível, despesas avultadas com expedições contra os índios”¹⁷⁹, exigiu que o presidente tomasse medidas que considerava paliativas, como a expedição de pequenas forças para rondar os locais sujeitos aos ataques e o municciamento da população para que se protegesse dos indígenas.¹⁸⁰

Sem recursos para a devida proteção dos moradores, as incursões bélicas dos índios coroados e cabixis continuaram durante a administração do presidente Manuel de Almeida Gama Lobo D’Eça, conhecido também por Barão de Botovi. O relatório que apresenta à Assembleia Legislativa em 1884 é curioso, pois, mesmo sabendo das recomendações do governo imperial para não agredir os indígenas, o presidente enviou um relatório à Secretaria de Estado dos Negócios Justiça afirmando que a medida mais eficaz para pôr fim aos ataques

¹⁷⁷ GALVÃO, G. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1881, p. 25-27.

¹⁷⁸ ALENCASTRO, J. M. de. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1882, p. 11.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ GALVÃO, J. L. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1883.

dos indígenas hostis era atacá-los “em seus antros, obrigá-los a se internarem definitivamente, apreendendo o maior número possível”¹⁸¹, já que a experiência demonstrou que o uso de expedientes pacíficos de nada adiantou para pacificá-los.

Apesar das considerações pessimistas do presidente em relação aos métodos considerados pacíficos empregados para pacificar os índios hostis, em 1886, na administração do presidente Galdino Pimentel, foram utilizados sete indígenas coroados que haviam sido apreendidos nas expedições de 1880 e 1881, dirigidas pelo alferes Antônio José Duarte. A referida expedição aprisionou nove índios que habitavam uma das três aldeias encontradas pelo alferes. Os indígenas foram levados à Cuiabá, batizados e entregues às famílias de João Augusto Caldas, capitão da Guarda Nacional, e à família de Thomaz de Miranda Rodrigues, que ocupava o cargo de Diretor Geral dos Índios da província.¹⁸²

Os indígenas, que de acordo com Marli Auxiliadora de Almeida, eram mulheres e crianças, passaram cinco anos sendo educados no modelo civilizacional do Ocidente e compuseram a expedição que partiu para mais uma vez tentar pacificar os coroados em abril de 1886. Desta vez a expedição teve sucesso e conseguiu retornar com vinte e oito índios para a Capital, onde foram batizados e apadrinhados por personalidades políticas da cidade. Posteriormente, os vinte e oito índios mais os sete que compuseram a expedição foram levados para a Colônia Militar de Couto Magalhães.¹⁸³

Uma segunda expedição partiu em agosto de 1886 com o objetivo de retornar com mais indígenas. Desta vez a expedição foi maior, sendo composta por quarenta e quatro praças e quarenta e sete indígenas coroados. Novamente exitosa, a expedição trouxe consigo sessenta e oito índios e foram posteriormente levados às colônias militares de Teresa Cristina, localizada no rio de Prata, e Colônia militar de Isabel, criada em 1887, no Piquiri, ambas localizadas em afluentes do rio São Lourenço.¹⁸⁴

Através destas expedições, os administradores acreditaram ter pacificado os coroados. Esta notícia foi recebida com regozijo pela imprensa local. O jornal a Província de Mato Grosso, a partir de 1887, publica várias homenagens ao Diretor Geral dos Índios, Thomaz Antonio Miranda Rodrigues e ao Tenente Antônio José Duarte pelo empenho na “pacificação” dos índios coroados. Em uma das homenagens, explicita-se as vantagens da “pacificação” para o desenvolvimento da lavoura na província:

¹⁸¹ D’EÇA, M. de A. G. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, 1883, p. 7-10.

¹⁸² ALMEIDA, M. A. *Cibáe Modojebádo*, p. 83-98.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 99-104.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 108-112.

Como director geral dos índios, foi o brigadeiro Thomaz de Miranda um excellent auxiliar da administração provincial. A elle se deve em grande parte o estado de tranquillidade em que de presente se encontra a nossa lavoura com relação aos índios selvagens da tribu *Coroados*, e o qual promette perpetuar-se para o bem da provincia. [...] O brigadeiro Thomaz de Miranda foi quem deo áquelle administrador o plano e certos elementos para a pacificação d'aquelle tribu, cujas constantes e devastadoras correrias contra os moradores do interior constituíam um verdadeiro flagelo para a nossa lavoura e criação de gado.¹⁸⁵

Em seguida, construiu-se o mito da Rosa Bororo, a índia Bororo de nome Cibáe Modojobado, personagem que teria intermediado a “pacificação”, convencendo os demais índios a deporem suas armas e aceitarem a civilização.¹⁸⁶ Contudo, a autora mostrou que tal história não passou de um mito, e que Cibáe Modojobado na verdade tentou convencer os seus a não aceitarem as promessas dos civilizados, atrapalhando a expedição que fazia parte.

* * *

Diferente da fronteira oeste e sul da provincia, a política indigenista que se desenvolveu nas regiões da capital Cuiabá e de Mato Grosso priorizou, na maior parte do século XIX, a expedição de bandeiras contra os grupos indígenas hostis, que, nestas regiões eram os coroados, habitantes das margens do rio São Lourenço, e cabixis, habitantes das margens do rio Galera.

Recortado neste capítulo em três períodos, a política indigenista que coube a estes grupos, que foram denominados com os adjetivos “bravos”, “indômitos”, “bárbaros”, entre outros, variou entre políticas mais e menos violentas. Se até 1850 os administradores da provincia fizeram largo uso das bandeiras, a partir deste ano até pelo menos a década de 1870, estratégias consideradas defensivas, como o fortalecimento dos destacamentos nas estradas por onde os indígenas transitavam, alternaram-se com as bandeiras, apesar de os presidentes já mostrarem certo repúdio a esta prática. A partir de 1870 os presidentes passaram a enviar expedições para capturar índios para serem empregados como mediadores da “pacificação”, atribuindo, assim, um caráter mais estratégico às expedições que antes possuíam o único objetivo de expulsar os nativos de suas terras.

¹⁸⁵ THOMAZ ANTONIO DE MIRANDA RODRIGUES. In: *A provincia de Matto-Grosso*. Domingo, 16 de outubro de 1887. Capa, p. 1.

¹⁸⁶ “Vemos que Rosa é colocada no centro dos acontecimentos. A ‘leal índia’ passa a ser considerada, então, como a figura heroica desses fatos, associada, ao mesmo tempo, com o ‘herói’ Duarte. Teria sido ela uma das grandes artífices dessa empreitada de sucesso, principalmente por ter, com suas ações mediadoras, evitado um sangrento conflito”. Ibidem, p. 114.

CAPÍTULO 3

“MORTES, ROUBOS E INCÊNDIOS”: A AGÊNCIA INDÍGENA NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

A política indigenista que se caracterizou pela agressão aos povos indígenas tinha como objetivo por fim as hostilidades cometidas por algumas etnias indígenas da província. Mas qual a finalidade dos assaltos cometidos pelos índios? Quais motivos levaram algumas etnias indígenas atacarem os moradores em determinadas regiões da província? Algumas pesquisas que tangenciaram estes assaltos geralmente os interpretaram como uma estratégia de resistência ao avanço do colonizador sobre o território secularmente habitado pelos nativos. Não recusamos estas interpretações, pois as fontes suscitam muitas leituras que ainda estão por serem feitas por novas pesquisas.

A leitura que fizemos das fontes permitiu perceber que as correrias indígenas praticadas pelos coroados constituíram uma forma de interação com a cultura do branco. Esta interação ocorreu através dos furtos de objetos que passaram a ser valorizados pelos nativos, tais como facas, machados, anzóis e tecidos. O furto como motivação para as correrias parece não ter sido compreendido pelas autoridades provinciais, que só fizeram esta relação em um documento no último quartel do século XIX. Portanto, partimos dos indícios deixados pela documentação para perceber a dimensão dos furtos nas correrias. Um destes indícios dá nome ao capítulo: “Mortes, roubos e incêndios”. A documentação consultada reproduziu este topos ao longo do século XIX e é a partir da busca por seu significado que iniciamos este capítulo.

Antes, porém, é necessário uma observação. As hostilidades aos moradores não indígenas da província foram praticadas pelos coroados, cabixis e cayapós, sobretudo. No entanto, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo as informações fornecidas sobre os assaltos dos coroados são superiores. Deste modo, priorizamos a análise dos assaltos cometidos por este grupo bem como os usos que provavelmente fizeram dos objetos furtados. Ficará a cargo de outras pesquisas investigar as motivações que levaram os demais povos indígenas da província a cometerem assaltos aos moradores não indígenas.

3.1 – O interesse pelo ferro e seu uso pelos coroados

Em 1838, em discurso de abertura da Assembleia Legislativa Provincial¹⁸⁷, o presidente da província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, mencionou um ataque perpetrado pelos índios Pareci aos moradores de Lavrinhas. De acordo com o presidente, ao mesmo tempo em que os Pareci atacavam Lavrinhas, um subgrupo Bororo, os Bororo Cabaças, hostilizavam os moradores de Jauru. Nestes ataques, tanto os Bororo Cabaças quanto os Pareci cometeram roubos aos moradores e, no caso dos primeiros, além dos roubos, duas pessoas foram assassinadas: “No mesmo tempo que os moradores do Jaurú sofriam as hostilidades dos Cabaças, os de Lavrinhas foram perseguidos pelos índios Parecis, que também perpetraram insultos e roubos, mas que ao menos não cometeram mortes”.¹⁸⁸

Os ataques continuaram no ano seguinte e Estevão Ribeiro de Resende, que ocupava o cargo de presidente da província, lamentou a continuidade das hostilidades dos índios, que já duravam vinte anos. Novamente o roubo praticado pelos indígenas é mencionado ao lado dos assassinatos. A consequência destes vinte anos de conflitos foi o despovoamento da região próxima aos arraiais de São Vicente e Pilar:

A tudo quanto estas duas bárbaras nações tem praticado ali, matando, roubando, fazendo abandonar estabelecimentos, incendiando engenhos desde o ano de 1819, crescem novas incursões, novas hostilidades e parece que o seu fim é estragar tudo, afugentar os povos já tão desanimados, e acabar com aquelas povoações.¹⁸⁹

Além das hostilidades praticadas pelos Bororo Cabaças e pelos Pareci a oeste da capital Cuiabá, a província passou a enfrentar, a partir de 1838, os ataques de outro subgrupo Bororo, os Bororo coroados¹⁹⁰ (ou Bororo Orientais), que habitavam a margem do Rio Lourenço e adjacências. O comportamento hostil apresentado por estes indígenas causou surpresa ao presidente Estevão Ribeiro de Resende, já que eles, “habitando aqueles lugares há muitos anos nunca constou perigo, ou hostilidades”.¹⁹¹ No entanto, o próprio presidente reconheceu que o ataque dos coroados aos moradores era uma retaliação pelo fato de terem sido expulsos da aldeia onde moravam em função da construção da estrada do Piquiri.

¹⁸⁷ Os relatórios dos presidentes de província utilizados neste trabalho foram acessados no endereço eletrônico do *Center of Research Libraries*. <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> (Acessado em 3 de novembro de 2016)

¹⁸⁸ BUENO, J. A. P. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, em 1838, p. 11.

¹⁸⁹ RESENDE, E. R. de. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, em 1839, p. 60-61.

¹⁹⁰ Os documentos do período os identificam apenas de coroados. Identificamos inicialmente como Bororo coroados para mostrar que os Bororo são um único grupo que se dividiu em função do contato com os sertanistas. Alguns grupos se estabeleceram a oeste de Cuiabá, nas proximidades do rio Jaurú e Cabaçal e ficaram conhecidos como Bororo Ocidentais, Cabaças ou da Campanha. Outro grupo permaneceu nas imediações dos rios Cuiabá e São Lourenço, os Bororo Orientais, que eram chamados de coroados. São as ações deste último grupo, doravante Bororo, que são analisadas neste trabalho.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 64-65.

Com exceção dos Bororo Cabaças, aldeados em 1842 pelo vigário da Vila de Mato Grosso, padre José da Silva Fraga¹⁹², os Bororo, os cabixis e cayapós continuaram os ataques aos moradores durante boa parte do século XIX, o que foi motivo de constantes lamentações por parte das autoridades provinciais, especialmente devido aos ataques dos Bororo, que investiam contra os moradores que moravam próximo à estrada que seguia para Goiás e para São Paulo, tendo se estendido, em alguns períodos, até as imediações da capital Cuiabá.

Os documentos que mencionam os ataques dos indígenas aos moradores geralmente o fazem depreciando os índios e suas ações, definindo-os com os adjetivos “bárbaros”, “sanguinários”, “traíçoeiros”, “sorrateiros”, etc. Estes eram adjetivos aos quais recorriam para se referir aos indígenas hostis, identificados no período como “índios bravos”. Índios bravos, por sua vez, era uma categoria administrativa utilizada pelos administradores de diversas províncias durante o século XIX para se referir aos povos indígenas hostis. Em contraposição aos “índios bravos” estavam os “índios mansos”. Estes mantinham uma relação amistosa com a província, fosse através de colônias e aldeamentos ou pelo simples fato de não apresentarem um comportamento hostil.

É importante perceber a ideia de animalidade indígena subjacente a estas categorias, para a qual Manuela Carneiro da Cunha já chamou atenção¹⁹³. Frantz Fanon também notou que a linguagem utilizada pelo colonizador para referir-se aos colonizados é marcada pelo excessivo uso de adjetivos geralmente utilizados para se fazer referência ao mundo animal: “a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. [...] O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário”.¹⁹⁴ Esta característica marca também a documentação produzida sobre os povos indígenas na província de Mato Grosso. Um trecho representativo desta concepção animalizada dos indígenas pode ser percebido em Steinen, quando faz referência ao comportamento de alguns índios Bororo coroados que foram levados para Cuiabá pelo alferes Antonio José Duarte:

Em janeiro de 1887 elle levou para Cuiabá cêrca de 400 Borôros. Havia de apresentar-se então um singular movimento nas ruas da cidade. O que mais agradou foram as crianças, que se mostraram muitos selvagens e foram comparadas a pequenos jaguares, “sómente unha e dente”; as mulheres saltavam as cêrcas dos jardins e trepavam, conforme o seu costume, nas arvores para apanhar fructos.¹⁹⁵

¹⁹² ROCHA, L. F. *Op. Cit.*, p. 127.

¹⁹³ CARNEIRO DA CUNHA, M. *Índios no Brasil*, p. 61.

¹⁹⁴ FANON, F. *Os condenados da terra*, p. 31.

¹⁹⁵ STEINEN, K. von den. 1915. Entre os Borôros, p. 398.

Ainda que esteja explícita a ideia de animalidade do índio nas categorias utilizadas durante o século XIX, nos documentos analisados é possível perceber que os adjetivos depreciativos foram dirigidos aos indígenas hostis, enquanto aos indígenas aldeados utilizavam-se adjetivos como “dóceis”, “empreendedores”, “de boa índole”, “amigos”, etc. Em 1877, por exemplo, o presidente Hermes Hernesto da Fonseca assim se referiu a alguns grupos indígenas que desde o início do século XIX mantinham uma boa relação com os moradores da província: “Os indos Terênas, Quinquináos, Layanás, Guanás, Guatós e Cadioeós, na fronteira do Sul da Província, forão sempre amigos dos Brasileiros por quem erão bem tratados, e votavão odio implacavel aos Paraguayos que os perseguirão com rigor”.¹⁹⁶

A recorrência de uma representação depreciativa pode ser compreendida quando se interpreta os ataques indígenas na perspectiva dos administradores da província, no contexto do século XIX, pois as incursões dos índios hostis dificultavam o povoamento da região a leste de Cuiabá e colocavam em risco a vida dos viajantes que transitavam pelas estradas desta região. Assim, os documentos analisados sugerem que as correrias indígenas inviabilizavam o desenvolvimento econômico da província e que a civilização ou sua expulsão para terras distantes proporcionaria inúmeros benefícios, pois além de pôr fim aos ataques, os indígenas, depois de civilizados, poderiam ser utilizados como mão de obra na lavoura.

Não temos a intenção de fazer uma análise das representações dos indígenas nos documentos oficiais da província de Mato Grosso. O que gostaríamos de destacar é que a forma como os índios são representados pelos documentos dificulta a apreensão, pelo pesquisador, dos motivos que possam tê-los levado a assumirem uma postura hostil frente aos colonizadores. Poucos são os trechos que conjecturam possíveis motivações para os ataques dos nativos, como o fez o presidente Estevão Ribeiro de Resende, no trecho acima citado, ao sugerir que o ataque dos coroados aos moradores e viajantes, em 1838, foi uma retaliação por terem sido expulsos de uma aldeia próxima a estrada para a província de Goiás.

Ainda que os documentos dificultem a compreensão das motivações indígenas, eles nos deixam algumas pistas. O relatório de 1856, do presidente Augusto Leverger, assim como os trechos dos relatórios anteriores citados até aqui, fornecem informações que se repetem em outros documentos, a saber, os roubos praticados, as mortes ocasionadas e os incêndios provocados na ocasião dos ataques:

He me igualmente doloroso ter de referir vos que, desde 1854, tem subido de ponto a ousadia dos Indios selvagens que habitão ou vagueão pelos sertões por que passão as estradas de Goyaz e do Piquiry. *Mortes, roubos e incendios*

¹⁹⁶ FONSECA, H. E. da. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, p. 22.

tem sido por elles perpetrados até em sitios não muito distantes desta Capital.¹⁹⁷

Cinco anos depois, ao descrever a situação das etnias indígenas da província, o presidente Antônio Pedro de Alencastro assim se referiu aos coroados: “Os indomáveis e maleficos – coroados – não perdem ocasião de nos fazer o mal que podem, matando, roubando e incendiando os sitios sempre que achão para isso oportunidade”.¹⁹⁸

Em 1881, quando os índios coroados intensificaram os ataques aos moradores da cidade de Cuiabá e adjacências, o periódico *A Província de Matto-Grosso* divulgou o expediente administrativo do mês de fevereiro com diversos atos e ofícios da administração provincial que tinham como assunto as hostilidades dos índios. Nos chama a atenção o ato do dia 24 de fevereiro, do presidente Barão de Maracaju, que autorizou a organização de duas forças, composta cada uma com cinquenta paisanos e que seriam custeadas pelo ministério do Império, já que se tratava de verba para o socorro público, conforme respaldava o artigo 5º, inciso 2 do decreto 2.884, de primeiro de fevereiro de 1862.¹⁹⁹ O ato foi assim redigido:

O general barão de Maracaju, presidente da provincia, considerando o estado desesperador em que se acha a pequena lavoura do município desta capital em consequência das mui repetidas e devastadoras correrias dos selvagens, as quaes vão tomando um character de permanencia que tende a aniquilar consideravelmente senão a extinguir essa fonte de renda da provincia, visto que os mesmos selvagens levam às pequenas propriedades e habitações ruraes a morte o roubo e o incêndio, fazendo assim com que os que por felicidade escapam-lhe á ferocidade abandonem suas propriedades com enorme prejuízo para a já decadente lavoura da provincia...²⁰⁰

Nos chama a atenção que a tríade “matar, roubar e incendiar” é mencionada pelos presidentes de província como resumo das ações dos indígenas hostis contra os moradores. A referência a este *topos* perpassa a documentação por nós levantada e está presente nos relatórios dos presidentes e nos jornais da província.

Como interpretar a recorrência a este *topos* no discurso oficial? Seria ela apenas um clichê repetido pelos presidentes de província, diretores geral dos índios, redatores dos periódicos ou expressam, de fato, as ações indígenas nas ocasiões de ataque aos moradores, ações estas que eram geralmente escamoteadas sob a rubrica de correrias?

Em sua maior parte, os documentos que consultamos omitem informações que poderiam contribuir para a compreensão deste *topos* na perspectiva dos povos indígenas.

¹⁹⁷ LEVERGER, A. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, p. 5-6. Grifo nosso.

¹⁹⁸ ALENCASTRO, A. P. de. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, p. 12-13.

¹⁹⁹ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2884-1-fevereiro-1862-555417-publicacaooriginal-74643-pe.html/> (Acessado em 14 de dezembro de 2016)

²⁰⁰ PARTE OFICIAL. *Jornal A Província de Matto-Grosso*: 3 de abril de 1881. (Grifo nosso)

Quando fazem referência mais detalhada aos assaltos buscam enfatizar dados como o número de mortes decorrentes do confronto, procedimentos que poderiam ser tomados pelo governo provincial para pôr fim às correrias, o resultado das expedições que contra os indígenas marcharam e os prejuízos que as incursões têm causado à lavoura da província. Poucos documentos informam sobre quais eram os objetos roubados ou de que modo os incêndios eram causados. Porém, ainda que as informações sobre os ataques sejam esparsas e lacunares é possível conjecturar sobre as possíveis motivações que levaram os indígenas a atacarem moradores e viajantes a partir de alguns indícios presente nas fontes. Baseado nestes indícios, argumentamos que uma das motivações para as incursões era o interesse que os indígenas mostravam pelos objetos dos brancos, como roupas e objetos de ferro.

É interessante observar o relatório escrito pelo presidente Herculano Ferreira Penna, em 1863. Nele, Herculano Penna narra, dentre outras coisas, o modo como os coroados arquitetavam seus ataques. Ao informar o envio de duas patrulhas, uma destas disposta sob responsabilidade do subdelegado de polícia da Freguesia da Chapada, o presidente sugeriu aos moradores das regiões atacadas que mantivessem a vigilância e andassem armados, pois os “Índios, que raríssimas vezes arriscão uma aggressão á força viva e mais ordinariamente se limitão a lançar de noite e por surpresa fogo ás casas, afim de expellir os habitantes e roubar os objectos que achão da sua conveniência”.²⁰¹

Ainda em 1863, na madrugada de 14 de outubro, os coroados atacaram um sítio onde morava a família de Francisco das Chagas, no Distrito da Chapada. O presidente Herculano Ferreira Penna narrou o procedimento utilizado pelos indígenas durante o ataque. Ocorrido na madrugada, enquanto os moradores descansavam, os índios atearam fogo na casa para espantar quem nela estivesse e esperaram até que o fogo se apagasse para roubar os objetos que resistissem ao calor das chamas:

Por participação da Policia constou-me que na madrugada de 14 de Outubro os Coroados atacárão o sitio denominado – Aguassú – (Districto da Chapada), onde móra Francisco das Chagas, pondo logo fogo na casa de residência deste, a qual ardeo com tudo quanto dentro havia, que se orçou na quantia de 400\$000 reis, salvando-se o proprietário e sua mulher unicamente com a roupa do corpo, e aquelle ferido levemente com duas flechadas. Depois do incêndio forão vistos diversos Índios roubando o que havia escapado ás chamas, e matando as criações que encontravão.²⁰²

No mesmo relatório o presidente ainda informou outro ataque, ocorrido no dia 11 de janeiro de 1864, na mesma Freguesia. Desta vez o local escolhido pelos indígenas para o ataque

²⁰¹ PENNA, H. F. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1863, p. 7.

²⁰² *Ibidem*, p. 62-63.

foi um engenho de propriedade do tenente Agostinho Pereira Macedo, onde morava o caseiro Valentim Martins Bicudo. Após atear fogo na casa, os indígenas roubaram “ferramentas e trastes deixando todo o edificio reduzido a cinzas”.²⁰³

Estes trechos nos permitem perceber o padrão das incursões dos índios e talvez ajudem a esclarecer o significado da tríade já mencionada. Mortes, roubos e incêndios parecem ter sido situações com as quais os moradores da região, que ia da capital Cuiabá até as imediações das estradas para Goiás e do Piquiri, se depararam constantemente. Os autores eram os índios Bororo, habitantes da região, identificados na documentação do período como coroados.²⁰⁴ Qual o significado destas ações? Teriam os coroados, em seus ataques, o objetivo de assassinar os não indígenas que passaram a ocupar um território por eles ocupado secularmente ou as incursões priorizavam o roubo, mais do que as mortes, admitindo-se que para as duas hipóteses incendiar as propriedades era uma ação secundária, mas importante, que possibilitava a realização tanto dos assassinatos quanto dos roubos?

Os trechos supramencionados não permitem dar nenhuma resposta definitiva às questões levantadas, mas servem para indicar que os ataques indígenas aos moradores eram motivados, também, pela possibilidade de aquisição de objetos dos não indígenas e, para isso, atear fogo às casas e espreitar o local até que as chamas apagassem eram estratégias utilizadas para alcançar este objetivo.

Em relação ao padrão de ataque é interessante notar a descrição feita por Joaquim Ferreira Moutinho sobre a forma utilizada pelos coroados para atear fogo nas casas, através da utilização de fachos de sapé com fogo nas pontas das flechas: “Usão de arco e frêcha que envenenão com diversas ervas, e com ellas incendeião qualquer casa, prendendo-lhes fachos de sapé”.²⁰⁵ Ao chegar ao destacamento de Estiva, quando retornava à província de São Paulo, Moutinho observou a inapropriada cobertura das casas, cobertas de sapé ou de folhas de palmeiras, que serviam como “combustiveis para as settas inflamadas dos indios”.²⁰⁶

²⁰³ PENNA, H. F. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 1863, p. 62-63.

²⁰⁴ De acordo com as fontes analisadas, foram eles os principais autores dos ataques aos moradores durante o século XIX, na província de Mato Grosso. Porém, conforme mostramos acima, o roubo aos moradores também foi praticado, ainda que em menores proporções, por outros povos indígenas da província.

²⁰⁵ MOUTINHO, J. F. *Notícia sobre a província de Mato Grosso seguida d'um roteiro de viagem da sua capital á São Paulo*. p. 192. A constatação de que os indígenas incendiavam as flechas para atear fogo nas casas nos parece ser verdadeira. No entanto, não é possível afirmar que os coroados também envenenassem suas flechas na ocasião dos ataques, pois os missionários que estiveram entre eles no século XX e registraram informações preciosas sobre a sua cultura afirmam que eles não utilizavam veneno em suas flechas, ainda que acreditassem nas potencialidades mágicas e terapêuticas de diversas plantas: “Os bororo não usam e não conhecem veneno para as pontas de suas armas. Recorrem, porém, a um elevado número de práticas mágicas que consistem especialmente em esfregar os arcos e flechas com folhas ou carvão em pó de determinados vegetais, e em traçar riscos e desenhos sôbre os próprios corpos com o carvão”. ALBISETTI, C., VENTURELLI, J. *Enciclopédia Bororo*, p. 373.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 18-19. Parte 2.

Mencionado com recorrência na documentação consultada, o proceder furtivo aumentava as chances de êxito no ataque, já que surpreenderia os moradores desprevenidos e com pouca possibilidade de ação. Este padrão de ataque deu aos indígenas a fama de covardes e traiçoeiros, adjetivos muitas vezes utilizados pelos administradores da província para descrevê-los, como o fez Moutinho após mencionar a utilização de flechas incendiadas, no trecho citado acima,²⁰⁷ e também como mostra uma descrição feita pelo alferes Antônio José Duarte, em 1881.

Naquele ano, o supramencionado alferes comandava uma força expedicionária responsável por pacificar os coroados. A força expedicionária era composta por quinze praças armados e estava destacada no destacamento Ponte de Pedra, a espera de intérpretes que seriam utilizados para intermediar o contato com os índios. Ao notar a ausência do soldado Emigdio José Pereira, o comandante da força incumbiu cinco homens para procurá-lo. O soldado foi encontrado morto, vítima de um ataque dos indígenas “que ocultamente se achavão nas imediações [do destacamento Ponte de Pedra]”. O soldado foi encontrado morto e com marca de oito flechadas. O alferes comandante da expedição concluiu que os indígenas, por terem notado a vigilância constante apresentada pelo destacamento, acovardaram-se e resolveram atacar o soldado quando perceberam que sua investida não seria notada pelos demais soldados:

No dia seguinte ao do sucesso já declarado, segui com quatro soldados, e verifiquei pelos vestígios que encontrei, ser a quantidade de índios extraordinária, e que pretendião dar de assalto neste destacamento, e como reconhecerão que não podião ter bom êxito, pela vigilância que observarão, resolverão acometer, traiçoeiramente, a esse infeliz soldado, que também foi victima da sua falta de cumprimento de ordens: alongando-se mais da distancia permitida por este comando, sem licença.²⁰⁸

O relatório do alferes Antônio José Duarte ainda fornece uma informação importante: a de que os soldados encontraram o corpo de Emigdio José Pereira “complemente nu, por ter os índios o despido de toda roupa, que levarão comsigo; assim como levarão também uma espingarda tina e uma faca com que se achava armado o supradito soldado”.²⁰⁹

Agir furtivamente foi o meio encontrado, pelos coroados, para obterem sucesso em seus ataques, certamente por terem se dado conta que não teriam muitas chances contra as armas de fogo dos soldados e moradores. A julgar por outros relatos de ataques documentados, a vigilância encontrada no destacamento Ponte de Pedra deve ter inibido os indígenas de darem

²⁰⁷ “Daremos algumas noções mais a respeito d’elles no roteiro da nossa viagem durante a qual tantas vezes trememos com a lembrança de um encontro com tão ferozes e traiçoeiros inimigos”. MOUTINHO, J. F. *Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida d’um roteiro de viagem da sua capital á São Paulo*. p. 192.

²⁰⁸ DUARTE, A, J. Ofício encaminhado pelo Quartel do commando do Destacamento da Ponte de Pedra.

²⁰⁹ Ibidem.

prosseguimento à incursão. Mesmo reticentes, não perderam a chance de atacar a um soldado que se distanciara do grupo o suficiente para ser surpreendido sem que os outros dessem conta do que se passava, o que talvez reforce que os ataques eram minuciosamente calculados pelos indígenas para serem bem-sucedidos, evitando ao máximo o nada vantajoso confronto “à força viva”, como talvez o presidente Herculano Ferreira Penna gostaria que ocorressem, como indicamos acima.

Além disso, nos chama a atenção que, após executarem o soldado, os índios lhe roubaram a roupa, espingarda e faca. Com exceção da espingarda, as roupas, facas, machados e ferramentas parecem ter sido os principais objetos roubados pelos coroados em suas incursões. Ainda que o relatório do alferes não ofereça elementos para compreensão da luta entre o soldado e os índios, é possível conjecturar que a aquisição dos objetos portados pelo soldado foi o móvel do ataque, já que nos parece plausível descartar a hipótese de que os índios apenas revidaram alguma reação iniciada por Emigdio Pereira, dada a *expertise* dos nativos em operarem furtivamente e a vantagem numérica que no momento possuíam em relação ao praça descuidado.

Um relatório do presidente João José Pedrosa, de 1879, fornece uma informação que pode ajudar a compreender a dimensão dos furtos praticados pelos índios aos moradores. Em uma expedição enviada à Colônia de São Lourenço em 1879, dirigida pelo major Jorge Lopes da Costa Moreira e composta por vinte e quatro homens, deparou-se, no caminho, com quatro aldeias dos coroados. Estes, ao perceberem a aproximação da expedição, fugiram e deixaram seus pertences para trás. A expedição somente encontrou alguma resistência dos índios na última aldeia – o que reforça a hipótese de que eles preferiam os ataques furtivos do que “à força viva” – mas o major, que tinha recebido ordens para proceder com prudência de modo que os interesses da catequese não fossem prejudicados, “limitou-se a afugental-os, não tendo, porém, sido possível deixar de ferir alguns delles, mais audazes, á bem da própria defesa”.²¹⁰ Ainda, de acordo com o relato do presidente, o major

limitou-se a inutilisar os instrumentos de guerra desses selvagens, e a reaver os *objectos roubados aos nossos lavradores*, deixando intactos todos os seus utensílios domésticos, suas criações e lavoura, e tratando com a maior humanidade os feridos, de modo a fazer-lhes compreender que não eramos seus inimigos e que só queríamos que não nos agredissem mais, para vivermos em mutua paz.²¹¹

O trecho não informa quais os objetos furtados foram encontrados na aldeia. No entanto, a partir dos trechos citados até aqui, podemos conjecturar que se tratava de objetos de

²¹⁰ PEDROSA, J. J. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, p. 21.

²¹¹ *Ibidem*. (Grifo nosso)

ferro, que devem ter tido alguma utilidade para os indígenas, a ponto de terem sido encontrados em suas aldeias, senão intactos, ao menos satisfatoriamente conservados para que pudessem ser reavidos por seus proprietários. Assim, podemos supor que tais objetos tiveram alguma utilidade para os indígenas, que não somente os roubavam, mas cuidavam em guardá-los para provavelmente empregá-los em alguma função.

Os documentos citados até aqui não permitem precisar qual a função ou significado os coroados atribuíam aos objetos roubados. Apesar disso, podemos ancorar nossa hipótese de que o móvel para os ataques aos moradores era, também, a possibilidade de aquisição de ferramentas e roupas em pesquisas sobre outras regiões do Império que sugeriram possíveis utilidades para estes objetos e confrontar com o material empírico levantado nesta pesquisa.

A pesquisa de Luisa Tombini Wittmann, por exemplo, mostrou que a guerra entre os Xokleng e os colonos, na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, foi motivada, na perspectiva dos indígenas, pelos interesses que tinham pelos objetos dos colonos, sobretudo pelo ferro. Com o ferro adquirido por meio do roubo, os Xokleng transformavam as pontas de suas lanças e flechas, substituía as placas de barro e trocavam as lascas de taquara e lâminas de pedra por machados e facas:

O ferro obtinham os botocudos, antes da pacificação, nos assaltos que perpetravam contra os civilizados. Material sumamente precioso, este, pois que, diante das vantagens sobre a pedra lascada, tornou-se-lhes imprescindível para a feitura de seus armamentos. Trabalham eles o ferro não o aquecendo, mas malhando-o frio, com rijas pedras arredondadas que buscam nos baixios dos rios. Fácil é avaliar qual a paciência e a perseverança necessárias para dar forma desejada a um qualquer pedaço de ferro, cuja forma e dimensões em nada correspondem ao modelo desejado. Basta dizer que, para aprontar uma lâmina para suas lanças, empregavam mais de três meses trabalhando diariamente.²¹²

Semelhante à pesquisa de Luisa Wittmann, o pesquisador Lúcio Tadeu Mota também percebeu o interesse que os Kaingang, na província do Paraná durante o século XIX, apresentavam pelos objetos de ferro dos brancos. Adquiridos durante os assaltos ou por meio de requisições às autoridades da província, os Kaingang também utilizavam os objetos roubados para aprimorar suas armas:

[Os Kaingang] cedem mulheres por pedaços de ferro, para fabricarem pontas de flechas, para sua defesa. Tais objetos, como pontas de ferro, machados de ferro ou outra qualquer ferramenta são as que, ordinariamente, roubam quando assaltam as moradias nas proximidades do sertão. Apoderam-se delas com preferência sobre qualquer outro artigo, por serem tais ferramentas os únicos objetos, mediante os quais conseguem fazer troca de mulheres, entre eles. Isto acontece porque o ferro - depois que conheceram tal metal - é o melhor

²¹² PAULA, J. M. de. *apud* WITTMANN, L. T. *O vapor e o botoque*, p. 39.

material para fazerem as pontas das flechas, sua principal arma de defesa e ataque.²¹³

Além da utilização dos objetos de ferro para a confecção de flechas mais eficientes, os machados e facas adquiridos pelos indígenas eram certamente utilizados nas tarefas de caça e coleta de alimentos, para as quais o ferro proporcionava vantagem em relação às ferramentas tradicionais dos índios. Com ferramentas mais eficientes, os povos indígenas puderam realizar as tarefas cotidianas com mais facilidade e despendendo menos tempo, como sugeriu Pierre Clastres:

A vantagem de um machado de metal sobre um machado de pedra é evidente demais para que nela nos detenhamos: podemos, no mesmo tempo, realizar com o primeiro talvez dez vezes mais trabalho que com o segundo; ou então executar o mesmo trabalho num tempo dez vezes menor. E, ao descobrirem a superioridade produtiva dos machados dos homens brancos, os índios os desejaram, não para produzirem mais no mesmo tempo, mas para produzirem a mesma coisa num tempo dez vezes mais curto. Mas foi exatamente o contrário que se verificou, pois, com os machados metálicos, irromperam no mundo primitivo dos índios a violência, a força, o poder, impostos aos selvagens pelos civilizados recém-chegados.²¹⁴

Seguindo Clastres, podemos acrescentar que à vantagem produtiva dos objetos de ferro somava-se a crescente diminuição do território por onde os povos indígenas tradicionalmente perambulavam, o que significou para eles uma progressiva diminuição no estoque de alimentos disponíveis no ambiente. Assim, no contexto de ocupação de suas terras, os objetos de metal, por possuírem uma capacidade produtiva ou utilidade para a aquisição de alimentos superior aos objetos tradicionais utilizados pelos nativos, devem ter minimizado a progressiva diminuição na oferta de alimentos ocasionada pela ocupação dos territórios indígenas.

Um relato de Karl von den Steinen, que esteve em 1887 e 1888 entre os coroados aldeados na colônia militar de São Lourenço, mostra algumas das utilidades que os objetos furtados adquiriram para os índios.

Karl von den Steinen foi um médico e antropólogo alemão que fez uma viagem ao redor do mundo entre 1879 e 1881. Esteve por duas vezes no Xingu, ocasião na qual desenvolveu interesse por antropologia cultural e pelo estudo das línguas indígenas. A principal obra linguística de von den Steinen foi sobre os Bakairi, mas também recolheu listas de palavras de outros povos com os quais esteve contato, como os Bororo e Kamaiurá. De acordo com Viviane Luiza Silva, as descrições etnográficas feita por von den Steinen são detalhadas e

²¹³ MABILDE, P. F. A. B. *apud* MOTA, L. T. *A presença e a resistência dos índios Kaingang no Paraná*, p. 196.

²¹⁴ CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado*, p. 208.

perspicazes.²¹⁵ De fato, a etnografia por nós consultada, *Entre os aborígenes do Brasil Central*, especificamente o capítulo traduzido para o português, *Entre os Borôros* é muito detalhada e apresenta muitas informações sobre a cultura dos Bororo coroados.

O relato produzido pelo antropólogo alemão é fruto das observações que fez durante o período em que esteve na referida colônia, mas pode servir para dimensionar qual a utilização que os indígenas faziam dos objetos roubados quando ainda viviam livres em suas aldeias. O trecho menciona o procedimento de pesca utilizado pelos coroados:

Pegados com flechas ou anzóis, estes fabricados pelo modelo brasileiro, de ferro furtado ou de casco de tatú, eram os peixes, ou então apanhados em redes, formando-se um cerco e impelindo-os para lá. Em rios largos, faziam cercas por meio de galhos e grama, deixando alguns buracos em forma de funil como entrada, havendo do outro lado um tapume de varas de bambú...²¹⁶

Uma das possíveis utilidades para o ferro roubado pode ter sido a fabricação de anzóis e outras ferramentas com as quais os coroados praticavam a pesca, a caça e a coleta junto com ferramentas e técnicas tradicionais. Antes do contato com os brancos, os anzóis utilizados pelos coroados eram fabricados com alguns tipos de cipó ou com partes de animais. De acordo com as observações feitas por César Albisetti e Ângelo Venturelli, para a pesca de peixes pequenos os indígenas utilizavam alguns vegetais encontrados na mata, como o coroa-tá do cerrado ou cipó da floresta, ambos guarnecidos de espinhos em formato de anzol; para as pescas de peixes maiores utilizavam, além do casco de tatu mencionado acima, a orla da carapaça de uma espécie de caracol grande. Por serem frágeis, a pesca com os anzóis tradicionais exigia maior habilidade pessoal do que com os anzóis de ferro, o que talvez ajude a explicar o interesse dos nativos por esse último objeto.²¹⁷

No verbete “pesca”, Cesar Albisetti e Jaime Venturelli fornecem informações importantes sobre a pesca com anzol entre os Bororo, que era uma das modalidades de pesca praticada entre esses indígenas:

Antes do contacto dos civilizados os bororo não conheciam anzóis de metal, embora usassem ouro e prata em seus enfeites. Os anzóis que tinham, de origem vegetal ou animal, eram desprovidos de farpa, fato este que muitíssimo dificultava a pesca e que exigia grande habilidade pessoal [...]. As iscas usadas são: minhocas, pedacinhos de carne, pedaços de peixes ou pequenos peixes ou frutas, de acordo com o peixe que se pretende fazer abocar. A vara de pescar é empregada apenas para pequenos exemplares que devem servir de isca para os maiores. O anzol é atirado à água por meio de uma linhada de fortes fibras de tucum-do-campo ou de tucum-da-mata. Se o peixe é de certo porte, a pesca reveste-se de grande emoção e arte, pela fragilidade do anzol e pela ausência de farpa, como já foi dito, circunstâncias estas que obrigam o pescador a

²¹⁵ SILVA, V. L. *Herança de um Brasil Central*, p. 60-61.

²¹⁶ STEINEN, K. von den. *op. cit.*, p. 445.

²¹⁷ ALBISETTI, C., VENTURELLI, J. *op. cit.*, p. 526.

longas horas de paciente luta, até que o peixe cansado, seja facilmente trazido à margem.²¹⁸

Além dos anzóis, os coroados demonstravam grande interesse nas facas e machados de ferro. Na colônia militar de São Lourenço, quando os Bororo recebiam facas ou machados de presente logo iniciavam a coleta de frutos com as novas ferramentas, e faziam com tamanha imprudência que, em certa ocasião, a administração da colônia precisou atribuir a um guarda a tarefa de vigiar um canavial para que não fosse destruído pelos índios: “Logo que os indígenas se apanhavam de posse dos machados, divertiam-se em abater os pequis, para não terem o trabalho de trepar nessas arvores e colher-lhes os fructos. Na colônia militar havia um bonito canavial: era preciso pôr-lhe um guarda, para evitar a devastação”.²¹⁹

Ao que parece, os objetos de ferro como facões, anzóis e machados tornaram-se fundamentais para a obtenção de alimentos, que antes do contato sistemático com os civilizados era feita somente com ferramentas tradicionais. A utilização das ferramentas de ferro não dispensou totalmente o emprego de técnicas tradicionais. Alguns documentos – como o texto do Steinen, supramencionado – apontam para a coexistência de técnicas tradicionais que combinadas com os objetos de ferro tornavam mais eficientes tarefas como a caça, coleta e pesca, do mesmo modo que se reduzia o tempo despendido tanto no preparo das ferramentas que seriam utilizadas quanto na obtenção dos alimentos.

O preparo das ferramentas para a obtenção de alimentos provavelmente demandava algumas horas de trabalho, que ia desde a localização da matéria-prima até a confecção do objeto. A *Enciclopédia Bororo* fornece inúmeros exemplos da complexidade que envolvia a fabricação de machados, flechas, anzóis, etc... A fabricação destas ferramentas respeitava um conjunto de saberes e práticas transmitidos entre as gerações. As descrições feitas pelos missionários indicam que para cada tipo de ferramenta havia uma funcionalidade específica. Os machados servem como exemplo: Os verbetes relacionados aos “machados” mostram a existência de quatro tipos destas ferramentas – os machados de metal (*Páro meríri*, na língua bororo), obtidos após o contato com os civilizados; o machado de pedra (*Parotóri*), fabricado pelos homens, mas de uso feminino; o pequeno machado de pedra (*Parotóri biagaréu*), machado de cabo pequeno utilizado principalmente na colheita do palmito de babaçu; e grande machado pesado (*Parotóri kuriréu*), machado de cabo comprido utilizado nas tarefas pesadas. Os machados de pedra eram fabricados a partir de um cabo de madeira, provavelmente da

²¹⁸ ALBISETTI, C., VENTURELLI. J. *op. cit.*, p. 710.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 407.

árvore Sucupira (*Páro*), *Pterodon emarginatus*, no qual faziam uma rachadura em sua extremidade onde amarravam uma pedra sílex.²²⁰

A redução do tempo gasto para a aquisição de alimentos proporcionada pelas ferramentas adquiridas com o contato parece ser um aspecto importante para que nele nos detenhamos por um momento. Como mostramos acima, a colocação de um guarda para vigiar a plantação de cana de açúcar foi uma alternativa encontrada pela administração da colônia de São Lourenço para frear a devastação que índios promoviam com a posse de suas novas ferramentas para coleta: os machados e facões. Sem vigilância, o destino do canavial seria, provavelmente, o mesmo das árvores do fruto de pequi. Comportamento semelhante foi observado em outros povos nativos sul-americanos, como contemplou a pesquisa de Guilherme Galhegos Felipe sobre os povos do Chaco, durante o século XVIII.²²¹

O consumo desenfreado do estoque de alimentos pode estar relacionado à ausência da noção de “falta” e a um modo de produção e consumo de alimentos que possuía uma adequação entre as necessidades humanas e os recursos disponíveis. Enquanto para os povos inseridos na economia de livre mercado predomina um desequilíbrio entre as necessidades (que são grandes, infinitas) e os meios (limitados), para os povos caçadores, como observou Marshall Sahlins, as necessidades são poucas e finitas e os recursos são abundantes, o que proporciona uma fartura de recursos sem paralelo. O pouco tempo gasto pelos povos caçadores e coletores para a manutenção de um nível nutricional adequado às suas necessidades diárias permitiu ao autor defini-los como “sociedade afluyente original”. De acordo com o antropólogo, “este equilíbrio ajuda a explicar alguns de seus comportamentos econômicos mais curiosos: sua ‘prodigalidade’, por exemplo – a inclinação para consumirem de uma só vez todos os estoques disponíveis, como se lhes fossem dados”.²²²

A relação equilibrada entre necessidades e meios disponíveis, observadas entre povos caçadores e coletores, permite-lhes maior flexibilidade na utilização do tempo despendido nas tarefas de aquisição de alimentos – trabalho descontínuo, intermitente – e menos tempo gasto nas mesmas, o que gera, por outro lado, um período para o ócio relativamente grande. A partir de alguns dados etnográficos, Sahlins avalia que o tempo médio diário gasto por pessoa entre algumas etnias australianas para a obtenção e preparo dos alimentos varia entre quatro e cinco

²²⁰ Cf. ALBISETTI, C., VENTURELLI. J. *op. cit.*, p. 862.

²²¹ FELIPPE, G. G. *A cosmologia construída de fora*.

²²² SAHLINS, M. *A sociedade afluyente original*. [sem página] Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/231855/> (Acessado em 15 de julho de 2017).

horas. Quando julgavam ter adquirido a quantidade de alimentos suficiente para o grupo, suspendiam os trabalhos e descansavam até sentirem a necessidade de realizá-lo novamente.²²³

Faltam dados precisos para avaliar o tempo médio diário empregado nas tarefas de aquisição de alimentos entre os coroados. Apesar disso interessa, para a nossa argumentação, ressaltar que o emprego de novas ferramentas, como os anzóis de ferro para a pesca, machados de ferro com cabo, facões e facas podem ter possibilitado maior eficiência nas tarefas de caça, coleta e pesca de alimentos, justamente em um contexto no qual a oferta destes via-se reduzida devido à crescente ocupação das terras, antes habitadas somente por povos indígenas.

Portanto, a atitude dos Bororo da Colônia Militar de São Lourenço diante da árvore de pequi talvez possa ser compreendida através da relação que historicamente eles constituíram com o seu meio, ou seja, uma relação marcada pela abundância de recursos e pelo pouco tempo despendido nas tarefas que envolviam a procura por alimentos. Na lógica nativa, provavelmente não fazia sentido, de posse de ferramentas mais eficientes que as que tradicionalmente utilizavam, colher os pequis subindo na árvore – como Steinen julgava apropriado – pois essa tarefa demandaria mais tempo e esforço, sendo que com as novas ferramentas o mesmo pequi poderia ser obtido com fáceis golpes de facão sobre os galhos que possuíssem frutos.

No entanto, a aquisição destas ferramentas exigia, em tempos de guerra com os civilizados, os assaltos constantemente praticados nas fazendas e aos viajantes que transitavam por estradas próximas aos locais habitados pelos indígenas. Em tempos de paz – ou, na perspectiva dos povos indígenas, de aliança com os civilizados –, a aquisição destes objetos ocorria por meio de requisições às autoridades. A própria “pacificação” de um dos grupos dos coroados, em 1886, tão comemorada pela província, parece ter sido motivada, na perspectiva dos nativos, pela possibilidade de adquirir os novos objetos, não mais através das expedições guerreiras, como tinham procedido até então, mas na condição de aliados. O relatório da expedição do alferes Antônio José Duarte, de 1885, explícita, pela primeira vez, o interesse dos indígenas pelas ferramentas e roupas dos civilizados e ainda argumenta que o verdadeiro móvel dos ataques era, justamente, este interesse:

Coitados, eles sentem necessidade rigorosa de civilização, pois sofrem muito com a falta de ferramentas, não se ajeitam mais com os antigos machados de pedra, sofrem fome porque, sendo já rara a caça, o peixe só tem em abundância durante a seca, os indígenas têm necessidade de vestuário, pois a roupa que obtém das correrias é recebida pelas mulheres com muita alegria e finalmente sofrem outras necessidades como de fumo [...] Soube das mulheres prisioneiras, que o único móvel da correria, assassinatos e roubos aos lavradores é a imperiosa necessidade de vestuários e ferramentas e é por isso que afirmo que se pelo meio indicado ficassem convencidos que obterão o que

²²³ SAHLINS, M. *A sociedade afluyente original...*

têm obtido pelo crime, cessaria de uma vez este flagelo que tanto sofre nossa lavoura.²²⁴

O relatório do alferes se destaca das demais fontes, pois pela primeira vez é explicitado o interesse dos indígenas pelas ferramentas e roupas dos civilizados, de modo a atribuir a este interesse a principal motivação para tantos assaltos praticados ao longo do século XIX.

A julgar pelas fontes consultadas, pode-se supor que os objetos roubados (ou ganhados) não foram utilizados somente em tarefas relacionadas à obtenção de alimentos, ainda que este tenha sido um uso de muita importância, dada a crescente escassez de caça e pesca, conforme observou o alferes Antonio José Duarte, em relatório supramencionado. Para algumas etnias, o ferro, por exemplo, após ser pacientemente manejado podia substituir as pontas de algumas flechas, ou era utilizado para produzir fogo com mais facilidade:

Não falta agudeza de espirito, nem habilidade a esses gentios, que por si sós teem feito estudos aliás importantes em diferentes assumptos; melhorando de dia em dia as suas proprias descobertas, como prova a substituição do ferro pela madeira, encontrando-se hoje entre os mais bravios diferentes objectos de ferro e aço trabalhados por elles, a custa de muitos esforços, com a pedra, conseguindo de uma foice formar a chôpa de uma lança, e outros muitos objectos curiosos pela difficuldade conhecida de realisal-os. Ainda ha pouco os indios tiravão fogo da propria madeira por meio do attrito, entretanto que hoje já todos usão de pequenos pedaços de aço que conseguem roubar aos habitantes dos sertões, e da pedra de fogo tão commum por esses campos.²²⁵

De acordo com os missionários Albisetti e Venturelli, o modo tradicional de produção de fogo entre os Bororo consistia no emprego de pauzinhos que, esfregados entre si, produziam a brasa que era avigorada pelo sopro. Os pauzinhos eram preferencialmente selecionados entre as madeiras moles, como o arbusto de urucu. O processo podia ser feito por uma ou por duas pessoas e, de acordo com os missionários, demorava cerca de um minuto para que o fogo fosse produzido.²²⁶

Pode-se supor, ainda, que os objetos de ferro como facas e machados foram utilizados pelos indígenas em expedições de guerra contra tribos inimigas. Quando esteve na Colônia de São Lourenço, Steinen presenciou uma expedição dos bororos coroados, que julgaram ter

²²⁴ DUARTE, A. J. APMT. LATA 1885-E. *apud* ALMEIDA, M. A. de. *Cibaé Modojebedo*, p. 86-87.

²²⁵ MOUTINHO, J. F. *op. cit.*, p. 231-232. É pouco provável que, no caso da substituição das pontas da lança por ferro trabalhado, Moutinho esteja se referindo aos Bororo. Não encontramos outra fonte que faça referência a esse procedimento entre os indígenas, apesar de que é possível que algumas etnias tenham utilizado deste artifício. É sabido que essa foi uma prática entre os Xokleng e os Kaingang, por isso, apesar de não existirem outros documentos que reforcem a observação de Moutinho, não é possível descartá-la. Cf. WITTMANN, L. T. *op. cit.*; MOTA, L. T. *op. cit.* Ademais, de acordo com os missionários, os Bororo não possuíam lanças. ALBISETTI, C., VENTURELLI. J. *op. cit.*, p. 86.

²²⁶ ALBISETTI, C., VENTURELLI. J. *op. cit.*, p. 904-905.

percebido a aproximação dos índios cayapós. Apesar do episódio ter sido escrito em tom de deboche pelo autor, que parece ter duvidado, desde o início, da presença dos inimigos dos Bororo nas proximidades da colônia, nos chama a atenção que dois dos guerreiros descritos pelo autor partiram a procura dos inimigos levando consigo um machado sem cabo e uma faca:

No dia 3 de Abril chegou ao auge o entusiasmo patriótico contra o inimigo invisível. Estávamos numa refeição, quando, de súbito, vimos correndo impetuosamente 10 a 12 Borôros, em trajes selvagens. A frente delles achava-se Moguicúri, bêbado, com a cara afogueada, vestido com a minha camisola turca, armado, ou, por melhor dizer, carregado de arco, flechas, mão de pilão e pesado machado sem cabo; atrás dele, José Domingos, com rosto e o corpo pintados de fuligem, sacudindo um bonito arco enfeitado com pennas de ema, tendo amarrado no pulso, para proteger-se contra o ressaltar da corda, um cordão de cabellos pretos, e trazendo ligado ao corpo nú, com uma tira de couro, um oscillante sabre; o resto dos heróis, com idêntico aparato bellico, - e, *last not least*, o idiota Diapocúri. Este infeliz imbecil também se havia besuntado todo de fuligem, e sobre o crânio pathologico trazia um cordão de cabellos pretos, à maneira de trança chinesa. Pendia-lhe das costas comprido facão de cozinha, e com a dextra vibrava um porrete no ar; semelhante a um possesso, articulando sons confusos, cabriolava, com gaudio de quantos se achavam á mesa. Os temíveis guerreiros saíram então á procura dos rastos dos Caiapós. Retornaram logo: como não tivessem encontrado vestígios dos inimigos, parece que então os bobos ganharam juízo, - e assim terminou o episodio.²²⁷

Diante do exposto, podemos sugerir que os ataques dos coroados aos moradores da província eram motivados pela possibilidade de aquisição dos objetos de ferro, que passaram a ser utilizados como ferramentas que facilitavam práticas tradicionais relacionadas à obtenção de alimentos, bem como talvez tivessem sido utilizados pelos indígenas em expedições guerreiras contra tribos inimigas e contra os próprios civilizados. Apesar de toda argumentação até aqui desenvolvida tenha atribuído às incursões a necessidade que os indígenas passaram a ter dos objetos dos não indígenas, não é possível descartar que os ataques tenham tido outras motivações. Mostramos acima que o ataque dos coroados do rio São Lourenço e adjacências se inicia, no século XIX, após terem sido expulsos de suas aldeias para a passagem da estrada que seguiria para a província de São Paulo. Este fato nos parece relevante para se pensar as relações de amizade-hostilidade entre os coroados, pois sugere que as hostilidades não se deram aleatoriamente, mas foram motivadas, ao menos inicialmente, como um revide, uma vingança²²⁸ contra aqueles que havia lhes expulsado de seu território.

²²⁷ STEINEN, K. von den. *op. cit.*, p. 417.

²²⁸ Inúmeros documentos indicam certa índole vingativa dos coroados, que em geral revidavam tanto as bandeiras que contra eles marchavam quanto os ataques dos próprios moradores que, por orientação do próprio governo provincial, sempre que possível recebiam os índios a tiros em suas propriedades: “Infelizmente no interior da Província muitos dos nossos concidadãos não pensão assim, e sem duvida isolados em lugares remotos procurão evitar os indios repelindo-os á força, com ameaças, e mesmo á fogo e á balla! He necessariamente levados por prevenções antigas, por costumes máos e não corrigidos, que esses indios se mostrão iracundos e vingativos: é

3.2 – O interesse pelos tecidos dos civilizados

As roupas dos não indígenas também constavam entre os objetos roubados pelos índios em suas incursões contra os moradores da província. Além do ataque ao soldado Emíldio, que teve seu fardamento furtado pelos indígenas, conforme mostramos acima, outras evidências apontam para o interesse dos nativos pelos tecidos. Vejamos alguns dos indícios que permitem inferir este interesse.

No fim do mês de julho, de 1882, os coroados foram vistos em grande número pelos moradores de Pedra Branca, distante duas léguas de Cuiabá. Os moradores das proximidades desta região organizaram uma expedição com vinte e cinco homens para marchar contra os índios em represália ao ataque que fora perpetrado por estes. Ao encontrarem os índios arranchados nas proximidades de Pedra Branca a expedição cercou o local, de modo a deixar como único espaço de fuga para os índios um despenhadeiro, sobre o qual os indígenas teriam que pular caso tentassem fugir. Os detalhes foram esclarecidos por Thomaz Guarim Fernandes, inspetor de quartirão que participou da expedição e que se apresentou à secretaria de polícia no dia 2 de agosto. Neste relato, que narra com detalhes o procedimento tomado para surpreender os nativos²²⁹, nos chama atenção os objetos encontrados de posse dos índios que estavam arranchados em Pedra Branca:

Alli estavam em numero de 50 mais ou menos, e refere esse cidadão que foi immensa a confusão em que se viram, atirando-se muitos no despenhadeiro quando receberam a descarga, e largando tudo quanto traziam consigo, arcos, flechas, e muitos objectos, como roupa e outros, que haviam roubado ás suas victimas de Pedra Branca.²³⁰

Além da aquisição de roupas por meio dos assaltos, os indígenas também as obtinham por meio de regalos como brindes doados pela administração provincial. A oferta de brindes funcionava basicamente de duas formas: a doação aos aldeados, que muitas vezes era feita em

sem duvida em represalia àquelles tratamentos que elles, quando porém, assaltão, roubão, matão, devastão e assolão” FONSECA, H. E. da. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, 1876, p. 22. A ideia de um índio vingativo reaparece em outros documentos por nós consultados. Não foi possível identificar qual os significados desta representação: se a imagem de índio vingativo e irascível, conforme definiu o presidente Hermes Hernesto da Fonseca, é mais um daqueles adjetivos pejorativos utilizados pelos presidentes para definir os índios considerados hostis ou se pode ser considerada como indício para se compreender as atitudes dos Coroados diante dos ataques dos moradores e das bandeiras enviadas contra eles pelos administradores da província.

²²⁹ É importante notar que o procedimento seguido pela expedição para atacar os índios foi muito semelhante ao que era utilizado pelos nativos para atacar os moradores: o proceder furtivo com o intuito surpreender a vítima. Esse padrão de ataque executado pelos índios contribuiu para a construção da sua imagem como covarde e sorrteiro. No entanto, quando executado pelos não indígenas, os ataques que seguiam esse padrão chegaram a ser elogiados, conforme é possível perceber na continuação do trecho: “Essa resolução d’aquelles individuos foi a mais acertada possível, e merece ser imitada pelos mais moradores sujeitos aos ataques dos ferozes selvagens” CORRERIA DOS ÍNDIOS. In: *Jornal A Província de Matto-Grosso*. 6 de agosto de 1882. Gazetilha, p. 2.

²³⁰ Ibidem.

resposta a solicitações dos próprios indígenas; e a doação como estratégia para atrair e submeter o indígena. Via de regra essa tática era usada nas tentativas de “pacificação” de grupos hostis.

A prática de brindar os índios com objetos de seu interesse datava do final do século XV e foi bastante utilizada pelos colonizadores, que trocavam objetos como espelhos, facas e anzóis por cativos indígenas e por serviços prestados, especialmente durante as primeiras décadas do contato.

Na província de Mato Grosso, durante o século XIX, a doação de brindes também foi utilizada com frequência pela administração provincial, sobretudo quando destinada aos indígenas aldeados. O próprio regulamento 426 institucionalizava a prática. Em seu artigo primeiro, inciso 10, concedia aos diretores de aldeamentos e aos missionários a prerrogativa de solicitar ao governo provincial objetos destinados aos índios: “assim para a agricultura ou para uso pessoal dos mesmos, como mantimentos, roupas, medicamentos, e os que forem próprios para atrair-lhes a atenção, excitar-lhes a curiosidade, e despertar-lhes o desejo do trato social...”²³¹

Na documentação analisada há vários trechos que mencionam as doações de brindes aos indígenas, com especificações de quais eram os itens doados, quantidade, e valor despendido anualmente. Em 1887, o jornal *A Província de Matto-Grosso* publicou um edital para a aquisição de brindes que seriam doados aos indígenas coroados das colônias Thereza Christina e Santa Izabel. O edital solicitava 150 machados americanos, 250 facões cabo preto; 80 facas de polegadas, 90 foices americanas, 1.400 anzóis, 120 cobertores de lã e três espingardas pequenas.²³²

Na província, as doações parecem ter seguido as determinações do decreto 426, pois em outros documentos, itens da mesma natureza são mencionados como brindes a outras etnias indígenas. A análise feita por Adriane Pesovento das doações de brindes na província ajuda a elucidar os objetivos que moviam tal prática. A autora percebeu que, na perspectiva dos administradores da província, a doação de objetos estava vinculada ao objetivo de civilizar o indígena por meio do trabalho, já que muitos dos presentes consistiam em ferramentas de uso doméstico e agrícola, como agulhas, tesouras e tecidos para as mulheres, e machados, foices e enxadas para os homens.²³³

Como dissemos acima, os brindes também foram utilizados como demonstração de amizade quando destinados aos indígenas considerados hostis. Na perspectiva dos

²³¹ DECRETO 426. Artigo 1, Inciso 10.

²³² EDITAL. Brindes aos índios coroados. In. *Jornal A Província de Matto-Grosso*. 17 de julho de 1887 Gazetilha, p. 4.

²³³ PESOVENTO, A. Trabalho indígena na Província de Mato Grosso (1870-1890), p. 102.

administradores da província, dos diretores dos índios, dos chefes das expedições que marchavam contra os índios, da imprensa e certamente de muitos particulares brindar os indígenas hostis era um meio de tentar convencê-los a deporem suas armas, pois imaginavam que desse modo persuadiriam-nos das intenções amistosas dos não indígenas.

Foi com esse intuito que alferes Antônio José Duarte comandou uma expedição em 1886 para contatar os coroados. Junto com os soldados da expedição seguiram também indígenas que foram capturados na expedição anterior e que haviam sido encaminhados para Cuiabá. Além desses indígenas, que intermediariam o contato e tentariam convencer os demais das supostas vantagens da vida civilizada, a expedição também levou objetos que julgava serem de interesse dos índios. Entre os objetos doados constavam roupas e cobertas:

Parece-nos afinal conseguida a paz que tão ardentemente desejávamos como uma das primeiras e principaes condições do desenvolvimento econômico da província. A expedição foi bem provida de tudo quanto necessitava para si e para brindar os novos convertidos. Levou em abundancia mantimentos, fources, machados, facas, roupas, cobertas, missangas, e outros muitos objectos do gosto dos índios.²³⁴

Usados para convencer ou para educar, os brindes foram amplamente utilizados pela administração provincial. A esta altura é pertinente indagar sobre os possíveis usos e/ou significados que os objetos doados ou furtados tiveram para os índios. Argumentamos acima que os objetos de ferro adquiridos pelos nativos durante os assaltos aos civilizados foram utilizados para aprimorar tarefas de caça, pesca e coleta, em um contexto de progressiva diminuição da oferta de alimentos, resultante da ocupação de um território antes habitado somente por povos indígenas. Porém, além destes objetos, os tecidos ou as roupas aparecem com frequência como itens roubados ou doados aos indígenas de diversas etnias.²³⁵

Contudo, no caso dos coroados, as roupas e tecidos roubados nos tempos de guerra e ganhados nos tempos de aliança com os civilizados parecem ter adquirido outros significados. O relato produzido por Karl von den Steinen quando esteve entre os coroados da Colônia Teresa-Christina fornece informações relevantes a respeito dos usos que os indígenas faziam dos tecidos que possuíam. Ainda que as informações de von den Steinen digam respeito aos indígenas reduzidos na Colônia, é possível, a partir delas, conjecturar sobre os possíveis usos que os Bororo faziam das roupas e tecidos furtados durante os assaltos cometidos ao longo do século XIX.

²³⁴ SEM TÍTULO. In. *Jornal A Província de Matto-Grosso*. 26 de setembro de 1886. Gazetilha, p. 2.

²³⁵ É importante frisar que é difícil precisar se frequência com que roupas e tecidos eram doados aos indígenas expressem mais o interesse dos indígenas por tais objetos do que a necessidade que os civilizados possuíam de cobrir as vergonhas dos nativos.

Pelo menos durante os primeiros anos de contato sistemático com os civilizados os coroados parecem não ter assimilado a função que os não indígenas gostariam que a roupa tivesse entre eles. Quando estiveram em Cuiabá no ano de 1887, numa ocasião na qual alguns indígenas foram batizados, von den Steinen notou que os Bororo se apresentaram “vestidos à burguesa”, mas logo que deixavam a cidade retiravam toda a roupa e permaneciam apenas com o tradicional estojo de palha que cobria suas genitálias.²³⁶

Durante o período em que esteve na Colônia, von den Steinen percebeu que a maioria dos índios não utilizavam roupas, com exceção dos caciques Moguicúri e Aretaba. Em relação ao primeiro, o etnólogo anotou que quase sempre estava com alguma camisa, embora sem calça, e, no caso do segundo, com camisa e calça. As mulheres, por sua vez, pouco caso faziam das roupas dos civilizados. No entanto, as que mantinham relações íntimas com os dirigentes da Colônia andavam vestidas, ainda que não o suficiente para as exigências estéticas de von den Steinen: “[...] algumas mulheres, principalmente as que tinham relações íntimas com os dirigentes da colônia, distinguiram-se pelo uso de camisas de cores e desenhos bizarros, paletós e saias; porém os mais ou menos vestidos de ambos os sexos constituíam exceção”.²³⁷

As roupas e outros objetos parecem ter sido enviados em grandes quantidades após a redução dos índios na Colônia, até mesmo porque, como mostramos acima, a oferta destes brindes parece ter sido uma condição colocada pelos indígenas para cessarem as hostilidades aos moradores. Mas quando faziam uso dos tecidos não era exatamente como os civilizados gostariam que fizessem. As redes, por exemplo, eram rasgadas e serviam como roupas ou como trouxas utilizadas para transportar caças e peixes, na ocasião das caçadas, ou para transportar os objetos pessoais em situações de fuga de ataque inimigo:

Quando a grande turma embarcou para Cuiabá, tinham-se-lhe arranjado 430 vestuários. A isso ainda em Cuiabá se junctaram muitos. E, quando os índios voltaram, de tudo isso não restada nada. Em primeiro lugar, por terem os negociantes fornecido fazenda ruim, muito fina e mal fabricada, que lhes era impossível vender; depois, porque os vestidos eram muito apertados e curtos, as camisas não fechavam sobre o largo peito e as calças rompiam-se; e, finalmente, porque os Borôros tractavam os presentes da civilização com o mais solene pouco caso. Logo que se sentiam incommodados, arremessavam-nos fora; quando precisavam de um sacco para carregar carne ou peixe, utilizavam-se para isso de suas coberturas e camisas. Em redes, de que cortavam pedaços, e em toalhas de mesa, - um original presente brasileiro para índios nus, - envolviam os seus corpos untados. Eles mesmos não usam de redes, e dormem sobre esteiras.²³⁸

²³⁶ STEINEN, K. von den. *op. cit.*, p. 401.

²³⁷ *Ibidem*, p. 406.

²³⁸ *Ibidem*, p. 407.

Karl von den Steinen presenciou uma ocasião de iminente fuga dos Bororo, após terem desconfiado de um ataque dos cayapós, durante uma cerimônia fúnebre que ocorria pela noite. A desconfiança parece ter contagiado a todos, soldados e indígenas, homens e mulheres, que prontamente tomaram seus arcos, flechas e objetos de guerra, no caso dos homens, suas espingardas, no caso dos soldados, e prepararam-se para a peleja e para a fuga. As mulheres, conforme notou o autor, apressaram-se em preparar suas trouxas:

Na repartição principal da colonia, todos os aposentos estavam cheios: em casa de Elyseu, de Caldas e do administrador, em toda parte havia mulheres e creanças, com todas as trouxas, em redor da mesa e sobre ella e em todos os cantos, - similhando uma grande porção de immigrants amontoados numa estação ferroviaria...²³⁹

É bem provável que as trouxas fossem feitas com tecidos adquiridos através dos civilizados e provavelmente eram igualmente úteis, senão mais, do que os cestos tradicionais. Contudo, naquela noite a utilidade das trouxas não foi posta à prova, já que logo perceberam que a ameaça de ataque dos cayapós não se concretizou.

Além das funções pragmáticas que as roupas e tecidos adquiriram entre os coroados – como cobertores para dormir e trouxas para transportar alimentos e outros objetos – é possível perceber uma função que talvez possa ser definida como estética, e outra que talvez possa ser definida como ritual. Por serem poucos os trechos que fazem referência aos usos das roupas e tecidos entre os coroados as proposições podem tornar-se vagas, mas ainda podem ajudar a compreender possíveis significados atribuídos pelos nativos aos objetos furtados dos moradores.

A preferência pelas roupas de cor vermelha é algo que nos chama atenção. Karl von den Steinen mencionou um presente que deu ao cacique Moguicúri, uma roupa de cor vermelha que foi muito bem recebida pelo cacique: “dei uma peça preciosa, que lhe agradou bastante: - uma camisola turca bem vermelha, bordada de arabescos e de mangas largas que um dia, em Dusseldorff, servira a um mascarado. O sempre risonho gigante ofereceu, nesse elegante traje, um aspecto muito engraçado”.²⁴⁰ Em outra ocasião, o cacique Moguicúri apresentou-se vestido com uma camisa de cor vermelha aos soldados, aos quais exigia a chave da despensa para pegar aguardente: “Para variar, este cacique, ‘totalmente identificado com a civilização da sua tribo’, vestia uma camisa vermelha de mulher e um peletot de linho branco; insistiu porque fossem buscar a chave da despensa, e afinal recebeu a sua garrafa...”²⁴¹

²³⁹ STEINEN, K. von den, *op. cit.*, p. 418-419.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 406.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 413.

Quando o alferes Antonio José Duarte regressou à Colônia, chegou acompanhado de quatorze índios Bororo, conforme anotou von den Steinen. Os indígenas que o acompanhavam trajavam roupas com inúmeros detalhes vermelhos e, a confiar no relato do etnólogo, foram recebidos com alegria pelos que estavam na Colônia:

No dia 11 de abril, mais ou menos ao meio-dia, muito celeuma e grande agitação: - Diuáte! Diuáte! Chegava do mato, - não ha opereta que represente cousa mais bonita, - 14 Borôros, um atrás do outro, descalços, em traje branco-sujo, rodeado de bainha vermelha, com claros chapéus de palha de abas largas, debaixo dos quaes ondulava o opulento cabelo preto, com grossas borlas vermelhas e fitas vermelhas soltas com o disticho “Colonia Theresa-Christina”, sabres com talins e copos enfeitados, grandes e redondas botijas de cachaça, de vez em quando um guarda-sol aberto. E atrás Duarte a cavallo, e trez caciques montados em mulas, com o uniforme azul-marinho de galões vermelhos de u’a mão de largura, que contrastavam bastante com os pés nús, trazendo a espingarda na mão, e sobre a manga uma brilhante rodela de latão com os dizeres “Voluntários da Patria”.²⁴²

Os Bororo mostravam interesse não só pelas roupas de cor vermelha, mas também pelas contas de vidro (miçangas) que os soldados possuíam. Para conseguir obter um objeto ritual considerado tabu pelos indígenas, Karl von den Steinen, depois de muito insistir, conseguiu trocar com os índios após oferecer algumas contas de vidro vermelhas:

Sómente lográmos a satisfação dos nossos desejos por meio de trez rapazes mais velhos, que estavam no verdadeiro tempo da molecagem, e que tanto aspiravam ás nossas pequenas contas vermelhas quanto nós aos seus sonidores. Elles os entalharam e pintaram no mato. O primeiro appareceu mysteriosamente em nosso quarto pela calada da noite, exigindo que trancassemos porta e janelas...²⁴³

Quando os índios não gostavam das contas de vidro que recebiam, logo mostravam seu descontentamento, como anotou von den Steinen:

De maior apreço lhes foram as nossas contas (de vidro), mas também a respeito disso as mulheres eram bastante caprichosas, e, sem cerimonia, indicavam as que não lhes agradavam, com a tristíssima expressão portuguesa, que a catechese tinha geralmente vulgarizado, - “Porcaria!” ou “Merda!”, a não se lembrarem do companheiro “Diabo!”²⁴⁴

Vale notar que a cor vermelha era realmente apreciada entre os Bororo, que em diversas ocasiões a utilizavam para enfeitar-se, como pintura corporal, arte plumária, na composição dos arcos, nos objetos rituais, etc... O próprio relato de von den Steinen fornece

²⁴² STEINEN, K. von den, *op. cit.*, p. 423.

²⁴³ Ibidem, p. 464.

²⁴⁴ Ibidem, p. 407.

inúmeros exemplos dessa predileção pela cor.²⁴⁵ No verbete *Kajágu*, da Enciclopédia Bororo, que significa “cor vermelha”, mas também “sangue”, os missionários anotam que o vermelho é muito apreciado entre os Bororo, que o obtinham por meio das sementes maduras de urucu (*Bixa orellana*): “A côr vermelha, muito apreciada pelos bororo, é obtida, em várias tonalidades, das sementes maduras de - *nonógo*, urucu”.²⁴⁶

Em sua pesquisa sobre os Xokleng do vale do Itajaí, Luísa Tombini também notou a predileção das indígenas pela cor vermelha, cor preferencialmente utilizada nos bordados das índias que haviam sido capturadas nas expedições dos bugreiros e levadas para morar entre os civilizados, como a indígena Korikrã e Mai-Tschúksima.:

A menina indígena [Korikrã], ao bordar, utilizava apenas fios vermelhos. Essa era a cor dos ornamentos das saias das mulheres Xokleng. [...] Os desenhos das roupas, além de serem rubros, eram semelhantes aos que Korikrã fazia. A mulher Mai- Tschúksima, que permaneceu muda até a sua fuga do colégio das freiras, também utilizava apenas fios vermelhos quando bordava. [...] Gensch confirmou que: “Quando as mulheres e moças indígenas, na convivência com os civilizados, começaram a bordar, o mesmo para costurar, todas elas recusaram todos os fios que não fossem vermelhos, rejeitando até o vermelho um pouco mais claro”.²⁴⁷

Ainda que se trate de uma etnia diferente e um contexto diferente do que estamos abordando neste pesquisa, o exemplo é válido pois evidencia que a inserção de novos elementos culturais na cultura nativa, como o bordado entre as mulheres xokleng ou as vestimentas entre os bororo, ocorria de modo a preservar elementos da cultura de origem, o que também permite perceber que não havia uma assimilação ou substituição completa de uma cultura por outra, como se elas fossem blocos monolíticos que pudessem ser substituídos, por completo, através de estímulos. Nos dois casos, a cultura mudava e, ao mudar, permanecia a mesma, como afirmou o antropólogo Marshall Sahlins; ocorria, por parte dos indígenas, uma apropriação criativa de hábitos e objetos da cultura ocidental e reproduzia-se neles traços significativos para a cultura nativa. O antropólogo nos auxilia, mais uma vez, na compreensão destes fatos:

²⁴⁵ Um dos exemplos fornecidos pelo etnólogo descreve alguns dos enfeites que um bororo utilizava em um ritual: “O quadro 27 mostra-nos um Borôro festivamente enfeitado de pennas. Os braços estão totalmente envoltos em verdes pennugens de papagaio, como também a parte vizinha do peito; acima do umbigo acha-se uma pequena faixa de pennas, e nas costas, posso acrescentar, uma parte dos ombros e um espaço da largura da mão nas costas estão igualmente cobertos de penugens. O quadro de lacre preto da cara já tem perdido muito da sua primitiva boniteza e plumagem, e de orelha a orelha estende-se, semelhante a um formidável bigode, aquella travessa grudada de pennas totalmente brancas. O cabelo, pintado de urucú, é na frente bem coberto de penninhas vermelhas de arara, e ao lado vêm-se madeixas coloridas de vermelho; a parte superior da cabeça, rodeando a tonsura, uma coroa vermelha de pennas de arara, circundada irregularmente de um punhado de peninhas negligentemente grudadas. Nas mulheres doentes reparávamos não raras vezes logares pequenos cobertos de pennas...” STEINEN, K. von. den. *op. cit.*, p. 439.

²⁴⁶ ALBISETTI, C., VENTURELLI. J. *op. cit.*, p. 759.

²⁴⁷ WITTMANN, L. T. *op. cit.*, p. 135.

Não há base alguma nem razão para a oposição excludente entre estabilidade e mudança. Todo uso efetivo de ideias culturais é em parte reprodução das mesmas, mas qualquer uma dessas referências também é, em parte, uma diferença. [...] As coisas devem preservar alguma identidade através da mudança ou o mundo seria um hospício.²⁴⁸

Podemos sugerir, portanto, que as roupas, em especial as de cor ou com detalhes em vermelho, podem ter adquirido um valor estético entre os Bororo, dado a preferência que possuíam pela cor. Não é possível afirmar que estas roupas tenham sido apropriadas de modo a substituírem as artes tradicionais, como as pinturas corporais ou a arte plumária. Contudo não se pode descartar esta hipótese, já que em outro trecho von den Steinen relata uma apropriação bastante criativa das latas de conserva pelos indígenas, que passaram a utilizá-las como enfeites, após serem trabalhadas, de modo a imitar as garras de algum animal, bem como os utilizavam como adornos labiais: “os Borôros imitavam o enfeite de garras, cortando da folha de latas de conserva brasileira pedaços da mesma forma e tamanho. [...] Era esta a maneira pela qual os índios trabalhavam em metal. Também os pregos labiais eram cortados de folha de latas de conserva...”²⁴⁹

Além disso, no verbete *Aróia akádu*, que quer dizer “tecidos dos civilizados”, na língua bororo, os missionários informam que os indígenas utilizavam os tecidos para enfeitar o representante do finado durante o rito funeral. Os tecidos de coloração vermelha ou preta ou que possuíam detalhes nestas cores eram interditados pelos xamãs das almas, os *baris*, que diziam que “tais cores e coisas eram próprias das moradas das almas”.²⁵⁰ No entanto, pelo fato dos xamãs possuírem a prerrogativa de contato com os espíritos, podiam pedir autorização para usar estes tecidos. Ainda que a interdição às roupas e tecidos de cores vermelhas e pretas tenha deixado de existir, é bem provável que esta prática tenha existido durante os primeiros anos de contato sistemático entre índios e civilizados.²⁵¹

No mesmo verbete, os missionários salesianos afirmam que, durante os assaltos, os bororo roubavam preferencialmente tecidos brancos, mas às vezes também levavam outros

²⁴⁸ SAHLINS, M. *Ilhas de História*, p. 190.

²⁴⁹ STEINEN, K. von den. *op. cit.*, p. 442. O uso dado pelos índios às latas de conserva dos civilizados é mais interessante quando se considera que, para os bororo, os colares feitos com dentes de animais possuíam um significado particular, como a propriedade mágica de conceder aos homens mais força e agilidade ou como enfeite utilizado em determinados rituais. No verbete *Bóe e-kúie*, que quer dizer “colar dos índios”, na língua bororo, os missionários também sugerem que os metais utilizados na fabricação dos colares podem ter substituído os antigos, que eram fabricados com ouro e prata: “Hoje são feitos com retalhos de lata, de alumínio, de cobre ou de outro metal. Com toda probabilidade podemos afirmar que tais objetos antigamente eram trabalhados em prata ou ouro, pois o 'habitat' dos bororo é rico de ouro e, quando moravam na zona da atual fronteira boliviana, também de prata”. ALBISETTI, C., VENTURELLI, J. *op. cit.*, p. 363.

²⁵⁰ ALBISETTI, C., VENTURELLI, J. *op. cit.*, p. 174.

²⁵¹ *Ibidem*.

tecidos, que eram utilizados para recompensar o xamã das almas por favores recebidos.²⁵² Os tecidos podem ter adquirido, portanto, a função de *mori*, que significa para os bororo recompensa, retribuição ou vingança. *Mori* é uma instituição muito respeitada pelos indígenas, que buscam sempre retribuir os favores ou objetos recebidos: “a recompensa ou retribuição por um favor ou objeto recebido é uma obrigação tão forte e tradicional, que ninguém pode ou deve preterir”.²⁵³

No caso dos favores devidos aos *baris*, a necessidade de retribuição deve ter sido respeitada com mais cuidado, pois os xamãs eram temidos por suas habilidades mágicas, que podiam prejudicar os indígenas de sua própria aldeia. Uma das habilidades mágicas do *bari* era a de curar ou predizer o falecimento de pessoas doentes. Quando predizia a morte de algum índio que estava doente, os demais índios abandonavam o moribundo, de modo a deixar que a prognóstico do *bari* se confirmasse. Quando gostariam de evitar o falecimento de algum ente, o grupo tornava-se extremamente generoso para com *bari*, para que desse modo o xamã não condenasse o doente à morte. Assim, tanto o compromisso de retribuição na forma de *mori* ao xamã das almas, como o temor que este nutria entre os demais índios podem ter motivado as investidas dos índios aos moradores, já que por meio delas conseguia-se os tecidos com os quais presenteava-se o xamã.

* * *

Neste capítulo argumentamos que os assaltos praticados pelos índios aos moradores da província foram motivados, predominantemente, pelo interesse que possuíam pelos objetos dos não indígenas. De acordo com as fontes consultadas, os objetos furtados durante os assaltos variavam entre os de ferro – como facas, machados e anzóis – e tecidos. Após serem adquiridos pelos índios, estes objetos recebiam atribuições específicas: os machados e facas puderam ser utilizados como ferramentas para a obtenção de alimentos e como arma de guerra contra não indígenas e etnias consideradas inimigas, como os cayapós. Já os tecidos podem ter adquirido funções práticas e simbólicas. Prática, quando eram utilizados como cobertores ou trouxas; simbólica, quando utilizados como vestimentas durante os rituais ou como *mori*, retribuição dada a algum índio por favores recebidos.

Considerar o interesse pelos objetos dos não indígenas como motivação para os assaltos não exclui outras explicações. Apenas privilegiamos, nesta pesquisa, uma das facetas do contato entre os índios coroados e os civilizados, durante o século XIX, que foi o interesse que aqueles passaram a ter por objetos oriundos da cultura destes. Assim, assaltos aos não

²⁵² ALBISETTI, C., VENTURELLI. J. *op. cit.*, p. 174.

²⁵³ *Ibidem*, p. 803.

indígenas podem indicar que, a partir do momento em que o contato se tornou mais ou menos inevitável – lembremos do *Regulamento acerca da catequese e civilização dos índios*, promulgado em 1845, que pretendia reunir os índios do Império em aldeias, catequizá-los e transformá-los em braços para a lavoura – os coroados passaram a usufruir das possibilidades que a experiência de contato proporcionou.

Uma das principais motivações para os assaltos para os coroados, como se pode inferir a partir da análise das fontes, foi a possibilidade de aquisição de objetos pertencentes aos não indígenas. No entanto, ainda que esta tenha sido uma importante motivação, não é o caso de opor esta interpretação a outras que definem os assaltos como uma forma de resistência ao colonizador, já que algumas questões relacionadas às correrias dos índios no século XIX, na província de Mato Grosso, não foram devidamente analisadas pelos pesquisadores, como é o caso do período compreendido entre 1876 e 1884, quando os coroados organizaram uma verdadeira frente de ataques aos moradores que habitavam a região próxima à Cuiabá.

Mesmo assim, é importante nos distanciarmos de um conceito restrito de resistência, que por vezes é mobilizado para explicar a história dos coroados. Trata-se da acepção criticada por John Monteiro, que enxerga na noção de resistência uma ideia de imutabilidade, como se os povos indígenas, para não serem aculturados, apresentassem uma resistência obstinada aos colonizadores: “Essa perspectiva possui um elemento bastante nocivo na medida em que esvazia qualquer discussão sobre a política de atores nativos, a qual, como sabemos, nem sempre acontece no sentido da defesa dos interesses coletivos ‘tradicionais’.”²⁵⁴

Esta acepção do conceito de resistência, criticada por John Monteiro, consta nas pesquisas sobre os povos indígenas que surgiram na década de 1960 e 1970, como as de Miguél León-Portilla e Nathan Wachtel. Apesar destas pesquisas terem constituído um marco para a historiografia sobre os povos indígenas, para Rogério Sávio Link, na esteira de José Luis Rojas, os conceitos de aculturação e resistência limitaram as opções de escolha dos indígenas. Para ele, o título do livro de Nathan Wachtel “passaria a ideia de que todos os indígenas são vencidos, enquanto a leitura do livro desvelaria na verdade a existência de personagens indígenas que estiveram do lado do bando vencedor. Conclui, portanto, que se existem indígenas vencedores, devemos estudá-los.”²⁵⁵

A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida também teceu críticas a esta acepção do conceito de resistência e ao seu par, o de aculturação. Para a autora, estes conceitos fundamentam-se numa perspectiva histórica que enxergou os povos indígenas como

²⁵⁴ MONTEIRO, J. *Armas e armadilhas*, p. 240.

²⁵⁵ LINK, R. S. *Vivendo entre mundos*, p. 27.

coadjuvantes de uma história que lhes reservava a resistência obstinada ou a submissão passiva. Em ambos os casos os índios saíam derrotados, fosse através da derrota na guerra e do consequente extermínio, fosse através da sobrevivência enquanto povo culturalmente descaracterizado:

A “aculturação” era entendida como o esvaziamento progressivo de culturas originais e em oposição a ela destacava-se a resistência, ato de extrema bravura e rebelião contra a dominação colonial que, no entanto, uma vez reprimido, reservava aos seus heróis o triste papel de vencidos, cuja única opção era aceitar passivamente a nova ordem que se impunha.²⁵⁶

Na esteira de John Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, destacamos que as correrias possibilitavam um espaço de interação e de trocas culturais, ainda que as vantagens deste intercâmbio tenham sido aproveitadas sobretudo pelos povos indígenas. Através dos assaltos, os coroados vislustraram a possibilidade de aquisição de objetos por eles muito valorizados e através destes objetos transformavam suas práticas culturais. A dinâmica da cultura indígena é assim evidenciada.

²⁵⁶ ALMEIDA, M. R. C. de. *Metamorfoses indígenas*, p. 26.

CONCLUSÃO

“Ora, não há dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena”. Esta frase, escrita pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e publicada em 1992, no texto que abre o livro *História dos índios no Brasil*, norteou a pesquisa apresentada nesta dissertação. De início, nosso objetivo foi compreender as motivações que levaram alguns coletivos indígenas da província de Mato Grosso a praticarem o que as fontes do período definiram como “correrias”.

A leitura das fontes e da bibliografia especializada permitiu levantar duas questões: primeiro, na província de Mato Grosso, durante o século XIX, o Regulamento nº 426 foi colocado em prática na fronteira sul da província, com as reduções dos grupos Guaná, e não se efetivou em outros espaços da província. Por quê? Segundo, durante boa parte dos oitocentos, a política indigenista oficial, representada no Regulamento supramencionado, foi pontual, se comparada ao saldo geral da política indigenista da província, já que as estratégias de enviar expedições armadas contra os índios são mencionadas na documentação até o último quartel do século XIX. Qual motivo levou o desenvolvimento de uma política indigenista armada, nas regiões entre a capital Cuiabá e o Rio São Lourenço e nas proximidades da cidade de Mato Grosso?

Diante destas questões levantamos algumas hipóteses, embasadas na análise das fontes levantadas. Consideramos que a implementação do projeto de aldeamentos dos indígenas, através do Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios, ocorreu na região sul da província devido aos interesses geopolíticos, dada a necessidade de proteger as fronteiras com a República do Paraguai. Mas a sua implementação não pode ser explicada somente através dos interesses geopolíticos do Império. Na região de Miranda e Albuquerque, onde os aldeamentos foram estabelecidos, havia coletivos indígenas que colaboraram com o projeto. Os grupos Guaná que habitavam a região se inseriram nos aldeamentos e souberam usufruir das vantagens da condição de indígenas aldeados. No entanto, os aldeamentos ao sul da província não se desenvolveram conforme os anseios da administração provincial.

Nas proximidades da capital Cuiabá e da cidade de Mato Grosso a política indigenista foi significativamente diferente da que se desenvolveu ao sul. Nesta região, a administração provincial enviou inúmeras expedições armadas que marcharam contra os coletivos indígenas que cometiam assaltos aos moradores, viajantes, funcionários dos correios que transitavam pelas duas principais estradas que ligavam a província à São Paulo e Goiás. As fontes analisadas

demonstram o desenvolvimento desta política, caracterizada pelo envio de bandeiras até metade do século XIX e daí em diante pelo emprego de expedientes considerados mais brandos, como as rondas volantes ou expedições que tinham o objetivo de demonstrar as intenções supostamente pacíficas que os mato-grossenses possuíam para com os indígenas e que recebiam expressas ordens para evitar ao máximo o confronto. O resultado da mobilização militar foi a rendição de um grupo dos índios coroados, que entre os anos de 1876 a 1884 promoveram um verdadeiro cerco na capital Cuiabá e ocasionaram a morte de centenas de moradores.

Além de compreender o desenvolvimento desta política indigenista, foi de nosso interesse compreender as motivações que levaram os coletivos indígenas a apresentarem um comportamento hostil diante dos colonizadores matogrossenses. Como mostramos, os coletivos indígenas considerados hostis foram os cabixis, cayapós e coroados. Enquanto os cabixis concentraram seus ataques nas proximidades da cidade de Mato Grosso, os coroados e cayapós atacaram as proximidades de Cuiabá e aqueles que utilizavam as estradas que ligavam a capital às províncias de Goiás e São Paulo. Em relação aos coroados e cayapós, a proximidade da região habitada por eles fez com que os administradores não soubessem, em algumas ocasiões, quais os verdadeiros responsáveis pelos ataques.

Ao analisar as fontes, percebemos a repetição de um *topos* que foi frequentemente utilizado para fazer referência aos indígenas hostis: “mortes, roubos e incêndios”. Em nossa análise, esta tríade fazia referência ao que de fato ocorria no interior da província, quando os povos indígenas cometiam algum ataque. A documentação por nós analisada apresentou muitas informações sobre os ataques dos coroados, principalmente no período acima mencionado, quando eles organizaram uma intensa investida contra os moradores não indígenas. Devido à quantidade e também à qualidade de informações sobre os coroados apresentadas pelas fontes, optamos por tentar compreender as suas motivações, deixando para outras pesquisas a tarefa de compreender as correrias dos cayapós e dos cabixis.

Argumentamos que “mortes, roubos e incêndios” representavam a dinâmica dos assaltos indígenas. Muitos relatos mencionam os incêndios que os coroados causavam nas casas dos moradores não indígenas. O incêndio podia ser seguido de furtos e também de algum assassinato. Nestes assaltos, os indígenas levavam objetos de ferro e tecido. Estes passaram a ser muito valorizados pelos nativos. Uma índia contou ao alferes Antonio José Duarte que o único motivo para tantos assaltos era a necessidade que tinham de ferramentas e roupas. Os objetos de ferro passaram a ser empregados, junto com objetos e técnicas tradicionais, em tarefas de coleta e pesca de alimentos. Os tecidos, por sua vez, podem ter adquirido duas funções: uma prática, como vestimenta ou transformados em sacos para transportar objetos; e

outra simbólica, sendo considerados *mori*, ou seja, dádiva ou retribuição dada a outro indígena em função de algum favor antes recebido.

A política indígena e indigenista na província de Mato Grosso, durante o século XIX, é um tema vasto que ainda está por ser perscrutado mais acuradamente. Algumas questões permaneceram abertas nesta pesquisa, como o funcionamento dos demais aldeamentos que se estabeleceram na província, a inserção dos coletivos indígenas nestes aldeamentos, as motivações que levaram os cabixis, na região da cidade de Mato Grosso, a praticarem assaltos aos moradores não indígenas, entre outras.

Assim, com as questões suscitadas nesta pesquisa esperamos contribuir com a compreensão do passado não somente dos povos indígenas que habitam os limites do atual estado de Mato Grosso, mas também de todos os povos indígenas que possuem histórias a serem contadas.

Referencial bibliográfico

- ALBISETTI, César., VENTURELLI, Jaime. *Enciclopédia Bororo: vocabulários e etnografia*. Volume 1. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1962.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- _____. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro. *História Social*. N. 25. Unicamp, Campinas, Julho-dezembro, 2013.
- ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. *Cibáe Modojobádo: a Rosa Bororo e a “Pacificação” dos Bororo Coroado (1845-1887)*. 2001. Folhas. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.
- _____. “Índios fronteiriços”: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873). 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BARBOSA, Pablo Antunha. A violência como prática civilizatória: Relações entre indígenas, missionários, militares e fazendeiros nos aldeamentos capuchinhos do século XIX no sul da província de Mato Grosso. *Corpus*. Vol. 3. N. 1. Janeiro/junho, 2013.
- CANOVA, Loila. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. 2003. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- _____. Por uma história indígena e do indigenismo. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- _____. Introdução a uma história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Índios no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- _____. A política indigenista no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- CASTRO, Iara Quelho de. *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. 347 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- _____. Os Kinikinau: persistência e percepções. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: UFGD, 2015.
- CHAMORRO, Graciela. *História Kaiowa: das origens aos desafios contemporâneos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

COSTA, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. *Senhores da memória: uma história Nambiquara do cerrado*. Cuiabá: Unicen, 2002.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. *Revista História em Reflexão*: Vol. 3, n. 5, UFGD, Dourados jan/jun, 2009.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARAJE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. 364 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

FELIPPE, Guilherme Galhegos. *A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século XVIII*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GARCIA, Adilso Campos. *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação (Mestrado em História). 2001. 142 f. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. GINZBURG, Carlo. In. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009.

LEOTTI, Odemar. *Labirinto das almas: a Diretoria Geral dos Índios. Política indigenista em Mato Grosso (1831-1889)*. 2001. 333 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LEVY, Maria Stella Ferreira. Perspectivas do crescimento das populações indígenas e os direitos constitucionais. *Revista Brasileira de estudos populares*. 2008, vol. 25, n. 2, p. 387-397.

LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX*. 2016. 357 f. Tese (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. In: *Reunião Brasileira de Antropologia – RBA*, 25, 2006, Goiânia, GO.

MESQUITA, José de. Grandeza e decadência da Serra-acima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Anos XII e XIV, Números XXVII a XXVIII, Cuiabá, 1931-1932.

MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Armas e armadilhas: História e resistência dos Índios*. In: NOVAIS, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Tupi, Tapuias e Historiadores: estudo de História indígena e do indigenismo*. 233 f. Tese (Livre Docência em História Indígena e do Indigenismo), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MORGADO, Eliane Maria Oliveira; MORAES, Sibebe de. *Relatórios dos presidentes de província e governadores do estado de Mato Grosso (1835-1965)*. Cuiabá, 1997.

MOTA, Lúcio Tadeu. *A presença e a resistência dos índios Kaingang no Paraná*. 1992. 412 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional. *Revista Diálogos*. Vol. 2, n. 1. UEM, Maringá, 1998.

_____. A política indigenista imperial na província de Mato Grosso até o início da década de 1850. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: UFGD, 2015.

OLIVEIRA, Cardoso de. *O processo de assimilação Terêna*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960.

PALACIOS, Guilherme. Política externa, tensões agrárias e práxis missionária: os capuchinhos italianos e as relações entre o Brasil e o Vaticano no início do segundo reinado. *Revista de História*, n. 167, jul.-dez., p. 193-222, 2012.

PESOVENTO, Adriane. *Trabalho indígena na Província de Mato Grosso (1870-1890)*. 2004. 118 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

PERRONE-MOISÉS, B., Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, M., (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROCHA, Lécya Figueiredo. *Guerreiro Cabaçais: a luta deste povo Bororo pela sobrevivência na região do Guaporé*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. A sociedade afluyente original. Disponível em <https://we.riseup.net/assets/231855/>. (Acessado em 15 de julho/2017)

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume 1: 1808-1831. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.

- SILVA, Viviane Luiza. *Herança de um Brasil Central: aspectos do patrimônio indígena brasileiro na ótica dos viajantes e pesquisadores não brasileiros de Alexandre Rodrigues Ferreira a Claude Lévi-Strauss*. 2013. 177 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.
- VANGELISTA, Chiara. Os Boé Bororo. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: UFGD, 2015.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: UFMS, 1999.
- VIERTLER, Renate Brigitte. *A duras penas: um histórico das relações entre índios Bororo e "civilizados" no Mato Grosso*. São Paulo: USP, 1990.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo, Cosac Naify, 2011.
- WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 2007.
- WUST, Irmhild. A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo, Mato Grosso – Primeiros Resultados. *Revista de Antropologia*.

Fontes

Decretos, leis e avisos

- CARTA RÉGIA de 13 de maio de 1808. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1808, p. 37, vol. 1. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html (Acessado em 5 de agosto de 2016)
- CARTA RÉGIA de 5 de novembro de 1808. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1808, p. 156, vol. 1. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html (Acessado em 5 de agosto de 2016)
- CARTA RÉGIA de 2 de dezembro de 1808. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1808, p. 171, vol. 1. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40274-2-dezembro-1808-572464-publicacaooriginal-95565-pe.html (Acessado em 5 de agosto de 2016)
- DECRETO nº 285, de 24 de junho de 1843. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1843, p. 25, vol. pt I. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-285-24-junho-1843-560688-publicacaooriginal-83809-pl.html> (Acessado em 31 de julho de 2016)
- DECRETO nº 426, de 24 de julho de 1845. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1845, p. 86, vol. pt II. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html> (Acessado em 25 de julho de 2016)

LEI de 27 de outubro de 1831. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1831, p. 165, vol. 1. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37625-27-outubro-1831-564675-publicacaooriginal-88614-pl.html (Acessado em 2 de agosto de 2016)

LEI número 16, de 12 de agosto de 1834. Secretaria de Estado dos Negócios do Império no Livro 6º do Registro de Leis, Alvarás e Cartas a fl. 75 v. Rio de Janeiro em 21 de agosto de 1834. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm (Acessado em 2 de agosto de 2016)

AVISO NÚMERO 40 de 15 de junho de 1850, do Ministério do Império. In: VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: UFMS, 1999.

Relatórios, falas e discursos

ALENCASTRO, Antonio Pedro de. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1860. Typographia da Voz da Verdade: Cuiabá, 1860.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1861. Cuiabá: Tipografia da Voz da Verdade, 1861.

ALENCASTRO, José Maria de. *Relatório do presidente da Província de Mato Grosso*, na abertura da 1ª sessão da 24ª legislatura. Assembleia Legislativa Provincial em 15 de junho de 1882. Cuiabá: Typographia de J. J. R. Calhão, 1882.

BUENO, José Antonio Pimenta. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1838. Typographia Provincial de Cuiabá, 1845.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da 3ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1837. Cuiabá: [sem editora], 1845.

CARDOSO JÚNIOR, Francisco José. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso, em 4 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Tipografia do Apostolo da Rua Nova do Ouvidor 16 e 18, 1872.

D'EÇA, Manuel de Almeida Gama Lobo. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da 1ª sessão da 25ª Assembleia Legislativa Provincial em 1 de outubro de 1883. Cuiabá: Typographia de J. J. R. Calhão, 1884.

DUARTE, A. J. APMT. LATA 1885-E. In: ALMEIDA, M. A. de. *Cibaé Modojebedo: a Rosa Bororo e a “Pacificação dos Bororo Coroado (1845-1887)”*. 2001. Folhas. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.

FONSECA, Hermes Ernesto da. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1877. Typographia da Situação ao Largo do Palácio: Cuiabá, 1877.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1876. Typographia da Situação ao Largo do Palácio: Cuiabá, 1876.

GALVÃO, Gustavo. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da 1ª sessão da 23ª legislatura da Assembleia Provincial de Matto-Grosso, em 1º de outubro de 1880. Cuiabá: Typographia de Joaquim J. R. Calhão, 1880.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1881.

GALVÃO, José Leite. *Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da 2ª sessão da 24ª Legislatura da Assembleia provincial de Matto-Grosso, em 3 de maio de 1883. Cuiabá: Typographia de J. J. R. Calhão.

LAMARE, Joaquim Raimundo de. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1859. Typographia Cuyabana: Cuiabá, 1859.

LEVERGER, Augusto. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851. Typographia Echo Cuiabano: Cuiabá, 1852.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1852. Typographia do Echo Cuyabano: Cuiabá, 1853.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Typographia do Echo Cuyabano: Cuiabá, 1854.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 4 de dezembro de 1856. Typographia do Echo Cuyabano: Cuiabá, 1856.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, apresentado ao vice-presidente da província, Albano de Sousa Osorio, ao entregar a administração da província, em 8 de maio de 1866. Typographia de S. Neves e Companhia: Cuiabá, [sem data].

OLIVEIRA, Joaquim José de. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, em 30 de setembro de 1848.

OSÓRIO, Albano de Souza. *Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1857. Typographia do Noticiador Cuyabano: Cuiabá, 1857.

PEDROSA, João José. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1 de novembro de 1878. Typographia do Liberal: Cuyabá, 1878.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de outubro de 1879. Typographia de J. J. R. Caldas: Cuiabá, 1879.

PENNA, Herculano Ferreira. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1862. Typographia do Matto-Grosso: Cuiabá, 1864.

_____. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso* ao passar a administração da mesma para para Augusto Leverger, em 1863. Cuiabá: Tipografia de Souza Neves e Companhia, 1863.

PIMENTEL, João José da Costa. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1850. Typographia Provincial: Cuiabá, 1850.

RESENDE, Estevão Ribeiro de. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1840. Typographia Provincial de Cuiabá, 1840.

_____. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 2 de março de 1839. [Documento manuscrito].

RIBEIRO, Manoel Alves. *Discurso do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1848. Typographia Provincial de Cuiabá, 1848.

SOARES, João Crispiniano. *Fala do presidente da província de Mato Grosso*, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1847. Typographia Provincial, 1847.

Jornais

OFÍCIO encaminhado pelo Ministério dos Negócios da Justiça ao Presidente da província de Mato Grosso, em 10 de janeiro de 1881. In: *A Província de Matto-Grosso*: periódico litterário, noticioso e dedicado aos interesses da província. Parte Oficial. Domingo, 6 de março de 1881.

OFÍCIO encaminhado pelo Comandante do Destacamento Militar da Ponte de Pedra, o alferes Antonio José Duarte ao presidente da província, Gustavo Galvão, em 17 de março de 1881. In: *A Província de Matto-Grosso*: periódico litterário, noticioso e dedicado aos interesses da província. Parte Oficial. Domingo, 27 de março de 1881.

A Província de Matto-Grosso: periódico litterário, noticioso e dedicado aos interesses da província. Cuiabá: domingo, 3 de abril de 1881. Ano 3. N. 118. Parte Oficial.

CORRERIA DOS ÍNDIOS. In: *A Província de Matto-Grosso*: periódico litterário, noticioso e dedicado aos interesses da província. Cuiabá: domingo, 6 de agosto de 1882. Ano 4. N. 188. Gazetilha.

EDITAL. Brindes aos índios corôados. In: *A Província de Matto-Grosso*: periódico litterário, noticioso e dedicado aos interesses da província. Cuiabá: domingo, 17 de julho de 1887. Ano 9. N. 443. Gazetilha.

SEM TÍTULO. In: *A Província de Matto-Grosso*: periódico litterário, noticioso e dedicado aos interesses da província. Cuiabá: domingo, 26 de setembro de 1886. Ano 8. N. 403. Gazetilha.

THOMAZ ANTONIO DE MIRANDA RODRIGUES. In: *A província de Matto-Grosso*. Cuiabá: domingo, 16 de outubro de 1887. Ano 9. N. 458. Capa.

CARTA enviada da Freguezia de Albuquerque à redação, em 10 de dezembro de 1860. In: *A imprensa de Cuyabá*: periódico político, mercantil e literário. Cuiabá: domingo, 24 de fevereiro de 1861. Ano 2, N. 92.

NOTICIÁRIO. In: *A imprensa de Cuyabá*: periódico político, mercantil e literário. Cuiabá: domingo, 18 de janeiro de 1862. Ano 4, N. 210.

A PEDIDO. In: *A imprensa de Cuyabá*: periódico político, mercantil e literário. Cuiabá: quinta-feira, 29 de outubro de 1862. Ano 5, N. 250.

Relatos de viajantes

STEINEN, Karl von den. Entre os Borôros. (Tradução do cap. XVII da obra *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*, por Basílio de Magalhães). *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXVIII, Parte II, p. 391-490. 1915.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida d'um roteiro de viagem da sua capital á São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.

Mapas

LEVERGER, Augusto. *Esboço da Carta da Província de Matto Grosso*: em que vão configurados tão somente os rios e pontos principaes e os de que trata a memoria que acompanha o mesmo esboço. Cuiabá, 1860.

Anexos

Anexo 1: LEVERGER, Augusto. *Esboço da Carta da Província de Matto Grosso*: em que vão configurados tão somente os rios e pontos principaes e os de que trata a memoria que acompanha o mesmo esboço. Cuiabá, 1860.



Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 20 de agosto de 2017.

Adalto Vieira Ferreira Júnior